

**REPERTÓRIOS FEMININOS
EM CONSTRUÇÃO NUM CONTEXTO
MIGRATÓRIO PÓS-COLONIAL**

MODALIDADES DE PARTICIPAÇÃO CÍVICA

Volume 2

**SÓNIA RAMALHO
SUSANA TROVÃO**

Biblioteca Nacional de Portugal - Catalogação na Publicação

RAMALHO, Sónia, e outro
Repertórios femininos em construção num contexto migratório pós-colonial / Sónia Ramalho, Susana Trovão. (Estudos OI; 42) 2ª v.: Modalidades de participação cívica
ISBN 978-989-685-010-4
I. - TROVÃO, Susana,
CDU 316
314
321

PROMOTOR

OBSERVATÓRIO DA IMIGRAÇÃO

www.oi.acidi.gov.pt

COORDENADOR

ROBERTO CARNEIRO

AUTORES

SÓNIA RAMALHO

SUSANA TROVÃO

EDIÇÃO

**ALTO-COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO
E DIÁLOGO INTERCULTURAL (ACIDI, I.P.)**

RUA ÁLVARO COUTINHO, 14, 1150-025 LISBOA

TELEFONE: (00351) 21 810 61 00 FAX: (00351) 21 810 61 17

E-MAIL: acidi@acidi.gov.pt

EXECUÇÃO GRÁFICA

PROS - PROMOÇÕES E SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS, LDA.

PRIMEIRA EDIÇÃO

750 EXEMPLARES

ISBN

978-989-685-010-4

DEPÓSITO LEGAL

???

LISBOA, AGOSTO 2010

ÍNDICE GERAL

NOTAS DE ABERTURA	7
NOTA DO COORDENADOR	9
REPERTÓRIOS FEMININOS EM CONSTRUÇÃO NUM CONTEXTO MIGRATÓRIO PÓS-COLONIAL: MODALIDADES DE PARTICIPAÇÃO CÍVICA	13
CAP.1. PROBLEMATIZANDO A PARTICIPAÇÃO CÍVICA DE MULHERES IMIGRANTES	15
1. PROBLEMATIZANDO A PARTICIPAÇÃO CÍVICA DE MULHERES IMIGRANTES	15
1.1. Enquadramento e objectivos da pesquisa	15
1.2. Articulando conceitos	28
1.2.1. A participação cívica através da lente do género	28
1.2.2. Mulher imigrante – mulher africana – mulher negra	31
2. CONTEXTUALIZAÇÃO E OPÇÕES METODOLÓGICAS	35
2.1. Migrações femininas de São Tomé e Príncipe no contexto pós-colonial português	35
2.2. Um Estudo de Caso no Concelho de Loures	41
2.2.1. Do “Mocho Velho” aos “Terraços da Ponte”	42
2.2.2. Uma panorâmica das modalidades de participação cívica partindo da Urbanização Terraços da Ponte	44
2.2.3. Caracterização das/os entrevistadas/os	52
2.2.4. Dimensões de análise e hipóteses de pesquisa	54
CAP.2. MODALIDADES DE PARTICIPAÇÃO CÍVICA NO CONTEXTO PÓS-COLONIAL PORTUGUÊS: DINÂMICAS DE GÉNERO E GERAÇÃO	57
1. “FAZEMOS AQUILO QUE DEVEMOS FAZER COMO CRISTÃS”: MOBILIZAÇÃO RELIGIOSA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA	57
1.1. Dinâmicas de género e de família inter-geracionais	59
1.2. A recriação de “patrimónios” familiares e religiosos na construção de trajectórias autónomas de participação cívica	62
1.2.1. Os <i>media</i> e a violência policial na construção de resistências juvenis	64
1.2.2. Processos de (re)construção identitária inscritos em idiomas cívico-religiosos	67

1.3. À procura de uma família melhor (fora de casa): a participação cívica como uma estratégia de resistência ao mal-estar micro-familiar e doméstico	68
1.4. Dignificar a “identidade africana”: uma questão cívica?	70
2. CUIDAR E ENSINAR A CUIDAR DA SAÚDE DOS ESPAÇOS E DAS PESSOAS: CAPITALIZANDO SINERGIAS LOCAIS, NACIONAIS E TRANSNACIONAIS	75
3. CAMPANHAS ELEITORAIS E REDES SOCIAIS NA INTERNET: OUTRAS PERTENÇAS TRANSNACIONAIS	77
4. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E PORTUGAL: CONTEXTOS DE FRACA PARTICIPAÇÃO CÍVICA?	89
CAP. 3. GÉNERO, MIGRAÇÕES E PARTICIPAÇÃO CÍVICA NO DISCURSO POLÍTICO	93
1. O GÉNERO, MIGRAÇÕES E PARTICIPAÇÃO CÍVICA NO DESENHO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	93
1.1. Plano para a Integração dos Imigrantes (2007-2009)	94
1.2. III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género	98
2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PLANOS	101
3. RECOMENDAÇÕES COM VISTA À POLÍTICA PÚBLICA: UMA SÍNTESE	103
BIBLIOGRAFIA	107
ANEXOS	119

LISTA DE ABREVIATURAS

ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

ACOSP - Associação da Comunidade de São Tomé e Príncipe

AIA - Associação Internacional dos Angolares

AJIM - Associação de Jovens de Intervenção Multicultural

AUCQM - Associação Unida e Cultural da Quinta do Mocho

AVM - Associação Viver no Mundo

CML - Câmara Municipal de Loures

FA - Filhos de África

GARSE - Gabinete para os Assuntos Religiosos e Sociais Específicos

GIL - Gabinete de Intervenção Local

JMLSTP - Juventude do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe

MLSTP - Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe

OMSTP - Organização da Mulher de São Tomé e Príncipe

PER - Plano Especial de Realojamento

PII - Plano para a Integração dos Imigrantes

PNICG - Plano Nacional para a Igualdade, Cidadania e Género

PROSAUDESC - Associação de Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Socio-Cultural

SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

STP - São Tomé e Príncipe

NOTA DE ABERTURA

O contexto familiar das populações imigrantes tem sido objecto de atenção particular nas políticas de imigração no conjunto dos países da União Europeia. Esta atenção manifesta-se essencialmente no que respeita ao reagrupamento familiar dos imigrantes nos países de destino.

Acontece, porém, que a problemática familiar em contexto migratório transnacional não se esgota na questão de proximidade ou afastamento dos membros que integram a célula familiar, mas, muito para além disso, nos papéis que assumem cada um deles na dinâmica familiar, nas dimensões de género, geração, identidades culturais e relações sociais, originando muitas vezes situações de desigualdade e conflitualidade que não só afectam a estrutura familiar, como também impedem a sua integração na sociedade de acolhimento.

O extenso estudo realizado pelas investigadoras Susana Trovão e Sónia Ramalho, que agora se publica, organizado em dois volumes, merece o nosso público reconhecimento pela importância das questões que aborda e pelos contributos que traz para o aprofundamento de políticas públicas que melhor enquadrem esta matéria.

Conforme salientam as autoras, *“as relações familiares referenciadas a populações imigrantes e a minorias étnicas têm vindo a configurar uma arena privilegiada de problematização, argumentação e de contestação acerca dos modos “certos” e “errados” de viver em sociedades multiculturais.”*

A percepção da família imigrante e/ou étnica como fonte interna de impedimento à integração nas sociedades de acolhimento tem sido agravada, de forma crescente, por acção de movimentos xenófobos que têm surgido na Europa pelo que é absolutamente necessário combatê-los.

Importa assim prosseguir o esforço de sensibilização da opinião pública para os valores da diversidade cultural como factor essencial para a construção de uma melhor Humanidade.

ROSÁRIO FARMHOUSE

ALTA COMISSÁRIA PARA A IMIGRAÇÃO E DIÁLOGO INTERCULTURAL

NOTA DO COORDENADOR

No âmbito do protocolo de colaboração estabelecido entre o ACIDI e o CEMME/FCSH, este Centro de Estudos levou a cabo uma importante investigação subordinada ao tema enquadrador e genérico intitulado “Repertórios femininos em construção num contexto migratório pós-colonial: Migrações e Dinâmicas Familiares”.

Esta investigação situa-se em torno do triângulo estratégico “Família, Género e Migrantes” e rege-se por dimensões eminentemente antropológicas.

O resultado final do extenso trabalho, em boa hora levado a cabo pelas investigadoras Susana Trovão e Sónia Ramalho, é agora publicado na Colecção Estudos OI do Observatório da Imigração, que muito se honra de acolher, no seu acervo, tão importante obra científica.

Esta publicação, dada a sua extensão e complexidade, desdobra-se em dois tomos. O primeiro volume trata de “Dinâmicas familiares, de género e geração” enquanto o segundo versa sobre “Modalidades de participação cívica”.

A presente investigação situa-se no âmbito de uma relevante problemática que atravessa questões de *género e transnacionalismo*. Este tipo de abordagem constitui uma dimensão de investigação algo negligenciada em Portugal e que o OI pretende intensificar.

Sabemos como as famílias africanas fornecem estruturas humanas coesas e acolhedoras na sua origem. Todavia, nos países de destino as mulheres migrantes nem sempre conseguem garantir aos filhos esta marca identitária familiar de origem. Na verdade, a organização da vida familiar na origem não sofre das agressões da solidão, da necessidade de buscar a sobrevivência em ambientes hostis, da exposição a trabalhos de baixa qualidade e pouco remunerados, e ainda da fragmentação típica que afecta a migrante urbana a qual se encontra, ainda por cima, neste novo contexto difícil destituída das guardas e retaguardas acolhedoras das crianças que são características típicas nas famílias alargadas africanas.

Acrescente-se que a desigualdade de papéis origina marcadas desigualdades de responsabilidades de género. As mulheres, sujeitas a cargas cumulativas - laborais e familiares - bastante mais pesadas que os homens, têm menos tempo para os filhos que se vêem entregues a eles próprios, quantas vezes na rua e vagueando em bandos que lhes fornecem a única sociabilidade de que carecem.

Integração, tensão e conflituosidade são, assim, questões que assumem uma grande centralidade no estudo das relações de parentesco e das dinâmicas de género, intergeracionais e familiares, na análise dos processos de migração transnacional.

Mas foi mais longe a ambição das investigadoras. Preocuparam-se ainda em escrutinar as formas de organização das mulheres imigrantes de origem africana, e suas descendentes, relativamente às formas de actuação no espaço público e às suas modalidades de participação. Esta análise adquire contornos particularmente críticos quando incide sobre situações de desigualdade estrutural a que se juntam contextos de vulnerabilidade material e de exclusão social, reconhecidamente extremos; a investigação torna-se especialmente complexa quando relaciona vidas “privadas” e esfera pública, redes sociais e de solidariedade, e pertença religiosa, e quando busca melhor compreender os seus impactos em valores e práticas associativas.

As gramáticas de mudança são muito difíceis de descortinar e de estimular positivamente uma vez que se entrecrocam conceitos civilizacionais e tradições culturais diversos.

No entanto, as autoras “arriscam” propor recomendações com vista à política pública. Uma extensa lista, fundamentada, de medidas que poderão ajudar a um ordenamento mais eficaz dos meios públicos tendo em vista a melhoria dos princípios organizadores da vida de homens e mulheres africanos, designadamente cabo-verdianos e são-tomenses, na especificidade dos seus contextos respectivos.

Destacamos, neste elenco, as recomendações que têm a ver com a educação e a formação. Numa visão estratégica de médio prazo, este investimento continua a ser o mais importante elevador

social e o mais relevante nivelador, em termos de equidade, de relações de género quantas vezes desequilibradas e indutoras de sofrimento na metade mais vulnerável da relação a dois.

Neste particular, recomendamos que se tenha bem presente o que assinalam, sabiamente, as autoras quanto às intervenções públicas nesta esfera:

“É importante que programas futuros ou em curso tenham a maleabilidade suficiente para proporcionarem a comunicação nos dois sentidos, isto é, para que não surjam nem sejam percebidos como projectos educacionais/civilizacionais das mulheres ‘ocidentais’, ‘européias’, ‘brancas’ em relação às mulheres originárias de outras partes do mundo.” (p. 104).

Resta-nos agradecer muito sentidamente às investigadoras, Doutoradas Susana Trovão e Sónia Ramalho, o esforço enorme colocado na condução da investigação e na produção subsequente dos relatórios agora transformados em publicações.

Desejamos a todos uma leitura intensa deste trabalho que abre novos horizontes de reflexão sobre uma problemática pouco estudada, mas indubitavelmente prioritária na compreensão final da condição humana nas suas franjas de silêncio sofrido e de iníqua desigualdade.

ROBERTO CARNEIRO

COORDENADOR DO OBSERVATÓRIO DA IMIGRAÇÃO

REPERTÓRIOS FEMININOS EM CONSTRUÇÃO NUM CONTEXTO MIGRATÓRIO PÓS-COLONIAL: MODALIDADES DE PARTICIPAÇÃO CÍVICA

CAPÍTULO 1.

PROBLEMATIZANDO A PARTICIPAÇÃO CÍVICA DE MULHERES IMIGRANTES

1. PROBLEMATIZANDO A PARTICIPAÇÃO CÍVICA DE MULHERES IMIGRANTES

1.1. Enquadramento e objectivos da pesquisa

A temática da participação cívica tem vindo a assumir centralidade nos estudos sobre migrações, tanto nos domínios científicos quanto no debate público (Albuquerque 2008; Albuquerque, Proença e Santos 2005; Albuquerque e Teixeira 2005; Albuquerque, Ferreira e Viegas 2000; Bauböck 1998; Koopmans 2005; Marques, Santos e Ralha 1999; Marques, Santos e Leitão 2007; Penninx 2000; Sardinha 2007; Soysal 1999; Umbelina 2006; Vogel e Leiprecht 2005; Vogel e Triandafyllidou 2005). Paralelamente, o recrudescimento e “feminização das migrações” (Miller e Castles, 2003; Phizacklea, 2003; Zlotnik, 1995), tem sido colocado em destaque pelos estudos de mulheres, de género e feministas, bem como por múltiplas outras investigações (Andall, 2003; Frable, 1997; Kofman *et al.*, 2000; Mukhopadhyay, 1988; Oishi, 2002; Pedraza, 1991; Perista, 2000; Pessar, 1999; Pessar e Mahler, 2001, 2003, 2006; Tastsoglou, 2006) e tem, igualmente, contribuído para retirar as mulheres migrantes da invisibilidade a que estiveram remetidas até finais dos anos 70 do século XX. Para além da mera análise demográfica, o enfoque no género tem vindo a ser considerado como um organizador analítico potente, deixando entrever o modo como homens e mulheres constroem percursos sociais autónomos, diferenciados entre si e, a partir destes, visões do mundo e modalidades de agência distintas, o que ao nível do projecto migratório familiar clássico possibilitou que as mulheres também pudessem ser vistas como decisoras e/ou agentes activas (Amâncio, 1994; Kofman *et al.*, 2000; Mukhopadhyay, 1988; Pessar, 1999; Pessar e Mahler, 2001, 2003, 2006). Esta viragem veio evidenciar a necessidade de conhecer, de forma mais aprofundada, perfis, motivações, práticas, formas de organização e participação social

destas agentes nas respectivas sociedades de acolhimento (Kofman *et al.*, 2000; Pessar, 1999), bem como as políticas, programas e estruturas governamentais a elas dirigidos (Albuquerque e Teixeira, 2005; Bedoya, 2000; Caponio *et al.*, 2000; Kawar, 2003; Kofman *et al.*, 2000; Ribas *et al.*, 2000; Wall, Matias e Nunes, 2005).

Baseado em pesquisas exploratórias sobre a participação cívica das mulheres imigrantes são-tomenses e seus descendentes no contexto pós-colonial português,¹ o presente trabalho pretende contribuir para o alargamento da reflexão acerca das formas de organização e participação de imigrantes no espaço público, protagonizadas por via das pertenças associativas, religiosas, políticas, educacionais, etc. Para além de dar a conhecer diferentes modalidades de participação cívica, a nível nacional e transnacional, a pesquisa procurou articulá-las quer com discursos e práticas políticas que pautam o seu actual contexto de acolhimento, quer com dinâmicas específicas de género, inter-geracionais e de diversificação religiosa que estruturam as suas construções identitárias.

Os paralelismos, continuidades e transformações entre os contextos de origem e os contextos migratórios constituíram um outro desafio neste trabalho (Kofman *et al.*, 2000; Yuval-Davis, 1999a). Na ausência de estudos específicos sobre imigrantes oriundos de São Tomé e Príncipe, entrecruzámos e pusémos em diálogo abordagens e perspectivas teóricas no âmbito dos estudos sobre género e migrações e sobre participação cívica de imigrantes, valorizando ainda a investigação sobre estas temáticas em contextos africanos. Embora a recolha de dados seja circunscrita a Portugal, tentámos reconstruir a dimensão de análise ligada à origem a partir dos discursos das entrevistadas e de contributos teóricos sobre a participação e acção organizada das mulheres em vários países na África Ocidental Subsariana.

Com efeito, a multiplicação destes estudos, em contextos africa-

1 Este trabalho é o resultado da articulação de dois projectos, que decorreram paralelamente, no âmbito do protocolo estabelecido entre o CEMME/FCSH e o ACIDI (cf. vol. 1). Embora tenhamos trabalhado com interlocutoras de diversas origens etnonacionais (são-tomenses, cabo-verdianas e, em menor número, guineenses) e de diferentes pertenças religiosas (católicas não praticantes e praticantes, evangélicas e muçulmanas), privilegiámos, neste segundo volume, as vozes e as práticas de mulheres são-tomenses (e suas descendentes). Importou-nos produzir conhecimento (ainda que assumidamente exploratório e não representativo de um universo de difícil caracterização) sobre um segmento migratório recentemente estabelecido em Portugal, em claro crescimento e pautado por uma forte feminilização dos fluxos, muito empenhado no activismo cívico, até ao momento escassamente estudado.

nos, tem mostrado que a criação de associações formais e informais de mulheres, como resposta a situações de desemprego e pobreza no período pós-independência, contribui para o esbatimento de fronteiras entre espaços público e privado, rural e urbano, o que, de um modo geral, pode levar à progressiva transformação identitária e dos papéis tradicionais das mulheres (Domingues, 2000; Rosander, 1997). Por outro lado, as associações (de cariz económico, social, religioso ou político) em que as mulheres se envolvem têm sido perspectivadas como plataformas de mobilidade e, nesse sentido, são conceptualizadas como dimensões sociais da identidade individual ou pontos de articulação entre estratégias individuais e colectivas (Domingues, 2000; Rosander, 1997). Tais espaços, fora das unidades domésticas, propiciam, muitas vezes, o alargamento das suas redes e capitais sociais, conferindo-lhes “respeitabilidade”, poder económico e político em contextos onde as desigualdades económicas, políticas, sociais e culturais são acentuadas e privilegiam os homens (Domingues 2000; Emovon 1997; Portes 1999; Rosander 1997).

Porém, a filosofia subjacente a tais associações não é necessariamente perspectivada como combativa em relação aos modelos sociais e hierarquias de poder vigentes na conquista de direitos igualitários; antes pelo contrário, muitos destes grupos de mulheres corroboram e sustentam as assimetrias entre géneros. Para estes autores, as motivações e aspirações femininas para integrar estas associações têm de ser avaliadas à luz da conjuntura social, económica, política e religiosa de cada país (Domingues, 2000; Emovon, 1997; Rosander, 1997).

Em simultâneo, os projectos migratórios empreendidos por um número crescente de mulheres de origem africana têm estado no espectro das pesquisas sobre género e migrações, conduzindo a uma necessidade de focalização das suas narrativas e práticas nos países de destino (Abranches, 2007; Albuquerque, 2005, 2008; Andall, 2003; Grassi e Évora, 2007; Kofman *et al.*, 2000; Yuval-Davis, 1999, 2006; Peixoto *et al.*, 2006; Sertório e Pereira, 2004; Wall, Nunes e Matias, 2005; Øien, 2008). As formas de participação e organização cívica, social e política de mulheres migrantes surgem, deste modo, como uma nova área de interesse (Andall, 2003; Itzigsohn e Giorguli-Saucedo, 2005; Jones-Correa, 1998; Kofman *et al.*, 2000; Mukhopadhyay, 1988; Sertório e Pereira, 2004; Sipi, 2000; Tastsoglou, 2006; Thiara, 2003; Vogel e Triandafyllidou, 2005; Wu e Wang, 2007; Yuval-Davis, 1999, 2004, 2006).

O tipo de experiências de participação cívica em contexto migratório pode ser ocasionado pela própria experiência pré-migratória dos/as agentes (embora esta não pareça constituir uma condição) (Jones-Correa, 1998); porém, acima de tudo, são os posicionamentos de classe, etnicidade, de geração e de género que mais o influenciam, podendo a diversidade de combinatórias possíveis iniciar diferentes graus de inclusão e exclusão social e uma multiplicidade de significações (Itzigsohn e Giorguli-Saucedo, 2005; Vogel e Triandafyllidou, 2005; Wu e Wang, 2005). É, assim, com base nalguns destes postulados que a pesquisa internacional e nacional tem explorado variadas problemáticas.

Antes de mais, constatamos que a consolidação da pesquisa sobre integração social de vários grupos de imigrantes em termos do acesso à educação, saúde, habitação, emprego, etc., tem dado conta de como este conjunto de direitos ainda está longe de ser garantido, uniformizado e alargado a todos/as,² independentemente da sua condição legal, o que aliás a nossa pesquisa vem reiterar (Peixoto *et al.*, 2006; Sertório e Pereira, 2004). Todavia, tais abordagens não parecem dar resposta a um conjunto de subjectividades relacionadas com a construção de pertenças a grupos formais e informais de intervenção cívica, na aquisição subsequente de capitais sociais e nos potenciais processos de transformação do sujeito feminino relacionados com tais pertenças e aquisições.

2 Não obstante, um *ranking* revelado pelo Index de Políticas de Integração de Migrantes, em 2007, coloca Portugal, depois da Suécia, como o país mais bem posicionado nas seis áreas de política avaliadas: acesso ao mercado de trabalho, reagrupamento familiar, residência de longa duração, participação política, aquisição de nacionalidade, anti-discriminação. O Index é um instrumento produzido por um consórcio de 25 organizações (universidades, organizações não governamentais, fundações, etc.) com vista à medição e monitorização das políticas e práticas de imigração dos 25 estados europeus e de quatro países não membros da União Europeia (MIPEX, 2007).

3 "(...) capacidade de os actores garantirem benefícios em virtude da pertença a redes sociais ou a outras estruturas sociais" (Portes, 2000: 138)

Muito para além dos moldes mais rígidos e formais da integração social, as redes sociais transportadas da origem e/ou desenvolvidas em Portugal facilitam o acesso a recursos materiais e simbólicos, particularmente relevantes no contexto de acolhimento quando o acesso aos direitos fundamentais é condicionado e interfere com o poder de acção dos sujeitos. É pois, à luz da teoria dos capitais sociais³ de Alejandro Portes (1999), que tentaremos interpretar a construção das pertenças associativas, religiosas, políticas etc. das mulheres com quem trabalhámos (Tastsoglou, 2006; Yuval-Davis, 2006, Øien, 2008).

Nesse sentido, as propostas de Tastsoglou (2006) e de Yuval-Davis (2006) representam uma contribuição igualmente relevante para a nossa análise, ao nível da construção de sentimentos de pertença, inscritos em grupos e espaços reais e/ou imaginados (Anderson, 1991; Appadurai, 1996). A identificação com tais grupos e espaços, engajados num conjunto de princípios éticos e morais que vão beber às representações de “casa”/“lar”, pode ser estruturante da sua própria construção identitária. Para Yuval-Davis, esse sentimento faz parte de um processo dinâmico e estrutura-se em três níveis de envolvimento: a relação com os grupos, com os locais sociais e com sistemas de valores éticos e políticos. Os dois primeiros níveis remetem para a relação interpessoal, ou seja, para a forma como o indivíduo constrói esse sentimento na relação com outros sujeitos e com os locais/país onde vive, o último para a relação indivíduo-Estado e, portanto, a este nível, essa pertença provém do grau de reconhecimento político que o Estado confere aos sujeitos.

A participação activa, a várias escalas, e em vários tipos de organizações pode ser a expressão de uma pertença efectiva; porém, tal não significa que o Estado a reconheça; ou tão pouco que tal pertença determine o modo de sentir individual. Poderá essa participação resultar de um certo alheamento face ao contexto de acolhimento?

A problemática da participação diferenciada de homens e mulheres imigrantes nos espaços sociais transnacionais, além de potenciar a compreensão dos vários tipos de ligações entre países de origem e de destino, contribui para análise do grau de “incorporação” em função dessas diferenças inter-géneros (Itzigsohn e Giorguli-Saucedo, 2005). Itzigsohn e Giorguli-Saucedo (2005: 899) avançam explicações para três modelos de participação transnacional: a) o *transnacionalismo linear*, que resulta dos laços que ligam os imigrantes à família e lugares de origem (receitas, férias, investimentos, etc) (Bash *et al.*, 1994; Glick Schiller, 1999 citados por Itzigsohn e Giorguli-Saucedo, 2005); b) o *transnacionalismo dependente de recursos*, quando os imigrantes tentam manter ligações à origem mas não conseguem por falta de recursos económicos (Goldring, 1998; Landolt, Autler e Baires, 1999; Mahler, 1999; Portes, Guarnizo e Landolt, 1999 citados por Itzigsohn e Giorguli-Saucedo, 2005); c) o *transnacionalismo reactivo*, que surge numa tentativa de recuperação do prestígio social, em função de uma experiência negativa de incorporação (Goldring, 1998;

Glick-Shiller e Fouron, 1998; Itzigsohn e Giorguli-Saucedo, 2002; Landolt, Autler e Baires, 1999 citados por Itzigsohn e Giorguli-Saucedo, 2005).

Segundo os autores, a participação transnacional está dependente de recursos materiais e, portanto, esta tende a aumentar quando a condição socio-económica dos imigrantes melhora. Mas podem ser apontadas algumas diferenças inter-géneros (Itzigsohn e Giorguli-Saucedo, 2005: 914). A participação transnacional dos homens é mais *reactiva*, e tendencialmente relaciona-se com a perda de prestígio social e/ou com a experiência de episódios de discriminação, podendo estes ser deslocados e substituídos pelas lideranças associativas e conexões transnacionais com a origem. Já as actividades transnacionais das mulheres tendem a ser mais *dependentes dos recursos materiais*, denotando um investimento e envolvimento mais activos no país de acolhimento, efectuados através do contacto que estabelecem com várias instituições por via da educação dos filhos (Itzigsohn e Giorguli-Saucedo, 2005; Jones-Correa, 1998).

Jones-Correa (1998), por sua vez, argumenta que as trajectórias associativas e políticas de homens e mulheres são diferenciadas, visto que nelas subjazem diferentes motivações imbricadas nas próprias construções culturais dos papéis de género. Em que medida é que essas construções determinam e condicionam os lugares ocupados na hierarquia política ou associativa? Serão os modelos de organização transportados dos países de origem ou adquiridos e transformados nos contextos de acolhimento?

Outra abordagem emergente aponta para o facto das mulheres migrantes desempenharem frequentemente um papel de mediadoras entre instituições governamentais e outros imigrantes e, neste sentido, desenvolverem estratégias para gerir espaços públicos e privado, activando as conexões entre eles (Jones-Correa, 1998; Wu e Wang, 2007). Porém, o desenvolvimento de actividades cívicas relacionadas com os papéis na vida familiar (tais como, os cuidados a idosos, crianças e a outras mulheres) não deixa que as próprias reconheçam a sua dimensão social e política. Na sua percepção, as acções desenvolvidas para outros migrantes, frequentemente co-étnicos, são apenas de carácter cultural (Wu e Wang, 2007). E nessa dimensão “cultural” colocam a manutenção

de relações familiares e de amizade à distância, a preservação de hábitos e tradições culturais transportadas, mas também a reinvenção dos mesmos, através da introdução de elementos de mudança mais adequados às novas vivências, na prestação de cuidados de saúde domiciliários, na educação dos filhos, na organização de festas “tradicionais”, etc.. Wu e Wang (2007) sustentam que estas representações podem ser interpretadas como um esforço para defender a legitimidade do grupo étnico numa sociedade maioritária europeia. Que papel assume a família no esboço de actividades cívicas? Podemos pensar o espaço público como uma extensão do espaço familiar?

De outro ângulo, alguma literatura tem vindo a questionar em que medida a *negritude* e a identidade étnica das mulheres podem ser organizadoras da acção de género em associações (Andall, 2003). A questão do *empowerment* das mulheres de minorias étnicas tem sido abordada, enquanto desafio perante percepções de dominação masculina e de soberania do Estado, em vários países europeus. Episódios de violência na esfera familiar e outros, derivados da essencialização e/ou racialização de categorias étnicas por parte do Estado, têm conduzido ao desenvolvimento de estratégias que visam a reivindicação de direitos de cidadania mais inclusivos, o reconhecimento da diferença étnica (entre outros), projectando-as assim num cenário de mobilização política (Andall, 2003; Sipi, 2000; Sudbury, 1998 citado por Kofman *et al.*, 2000: 19; Thiara, 2003).

As contribuições de Eva Rosander (1997) e Reimi Sipi (2000) apontam em duas direcções que nos interessaram explorar do ponto de vista da pesquisa empírica. A primeira, quando afirma que a participação em associações religiosas confere às mulheres “respeitabilidade” e mobilidade social em contextos de forte dominação masculina; a segunda, quando pensa essa mesma participação como um sinónimo de emancipação feminina. Embora cada uma delas nos remeta para cenários diferentes, quase opostos em termos da posição da mulher relativamente ao homem, ambas as autoras nos levam a reflectir sobre as várias estratégias e formas de negociação das desigualdades experienciadas. Como reflecte Mukhopadhyay:

“While women associations often reinforce and perpetuate a male-dominated status quo, some are catalysts for women’s rights or feminist movements” (Mukhopadhyay, 1988:464).

O facto destas pesquisas se inscreverem em contextos diferentes (migratório/não migratório) permite ainda interrogar o tipo de transformação dos papéis e relações de género decorrentes das variações contextuais.

Na verdade, as questões da emancipação feminina podem ser vistas de diferentes ângulos e não determinam uma inversão de poder em relação ao homem. No fundo, o que pode ser perspectivado como mais significativo é a forma ágil com que muitas mulheres adquirem novos espaços de mobilidade e, os negoceiam face às assimetrias de poder (económicas, sociais, de género, etc.) encontradas (Albuquerque, 2005; Albuquerque, Proença e Santos, 2005; Andall, 2003; Domingues, 2000; Sertório e Pereira, 2004; Sipi, 2000; Rosander, 1997).

Em Portugal, onde a investigação que concilia género, migrações e participação cívica ainda é recente e escassa,⁴ esta mesma problemática foi explorada por Rosana Albuquerque, numa perspectiva comparativa inter-geracional. A autora vê a participação dos/as jovens “luso-africanos/as” como uma “estratégia de dupla emancipação” e de procura de visibilidade, contra a assimilação social, mas também como forma de resistência em relação à multiplicidade de situações que percebem como discriminatórias em relação a si e/ou aos seus pares. Para si, a *negritude* constitui-se como um símbolo organizador da participação cívica, isto é, é ele que motiva, estrutura e transforma os discursos e as actividades desenvolvidas pelas jovens:

“A female emancipation opposed to the discrimination reproduced outside and within their ethnic communities, and an emancipation as a black African against the inequalities and prejudices that the society addresses to African communities” (Albuquerque, 2000: 180).

Convergindo com pesquisas anteriores de Albuquerque sobre o movimento associativo de imigrantes em Portugal (Albuquerque, Ferreira e Viegas, 2000; Albuquerque e Teixeira, 2005), baseámo-nos na análise das transformações ocorridas na con-

⁴ Esta investigação tem sido centrada nalguns grupos migrantes maioritários, tais como os cabo-verdianos e guineenses, embora paulatinamente tenha vindo a ser alargada a outros grupos e a envolver os/as jovens descendentes. (Abranches, 2007; Albuquerque, 2005, 2008; Machado, 1992; Peixoto *et al.*, 2006; Sertório e Pereira, 2004; Wall, Matias e Nunes, 2005).

juntura socio-política⁵ para melhor podermos entender os actuais posicionamentos e motivações das gerações mais jovens⁶ e dos seus antecessores.

No cenário associativo juvenil, a segunda metade da década de 90 marca a transição de um discurso sobremaneira acusatório e politizado, relativamente à discriminação racial, para um apelo à promoção da escolarização como única via para o desenvolvimento de competências dos seus pares, e instrumento ímpar para fazer face aos desafios no mercado de trabalho. Em termos identitários, a afirmação enquanto portugueses/as negros/as⁷, num registo menos confrontacional, confunde-se com a estratégia usada na conquista de direitos de cidadania, que lhes podiam/podem formalmente ser negados em função do bilhete de identidade e/ou do tipo de visto carimbado no passaporte (Albuquerque e Teixeira, 2005). A auto-proclamação da identidade portuguesa conduziu, assim, à deslocação da exigência de reconhecimento da nacionalidade ligada à origem dos pais (tal como esta lhes era imposta pelo Estado em virtude da prevalência do princípio *jus sanguinis*) para a exigência de reconhecimento da nacionalidade portuguesa “negra”. Que diferenças existem entre homens e mulheres na afirmação da identidade étnica e na forma como esta é apresentada no espaço público e/ou manifestada no tipo de actividades cívicas empreendidas?

O desenvolvimento de projectos educacionais dos jovens em meio associativo tem sido analisado como uma aposta em espaços de desenvolvimento de processos de mobilidade social ascendente, potenciados pela aquisição de redes sociais e pelo

5 A politização da etnicidade a partir da década de 90 - assinalada pelo surgimento da figura de um Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas - ACIME - (criado em 1996 - cf. Dec. Lei 3 A/1996 - e reestruturado em 2003 - cf. Dec. Lei 251/2002) e pelo delineamento de uma política nacional de imigração - patenteou uma viragem na acção organizada de imigrantes e na criação de novos espaços de participação cívica e política. Até então, na ausência de um enquadramento político e jurídico que legitimasse a sua actuação, os objectivos das associações orientavam-se para a resolução de problemas de primeira necessidade. A intensificação e diversificação dos fluxos migratórios conduziram, nessa altura, o Estado português a assumir-se como “país de imigração” culminando com o desenho de um conjunto de políticas públicas que acabariam por trazer esse tal enquadramento. Nesta sequência, as actividades das associações começaram a ser financeiramente apoiadas pelo governo, conduzindo à sua proliferação e profissionalização (Albuquerque, Ferreira e Viegas, 2000).

6 As alterações à Lei da Nacionalidade têm sido especialmente controversas em relação aos jovens, filhos/as de imigrantes, nascidos e/ou socializados em Portugal pelo facto de esta lhes conferir a nacionalidade e o mesmo tipo de visto dos seus pais. O princípio *jus sanguinis* substitui em 1981 o princípio *jus solis*. Todavia, a nova Lei da Nacionalidade (Cf. Lei orgânica nº 2/2006 de 17 de Abril) e o novo regime jurídico que regulamenta a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional (cf. Lei nº 23/2007) de 4 de Julho, ainda que com algumas limitações na atribuição da nacionalidade portuguesa, constitui um passo para a rectificação das situações atrás descritas.

7 Isto não colide com outras identificações, nomeadamente, relacionadas com as origens dos pais e/ou com os consumos musicais afro-americanos. É importante sublinhar que essas formas de apresentação são circunstancialmente e estrategicamente negociáveis.

reforço de capitais sociais (Albuquerque, 2008). Que papel desempenham as famílias nos posicionamentos assumidos pelos/as jovens? Em que medidas as famílias podem incentivar ou retrain a participação cívica dos/as jovens?

No movimento associativo de imigrantes mais amplo, muito embora encontremos casos de mulheres que desde cedo assumiram a liderança das associações, estes não deixam de ser excepcionais (Albuquerque, 2005). Apesar de bastante activas e participativas a nível associativo, as mulheres mais velhas têm permanecido invisíveis e remetidas para a esfera dos cuidados e da educação dos filhos (Albuquerque, 2000, 2005; Albuquerque, Ferreira e Viegas, 2000; Albuquerque e Teixeira, 2005). Essa invisibilidade deve também ser interpretada tendo em conta a própria diluição dos fluxos migratórios provenientes de África no período pré e pós-independências, isto é, a ausência de uma política de imigração ocultou durante quase duas décadas os rostos e as práticas destes migrantes.

O carácter de excepcionalidade das lideranças associativas protagonizadas por mulheres de origem africana deve ser interpretado à luz da sua condição de “elites”⁸ relativamente à maioria população migrante dos mesmos países de origem (Albuquerque, 2005; Machado, 1992; Marques, Mapril e Dias, 2003; Umbelina, 2006). Embora encontremos casos de mulheres que ocupam cargos de presidência,⁹ coincidentes com papéis de representação e liderança, estes têm sido sobejamente assumidos por homens.

Considerando as assimetrias inter-géneros culturalmente construídas, como podemos pensar os cargos de poder assumidos por mulheres, em termos da forma como os/as imigrantes são-tomenses vêm e classificam essa representatividade? E como pensar essas diferenças ao nível da articulação com as instituições do país de acolhimento e de origem, e com os Estados português e são-tomense?

Os projectos “Female Migration Vision: Immigrant Women in

8 Natália Umbelina (2006: 1-2) define o “conceito alargado de elite abrangendo as pessoas qualificadas, investigadores, professores, engenheiros, empresários e outros quadros que deixaram voluntariamente o seu país de origem e gozam no país de acolhimento de uma situação regularizada e de um enquadramento profissional qualificado.”

9 Alcestina Tolentino foi, desde o início, presidente da Associação Cabo-Verdiana, cuja criação é anterior a 1975 (Albuquerque, 2005).

Portugal - migration trajectories, main problems and policies” e “Mulheres Migrantes: Percursos Laborais e Modos de Inserção Socioeconómica das Imigrantes em Portugal”, coordenados, respectivamente, por Karin Wall, em 2005, e João Peixoto, em 2006, são exemplos da forma como investigações recentes na área do género e migrações têm abordado o associativismo de imigrantes. Num capítulo dedicado ao tema, o primeiro relatório explora o grau de integração social advindo dessa ligação, enquanto o segundo relatório analisa as representações positivas das mulheres imigrantes na imprensa nacional (o que em si também pode ser visto como uma expressão da integração social). Ambos dão exemplos concretos dos serviços providenciados pelas associações: na prestação de apoio jurídico, nos processos de recenseamento e realojamento das populações nos bairros (em virtude do Programa Especial de Realojamento), na criação de formações e *workshops* específicos com vista à inserção profissional, na manutenção e recriação da cultura e das sociabilidades, e na concessão de vários serviços sociais. Tendo em conta esta panóplia de actividades, podemos afirmar que os serviços prestados pelas associações substituem os serviços do Estado?

Esta multi-dimensionalidade das associações de imigrantes remete-nos para questões de carácter funcional e simbólico. Se, de uma perspectiva mais funcionalista, as associações surgem para preencher necessidades detectadas em populações-alvo, não parece menos relevante pensá-las como um palco para as sociabilidades, onde se desenvolvem laços de solidariedade e de entreatada (Albuquerque, 2005; Albuquerque, Ferreira e Viegas, 2000; Albuquerque, Proença e Santos, 2005; Bernardo e Neto, 2007; Horta, 2003; Machado, 1992; Sipi, 2000).

Descolando-nos de uma perspectiva apriorística sobre o papel da participação cívica quer na legitimação e perpetuação de estruturas de desigualdade de género, quer na sua dimensão potencialmente liberatória, procurámos também por isso articular as modalidades de participação cívica das mulheres de origem são-tomense com quem trabalhamos com dinâmicas micro-familiares de longa duração. Porém, o próprio terreno obrigou-nos a atender às suas vidas religiosas, mostrando-nos como valores e práticas de género, religiosas e de participação cívica constituem processos que se interpenetram e parcialmente se reconfiguram e renovam.

Com efeito, os usos da religião na participação cívica em contexto migratório têm vindo a assumir centralidade em vários domínios de pesquisa. Talvez como resultado da própria conjuntura social e política no pós-11 de Setembro, a compreensão das formas de participação e organização de grupos muçulmanos na esfera pública parece que tem vindo a consolidar-se (Abu-Lughod, 1991; Eickelman, 1997, 2006). Em contraste, escasseiam pesquisas que envolvam as religiões cristãs, católicas e evangélicas. Qual o papel da religião na criação de uma “consciência cívica” e na participação das mulheres no espaço público em contextos de pobreza e exclusão social (Vermeulen, 2001)? Serão a pertença e a participação cívico-religiosa potenciadas para fazer face à pobreza e exclusão social? Ou, ao invés, serão estas indicadoras de processos de reprodução desses fenómenos sociais? (Massey e Fisher, 2008; Yuval-Davis, 1999a, 1999b).

As pertenças religiosas podem constituir recursos identitários na medida em que permitem às mulheres a inscrição das suas vidas vividas em narrativas religioso-identitárias mais amplas, partilhadas por comunidades imaginadas de mulheres (Levitt, 2007), num contexto migratório específico. Em que medida, pois, as identificações religiosas - católicas e evangélicas - se repercutem na construção identitária feminina, nos papéis de género e nas modalidades de participação cívica activa de mulheres imigrantes de origem são-tomense? Constituirão um recurso identitário facilitador de percursos de mobilidade social? Para quem? Em que circunstâncias? De que modo tais pertenças - inscritas em retóricas ideológicas universais e apoiadas em redes sociais, laços de família, amizade e de ajuda mútua - lhes podem fornecer capitais sociais e simbólicos? Que tipo de usos e benefícios (pessoais e/ou grupais) fazem de tais capitais? Através deles, aumentarão a sua “honra” e “respeitabilidade” nos vários cenários e escalas em que se movimentam? (Bastos, 2008; Portes, 1999; Rosander, 1997; Tastsoglou, 2006; Yuval-Davis, 1999a, 2004).

Como veremos, os problemas experienciados nos bairros sociais (desemprego, baixos níveis de rendimento, violência doméstica, criminalidade, etc.) onde vivem ou já viveram, condensadores de imagens negativas veiculadas pelos média (cristalizadas em torno da *criminalidade* e da *destruturação familiar* das famílias africanas), motivam fortemente a sua actuação, variável de geração para geração, em prol da dignificação dos “africanos”. Tal identidade é construída a

partir de um conjunto de valores que remetem para a origem (São Tomé e Príncipe, Angola e “África” imaginada), que se orientam tanto para o espaço doméstico (na educação dos filhos), como para o espaço público (no desempenho de tarefas que complementam e/ou substituem os serviços prestados pelo Estado, pela autarquia e pela embaixada, na luta contra a discriminação, racismo, segregação espacial, etc.). São essencialmente as mulheres que zelam, medeiam e difundem esses valores, contribuindo assim para esbater a distância entre espaços públicos e privados (Kofman *et al.*, 2000; Macedo *et al.*, 2007; Mukhopadhyay, 1988; Pedraza, 1991), bem como entre países de origem e destino, além de agenciarem processos de negociação com várias estruturas organizacionais que medeiam a relação com a autarquia e com o Estado português. Nesse sentido, pretendemos equacionar o modo como esses espaços se interpenetram através da agencialidade das mulheres, detectar as estratégias que utilizam para criar mediações e estreitar contactos entre lugares e entidades, rompendo com as barreiras socialmente construídas (Sipi, 2000; Tastsoglou, 2006). Deste modo, aproximamo-nos das pesquisas que se focam nas continuidades e intersecções entre espaços públicos e privados/domésticos e questionam a atribuição dos espaços públicos aos homens e dos espaços privados às mulheres pondo em causa a forma como estes interferem nos discursos e práticas dos sujeitos (Abu-Lughod, 1991, 2002; Rosander, 1997; Tastsoglou, 2006).

Não alterando estruturas de desigualdade de género de longa duração, as suas vidas participativas, religiosas e familiares podem ser concebidas como “modalidades de agência que escapam à lógica da resistência e subversão das normas” (Mahmood, 2006: 143). Mas deixam entrever processos de reconfiguração (de responsabilidades, possibilidades de acção, efectividades, etc.) que permitem colocar questões importantes acerca das suas estratégias e projectos identitários de realização pessoal.¹⁰

10 Os repertórios interpretativos que as mulheres são-tomenses e os/as seus/suas descendentes usam para descrever as suas vivências são expressões da singularidade que deixam entrever o modo como gerem a sua identidade pessoal e social em termos ideológicos e, como através das suas práticas intervêm em prol da educação e da transformação social (Tajfel, 1983).

1.2. Articulando conceitos

Tanto o género como a participação cívica, dois conceitos estruturantes na nossa argumentação, serão aqui entendidos como conceitos socio-histórica e culturalmente construídos, pelo que nos distanciaremos de aceções eurocéntricas, baseadas em modelos e explicações universais. Não excluimos, todavia, a importância desses modelos universais, até porque estão, necessariamente, subjacentes ao desenho de políticas públicas e podem contribuir para efectivar os direitos de cidadania. Mas até que ponto reflectem eles as necessidades mais elementares dos indivíduos, o conjunto de valores e referências culturais que transportam consigo e proporcionam o acesso à cidadania?

Para podermos concretizar algumas das ideias já apresentadas, urge agora que situemos os conceitos de participação cívica e de género num vasto quadro teórico, sem esquecermos o contexto socio-histórico e as narrativas das nossas interlocutoras com vista a podermos reflectir sobre uma série de nuances que daí resultam.

1.2.1. A participação cívica “através da lente do género”

No relatório do projecto “Building Europe With New Citizens? An Inquiry into the Civic Participation of Naturalised Citizens and Foreign Residents in 25 Countries”, lançado em 2005, Dita Vogel e Anna Triandafyllidou operacionalizam uma hipótese de partida: os imigrantes representam um potencial importante para a revitalização da participação cívica nos países de acolhimento, mesmo que esse potencial não seja traduzido em actividades concretas, em virtude das condições sócio-políticas que aí encontrem (Vogel, 2005: 4). Para além da dimensão comparativa extremamente rica que este relatório nos oferece, podemos nele encontrar contribuições sobre formas de participação diferenciadas entre homens e mulheres (Wu e Wang, 2007), o que nos leva, desde já, a salientar que a participação cívica não é neutra em termos de género nem tão pouco uniforme, e esconde diferentes tipos de motivações.

A presença dos imigrantes na Europa por períodos indeterminados de tempo e dos seus descen-

dentos, já aqui nascidos e socializados, tem em muito contribuído para o questionamento de uma ideia de identidade nacional estática e do papel do Estado Nação (Soysal,1999). As desigualdades resultantes da oposição ser nacional/ser estrangeiro, frequentemente transpostas na oposição cidadão/não cidadão (agravadas pela condição de género) geram situações de exclusão social graves que reacenderam o debate científico sobre a importância de se repensar o conceito de cidadania (Carvalhais, 2004; Isin, 1999; Soysal, 1999). Nesta linha, emergem propostas de reflexão crítica sobre cidadania pós-nacional (Carvalhais, 2004) e transnacionalismo (Bauböck, 1998, Koopmans, 2005), no seio das quais o conceito de fronteira é problematizado. Tais contribuições são relevantes na medida em que, e além de nos fornecerem uma visão mais dinâmica daquilo que pode ser o papel do Estado, também nos permitem valorizar a agencialidade dos sujeitos e as múltiplas estratégias adoptadas para fazer face aos constrangimentos e oportunidades encontradas em contextos migratórios.

É neste sentido que optámos por trabalhar com o conceito de participação cívica em detrimento do conceito de cidadania. A maleabilidade e plasticidade de acções formais e informais, desenvolvidas pelos sujeitos, excedem em muito todo um conjunto de direitos e deveres em que eles se inscrevem em função da sua condição legal. Aliás, uma das hipóteses que colocamos é a de que a participação cívica pode traduzir uma necessidade de “sobrevivência” proporcionalmente inversa ao que seria desejável em termos do acesso aos direitos do/a “cidadão”/“cidadã”, derivada das múltiplas barreiras que os imigrantes encontram nos países de acolhimento por via da sua condição legal e/ou da ausência e/ou ineficácia dos acordos de cooperação (nas áreas da saúde, educação, etc.) existentes entre países de origem e acolhimento.

O conceito de participação cívica é entendido e trabalhado no projecto POLITIS num sentido lato, à luz das políticas de imigração de cada país, de modo a permitir explorar uma multiplicidade de dinâmicas, formais e informais, protagonizadas por imigrantes, a várias escalas. A focalização na construção de pertenças e lideranças operadas em escolas, igrejas, partidos políticos, sindicatos, etc., evidencia o desenvolvimento de estruturas de apoio e de entajuda que reflectem as necessidades e preocupações pessoais e sociais dos/as migrantes (Vogel e Triandafyllidou, 2005):

We define actively participating immigrants (immigrant activists (...)) as people that “give a voice to societal concerns”, e.g. by engaging in political parties, local committees, parent associations or migrant lobby organizations; and/or organize solidarity and self-help, e.g. by taking leadership functions in religious associations, ethnic associations or informal self-help networks (2005: 11).

Ao nível empírico, vários autores mencionam o tipo de actividades em que as mulheres de origem africana se podem envolver, reproduzindo e reinventando práticas que transportam consigo dos países de origem e/ou adquiridas em Portugal: a organização de festas ou de acções de solidariedade para angariação de fundos, a promoção de cuidados de saúde e assistência à doença e à morte, as campanhas de limpeza, a assistência na infância, a participação em associações de pais, a participação em comissões de moradores, etc. (Abranches 2007; Bernardo e Neto 2007; Øien 2008; Albuquerque 2008). Em vários países da costa ocidental africana, essa participação parece estar sobretudo ligada a associações religiosas e/ou profissionais, em tremenda proliferação tanto em espaços rurais como urbanos (Domingues, 2000; Emovon, 1997; Erlandsson, 1997; Rosander, 1997: 13; Santo, 2001; Shebi, 1997).

A nossa análise orienta-se segundo esta perspectiva e demarca-se de observações dicotomizantes que inviabilizam uma melhor compreensão dos processos internos (derivados das suas escolhas pessoais) e externos (resultantes de políticas públicas e de outros factores relacionados com o contexto migratório) aos sujeitos que influenciam a participação cívica em contexto migratório. Partindo das narrativas das entrevistadas e das concepções émicas¹¹ de participação cívica que nos transmitiram, queremos ampliar a análise das dinâmicas de participação cívica, mostrando que estas, mesmo não estando directamente ligadas a associações ou organizações, revelam dimensões de “institucionalização”, apoiadas em padrões de organização endogrupal nos contextos de acolhimento (relacionados, ou não, com os espaços de origem). É a tensão entre direitos e identidades (Isin, 1999; Soysal, 1999) que nos interessa aflorar. De que modo as mulheres se apropriam dessa participação? O que ganham com ela? Em que medida isso contribui para a sua auto-realização enquanto sujeitos?

¹¹ Por concepção émica entendem-se as visões internas dos sujeitos que vivenciam essas experiências.

1.2.2. Mulher imigrante - mulher africana - mulher negra

O enfoque nas trajetórias e práticas das mulheres, evidenciando as suas competências e estratégias de negociação face a determinadas assimetrias de poder, tem vindo a ser mencionado como uma viragem em relação às concepções mais androcêntricas e/ou universalistas que relegam a figura da mulher para segundo plano, ou a essencializam (Andall, 2003; Kofman *et al.*, 2000). Ainda assim, a rápida apropriação e disseminação pelo senso comum, de categorias como *mulher imigrante*, *mulher africana* e *mulher negra*, frequentemente carregadas de juízos de valor, sugerem o exercício de clarificação e desconstrução que se segue. Em qualquer caso, queremos evitar que se considere que estas mulheres constituem um todo homogéneo. E, por outro lado, importa-nos questionar retóricas de salvação e discursos lineares sobre “emancipação feminina” (Abu-Lughod, 1991, 2002; Oyewumi, 2004; Mukhopadhyay, 1988).

A análise das diferenças entre género suportada por critérios biológicos favoreceu a reificação dos papéis de género, no sentido de se assumir que determinados comportamentos e emoções são “típicos” das mulheres, e outros “típicos” dos homens. Ora, os estudos feministas, de mulheres e de género, desde os anos 70 do século XX, têm contribuído para ampliar as abordagens antropológicas, no que toca o entendimento do género como uma construção sócio-cultural, logo, contextualmente variável (Abu-Lughod, 1991, 2002; Oyewumi, 2004). Nesse sentido, desconstruir o género enquanto um todo absoluto e uniforme implica pensar nas suas múltiplas dimensões - classe, raça, etnicidade, geração, idade, posição no ciclo de vida, etc. - e nas combinatórias que contribuem para a sua complexificação (Amâncio, 1994; Bedoya, 2000; Bonetti, 2006; Fabre, 1997; Mukhopadhyay, 1988; Nash, 2004; Oyewumi, 2004).

A sobreposição das classificações “negra”/“africana” e/ou “negra”/“estrangeira”, difusa entre o senso comum e, por vezes interiorizada e naturalizada pelos/as nossos/as interlocutores/as (como forma de diferenciação em relação aos “portugueses brancos”), dirige muitas situações de discriminação e racismo para a problemática da imigração, camuflando os problemas sentidos entre os/as jovens descendentes, nascidos/as e socializados/as em Portugal. Aqueles que, à luz da antiga Lei da Nacionalidade vigente em Portugal, eram excluídos/as do acesso à nacionalidade

portuguesa e, portanto, ao exercício fundamental dos seus direitos de cidadania. Este cenário é complexificado quando analisamos as suas próprias narrativas sobre o que pensam, sentem e fantasiam acerca das suas pertenças.

Atentos a esta situação, como já vimos, estudos recentes sobre género e migrações revelam uma preocupação quanto à forma como a cristalização destas percepções pode ser particularmente grave em contexto migratório, conduzindo a situações de dupla e/ou tripla discriminação e exclusão quando se sobrepõem as categorias “mulher”, “imigrante” e “negra”. Por exemplo, Nash (2000) e Bedoya (2000) concluem que as representações sobre mulheres imigrantes nos principais *media* espanhóis tendem a enfatizar uma imagem das mulheres-imigrantes como sendo passivas, subalternas ou dependentes, associando-as a situações de violência doméstica, a redes de prostituição, e à excisão feminina. Similarmente, Catarina Sabino (2006) analisa as representações das mulheres imigrantes na imprensa portuguesa, e são maioritariamente relacionadas com o tráfico sexual de mulheres ou prostituição associada à imigração ilegal.¹²

É o combate contra a produção e difusão de tais imagéticas que motiva fortemente a acção de Organizações Não Governamentais e de associações *de e para* imigrantes, na veiculação de informação sobre os direitos das mulheres, na promoção da emancipação feminina e no *empowerment* da mulher (Bedoya, 2000; Sipi, 2000; Thiara, 2003; Yuval-Davis, 2004). Não obstante, é preciso interrogar o que é que estas estruturas representam na efectivação do acesso a esses direitos, tendo em atenção discursos reféns de um imperialismo feminista, linear e/ou paternalista, que oculta as tensionalidades e vulnerabilidades envolvidas nas dinâmicas de género.

Sem desprimor pela conquista das feministas de um espaço de debate político para as questões de género, questionamos retóricas de salvação do tipo *retirar as mulheres da invisibilidade, dar-*

lhes voz ou *libertá-las de estruturas opressoras* que não considerem narrativas de mulheres na primeira pessoa, devidamente contextualizadas (Abu-Lughod, 2002). Se, nos anos 70 do século XX, o enfoque nas relações de poder e dominação do homem

12 A este propósito a autora refere ainda a notícia sobre o movimento das “mães de Bragança” contra as mulheres imigrantes que trabalhavam em casas de alterne e estavam a contribuir para abalar a boa moral e desestruturar as famílias portuguesas. A polémica foi divulgada internacionalmente pela revista *Time*.

em relação à mulher eram preponderantes e detinham consequências relevantes (nomeadamente ao nível da politização desta matéria, e subsequente construção progressiva de novos espaços para as mulheres), estudos mais recentes têm contribuído para a relativização e necessidade de complexificação do problema. É relevante esmiuçarmos o que confere poder à mulher numa relação conjugal e/ou, por extensão, nos espaços público e privado, prestando atenção a aspectos menos visíveis.

Nesse sentido, registamos um maior interesse e compreensão acerca das modalidades de agência desenvolvidas por mulheres face a situações assimétricas e de desigualdade entre géneros (Andall, 2003; Bedoya, 2000; Sertório e Pereira, 2004; Sipi, 2000).

“There is a growing tendency to see women as agents rather than passive pawns in male-dominated structures; to consider the strategies women use to manipulate and work within the prevailing ‘reality’ of their lives and societies; to recognize that women in any culture play many roles, simultaneously and of course of a lifetime; and to realize that focusing on women solely as wives (especially brides) and (young) mothers overemphasizes the limitations on women’s powers and sphere action, even for the most male-dominated cultures” (Mukhopadhyay, 1988: 465).

Os esforços de complexificação e desconstrução do conceito de género têm ainda clarificado a predominância de retóricas eurocêtricas em relação às mulheres de outras partes do mundo, bem como em relação às diversas interpretações sobre parentesco e família (Abu-Lughod, 2002; Mukhopadhyay, 1988; Oyewumi, 2004). Oyewumi critica o facto de algumas pesquisas aliarem a construção e definição do conceito de género à ideia de um modelo de família nuclear ocidental, em que a relação homem/mulher ocupa um lugar central, quando em vários contextos africanos predominam modelos de família cujo núcleo assenta na relação mãe-filho. Mukhopadhyay (1988: 483-484) também critica essa tendência para a universalização de modelos de parentesco, família e parentesco, baseados em postulados eurocêtricos, que na sua opinião são cruciais para se perceber a ideologia de género:

“Like the nature/culture dichotomy, the domestic/public formulation universalizes Euro-centric assumptions and models of kinship and reproduction” (Mukhopadhyay, 1988: 481).

Esta última constatação é corroborada por outros estudos, que chamam a atenção para o facto de ser a maternidade que fortalece e confere à mulher o estatuto de mulher e, não propriamente a sua condição de esposa (Emovon, 1997; Oyewumi; Rodrigues, 2007; Rosander, 1997). Assente na ideia de que a acção das mães é motivada pelo sustento e educação dos filhos sem a ajuda do pai/marido, estas autoras justificam a participação associativa das mulheres como um meio para conseguirem poder económico e político, sem que isso necessariamente inverta posições de dominação masculina manifestas nas estruturas sociais (Emovon, 1997; Rosander, 1997). Contudo, é a maternidade que pode implicar, já em si, um ganho na relação conjugal, na medida em que confere prestígio e poder à mulher:

“Bearing and raising children can be a means of establishing ties of obligation and, hence, control over others” (Mukhopadhyay, 1988: 483).

2. CONTEXTUALIZAÇÃO E OPÇÕES METODOLÓGICAS

2.1. Migrações Femininas de São Tomé e Príncipe no contexto pós-colonial português

A emergência dos fluxos migratórios femininos de São Tomé e Príncipe para Portugal¹³ suplantou a escala de mobilidade interna, marcada pelo êxodo rural, tornando-se numa realidade desde 2001. No contexto da transição política para o multipartidarismo, em 1989, perante um cenário económico nacional insustentável e uma conjuntura social e política de maior abertura, muitos são-tomenses confrontaram-se, finalmente, com a possibilidade de investir num projecto migratório, até aí retraído e desencorajado pelo Governo. Possivelmente, as relações históricas mantidas com Portugal e Angola contribuíram para que estes dois países se constituíssem como os principais destinos de acolhimento de um êxodo descrito como “definitivo” e “desorganizado” (Bonfim, 2000; Nascimento, 2006; Mata 2000).

Durante o período colonial, a intensiva circulação de pessoas entre as colónias por via do abastecimento de mão-de-obra era remetida à invisibilidade. Para manter o importante centro de produção económica da metrópole portuguesa, a então colónia recebeu milhares de trabalhadores, habitualmente designados por “contratados”. A contratação forçada de trabalhadores para as roças foi encenada pela Sociedade de Emigração para São Tomé e Príncipe¹⁴ desde 1912. O seu objectivo era a substituição de mão-de-obra escrava no período subsequente à abolição da

13 As migrações subsarianas dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa marcaram até à década de 90, quase exclusivamente, os principais fluxos migratórios em território português, sendo essencialmente a partir desta data que estes se começam a diversificar e intensificar (Machado, 1992). De acordo com os dados do SEF de 2007, os imigrantes provenientes dos PALOP representavam 92% do total de africanos residentes em Portugal, e 31% do total de imigrantes residentes em Portugal (Cf. anexo 1 - Tabela 3). Se, em números absolutos, as migrações cabo-verdianas se destacam das restantes, em termos das taxas de crescimento (1999-2007) evidenciam-se as migrações são-tomenses (121%) e angolanas (85%). Ao diferenciarmos esses dados por sexo, as taxas de crescimento são ainda mais inflacionadas, denotando a *feminização* dos fluxos, que no caso das mulheres são-tomenses representam 134%, tendência acompanhada pelas mulheres guineenses e angolanas, ambas 111%. Porém, quando comparando os números absolutos, segundo os dados oficiais, apenas o número de mulheres são-tomenses ultrapassa o número de homens (cf. anexo 1 - Tabela 1).

14 Destacamos aqui alguns artigos desses estatutos (A.A.V.V., 1964) publicados pela Direcção Geral das Colónias – Ministério das Colónias, ilustrativos do enquadramento legal da emigração para São Tomé e Príncipe: «(...) Artigo 2º, 1º Fornecer trabalho livre, salariado, para agricultores, industriais e comerciantes das ilhas de S. Tomé e Príncipe; 2º Recrutar trabalhadores livres salariados, indígenas das províncias de Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau e de qualquer outra procedência nos termos da legislação e regulamentos especiais em vigor em cada colónia; 3º Promover nos termos da lei a repatriação dos trabalhadores cujos contratos estejam findos; (...)

Artigo 12º (...) Os agricultores, industriais e comerciantes de S. Tomé e Príncipe, que sejam, uns e outros, accionistas da Sociedade, requisitarão à direcção desta, em Lisboa, o número de serviços que precisem durante o semestre a começar em Julho e Janeiro imediatamente seguintes, pondo simultaneamente o pedido, à ordem da Sociedade no banco emissor do Ultramar, em Lisboa ou S. Tomé, a quantia que for fixada pela direcção da Sociedade por cada serviço que requisitarem.»

escravatura, o que conduziu à reunião naquele território de vários milhares de pessoas maioritariamente oriundas de Cabo Verde, Angola e Moçambique, mas também do Gabão, Libéria, Macau, Índia, etc. (Bonfim, 2000:11; INE STP, 2003b), culminando naquilo que alguns autores indiciam como uma segunda fase da escravatura. Com poucas possibilidades de regresso aos países de origem, muitos desses trabalhadores acabariam por se estabelecer, constituindo família e raízes, e fazem hoje parte integrante da população são-tomense.¹⁵

“Após a abolição da escravatura, as autoridades coloniais portuguesas publicaram um regulamento de imigração cujo objectivo fundamental era o recrutar os contratados de outras colónias para as plantações de S. Tomé e Príncipe. Medidas foram tomadas como forma de ultrapassar o problema da falta de mão-de-obra que se fazia sentir nas ilhas, após o término da escravidão (...) em 1956 (...) havia nas roças de S. Tomé 9680 angolanos, 6320 cabo-verdianos, 4910 moçambicanos em regime de trabalho forçado. Muitos desses trabalhadores, ao longo de dezenas de anos em que funcionou esse regime, nunca mais voltaram às suas terras de origem” (INE STP, 2003b: 9)

Após a independência, o partido único (MLSTP) ganhou popularidade através da edificação de uma identidade nacional alimentada pela criação de novos símbolos de liberdade e nacionalismo (hino nacional, feriados nacionais, dia de trabalho voluntário, etc.), cimentados por múltiplos ataques à dominação colonial portuguesa. A conquista das massas populares efectivava-se através da promoção de encontros e na mobilização de pessoas que contribuíssem voluntariamente para a construção e reforço da identidade nacional (Seibert, 2002).¹⁶

As expressões de um regime opressor ganharam várias formas, entre elas, o desenvolvimento de estratégias que visavam o reatamento da emigração dos são-tomenses (através do apelo à necessidade de trabalhadores para as roças, após a partida de muitos contratados) (Bonfim, 2000; INE STP, 2003b; Nascimento, 2006). Estas medidas assentaram numa propaganda negativa sobre os efeitos da emigração. A cristalização das imagens dos emigrantes cabo-verdianos residentes no país em péssimas con-

15 Augusto Nascimento tem realizado investigação aprofundada sobre a diáspora cabo-verdiana residente em São Tomé e Príncipe, especificamente sobre a situação dos contratados, explorando mais indícios sobre o não retorno nos livros “O Sul da diáspora” e “O Fim do Caminho Longo”.

16 Porém, como explica Seibert (2002: 135): “A participação não era voluntária, uma vez que os trabalhadores que não participassem eram punidos com um corte de pagamento de um dia e denunciados como reaccionários”.

dições sócio-habitacionais serviria o propósito do governo durante algum tempo. Porém, isso impediu que os projectos migratórios se concretizassem (Bonfim, 2000; Nascimento, 2006).

É a partir de finais dos anos 80 do século XX, com a abertura ao multipartidarismo, que os fluxos emigratórios de São Tomé e Príncipe se intensificam.¹⁷ Os três destinos principais¹⁸ são o Gabão,¹⁹ Angola e Portugal, com destaque para estes dois últimos. Numericamente, Angola²⁰ constitui o país receptor de são-tomenses emigrantes mais importante. A Conferência das Organizações Nacionais das Colónias Portuguesas propiciou a assinatura de acordos de cooperação entre estados que continuam a facilitar o acesso dos são-tomenses a lugares na função pública. Por acréscimo, e para além da economia informal (que atrai sobretudo mulheres), entre as principais actividades dos são-tomenses residentes em Angola destacam-se os quadros institucionais e outros profissionais qualificados (professores universitários, engenheiros, médicos, etc.). Durante o período da guerra civil angolana, muitos são-tomenses regressaram temporariamente ao país de origem ou migraram para Portugal.

Em Portugal, residem actualmente 15 a 18 mil imigrantes de origem são-tomense,²¹ embora o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) registre cerca de 11 mil. Desde 2001, que o fluxo emigratório é constituído, na sua maioria, por mulheres em idade activa, embora também se registem números elevados nas idades mais jovens (Cf. anexo 1 - Tabela 5). Note-se que estes dados não

17 Em número reduzido, os são-tomenses que migraram antes de 1974, fizeram-no no âmbito do funcionalismo público, para prosseguimento de estudos ou sob o pretexto de continuarem a sua especialização técnica e profissional (médicos, professores, engenheiros, etc.), acabando por se fixarem, tanto em Angola como em Portugal.

18 Nas entrevistas realizadas identificámos outros destinos migratórios dos são-tomenses, mais ou menos circunstanciais (em função da conjuntura sócio-histórica e ao abrigo de acordos bilaterais), e comparativamente menos expressivos. Em África: Moçambique e Guiné Equatorial. Na Europa: Reino Unido, França, Espanha e Alemanha. No resto do mundo: Cuba, Brasil e países da antiga URSS.

19 No Gabão, o principal factor de atracção, inclusive para muitas mulheres, foi o crescimento da economia informal, associado à proximidade geográfica. Em 1993, todos os emigrantes são-tomenses sem visto foram repatriados, grupo essencialmente constituído por mulheres vendedoras, envolvidas no comércio informal. Nos últimos anos, este fluxo tem perdido alguma expressão (Bonfim, 2000).

20 O Cônsul de São Tomé e Príncipe referiu-nos, em entrevista realizada a 28 de Maio de 2008, que, em 2002, deixou registados na Embaixada de São Tomé e Príncipe em Angola (onde viveu 38 anos, 25 dos quais exercendo funções no consulado) cerca de 22 mil são-tomenses.

21 Estes números foram levantados mediante entrevistas ao Cônsul de São Tomé e Príncipe em Lisboa e ao presidente da Associação da Comunidade de São Tomé e Príncipe (ACOSP), considerada a “associação mãe” das associações são-tomenses em Portugal. Na verdade, tratam-se de valores meramente indicativos. No caso da embaixada, os números disponibilizados são apurados com base nos registos consulares, a que todos os emigrantes estão obrigados, quando chegam. Estes dados são atualizados à data da regularização periódica do cartão consular (de dois em dois anos). No caso da associação, o levantamento parte da experiência do dirigente associativo e do seu contacto directo com as populações nos bairros e com outros membros e/ou representantes de associações de/com são-tomenses. Uma vez que o Estado são-tomense nunca procedeu ao recenseamento da população emigrante é igualmente difícil saber, por exemplo, quantos emigrantes residem noutros países europeus.

diferenciam naturalidade de nacionalidade, englobando quer os naturais de São Tomé e Príncipe com nacionalidade portuguesa, quer os filhos de são-tomenses nascidos em Portugal durante o período de vigência da antiga Lei da Nacionalidade. O desfasamento entre o registo do SEF e o registo da ACOSP leva-nos a ponderar a hipótese de existir um número significativo de são-tomenses a residir em Portugal sem documentos, indicando porventura situações de maior vulnerabilidade social, económica, habitacional e profissional.

Entre os principais perfis de imigrantes são-tomenses destacam-se quatro categorias: os migrantes laborais, os estudantes universitários, os doentes e os fugidos à guerra civil de Angola.

Até 2001, as migrações de São Tomé e Príncipe eram eminentemente masculinas e atraídas pela procura de trabalho, sobretudo no sector da construção civil. Um período intenso de grandes obras públicas, donde se destacam as mega construções da Ponte Vasco da Gama (1996/98) e do recinto e edifícios da Exposição Mundial de Lisboa (1998), e privadas, como o Centro Comercial Vasco da Gama, abrigaram várias centenas, se não milhares de trabalhadores oriundos dos PALOP. Situações de forte precariedade laboral e elevada sinistralidade, denunciadas por sindicatos e associações de imigrantes, colocam este sector na mira da então Inspeção-Geral do Trabalho, criando maiores constrangimentos ao abrigo de trabalhadores ilegais. Esta pode ser uma explicação parcial para o recente crescimento das migrações de mulheres (decréscimo dos

22 As quotas de entrada de imigrantes em Portugal para fins laborais, regulamentadas desde 2004 mediante a apresentação de relatórios anuais do Instituto de Emprego e Formação Profissional, são supostamente estabelecidas em função das necessidades encontradas nos vários sectores de actividade (construção, alojamento e restauração, agricultura e outras actividades de serviços), embora, por exemplo, o serviço doméstico não surja na paleta das profissões listadas. Em Maio de 2009 foi divulgada uma carta aberta assinada por várias organizações de imigrantes e membros da sociedade civil (professores universitários, políticos, jornalistas, músicos, sindicalistas entre outros), denunciando, precisamente, o “fracasso da política das quotas” e como esta apenas tem contribuído para gerar uma “bolsa de indocumentados”. A atribuição de um visto de trabalho por esta via acarreta uma série de condicionantes, nomeadamente, a dependência dos acordos bilaterais entre Portugal e os países de origem dos migrantes.

O serviço de limpeza, o serviço doméstico e a construção civil são áreas que atraem um elevado número de mão-de-obra desqualificada, a baixo custo, sujeitas à precariedade e à sinistralidade. O crescente número de acidentes graves em obras públicas, com visibilidade na comunicação social tem, talvez, contribuído para que este sector esteja cada vez mais na esteira das autoridades. Pelo contrário, os serviços domésticos e de limpezas continuam remetidos para a invisibilidade. Esta situação tem conduzido muitos homens ao desemprego permanente e/ou temporário (entre uma e outra obra). A ausência de contratos de trabalho e de protecção social lançam os homens numa espiral de incerteza em termos da sua segurança profissional. O trabalho como segurança e como motorista constituem alternativas às obras, sobretudo para os homens mais velhos, com baixas qualificações. Os homens mais jovens, à semelhança das mulheres, também trabalham em cadeias de *fast food* e *call centers* ou supermercados. Ainda que padeçam de constrangimentos análogos, as mulheres que trabalham nestes sectores muitas vezes conseguem garantir um rendimento mais permanente do que os homens (Catarino e Oso, 2000).

23 De acordo com o relatório do Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe focalizado nas dinâmicas das mulheres São Tomé e Príncipe, estas assumem desde cedo a chefia do lar, sozinhas, sendo esta tendência decorrente de uniões de facto e casamentos precoces que acabam em separações também precoces (INE STP, 2003a: 16).

homens), estando o serviço doméstico menos exposto a esse controlo oficial²² (Catarino e Oso, 2000; Sassen, 2003). No caso das nossas entrevistadas, a migração laboral está inter-relacionada com outras motivações: reagrupamento familiar, estudar, fugir à guerra ou a procura de cuidados de saúde. Portugal não se constitui como a primeira oportunidade de trabalhar e ganhar dinheiro para a maioria delas, sendo que já tiveram experiências profissionais anteriores no país de origem ou nos países onde estiveram emigradas, contrariamente à tendência encontrada noutros grupos de mulheres migrantes. Muitas delas eram responsáveis pela gestão dos agregados familiares,²³ tinham até melhores empregos, no entanto, vêm para melhorar a vida e dar melhor educação aos filhos.

O fluxo migratório de estudantes universitários são-tomenses em direcção a Portugal, à semelhança do que aconteceu com outros estudantes provenientes dos PALOP, inicia-se ainda durante o Estado Novo (Machado, 1992, 1998). Entre as gerações mais novas, saídas de São Tomé e Príncipe após a independência, detectamos dois percursos e trajectórias possíveis. Por um lado, os alunos que vêm directamente de São Tomé e Príncipe, o percurso mais comum para aqueles que queriam ingressar na universidade em Portugal, era sair após completar o 11º ano,²⁴ cumprindo aqui o 12º ano, bem como a realização das provas de acesso, tal como os restantes alunos portugueses (Amado, 2003). Por outro lado, os estudantes que tenham crescido entre São Tomé e Príncipe, Angola e Portugal, acompanhando as trajectórias migratórias familiares, repartindo o seu percurso escolar por estes países, culmina na mesma situação que o grupo anterior em relação ao acesso universitário.

A escassa atribuição de bolsas de estudo resulta no facto de muitos destes estudantes terem de conciliar os estudos com uma actividade profissional. Algumas jovens têm experiências profissionais anteriores, no país de origem, contrastantes em termos das competências exigidas e prestígio social, com aquelas que entretanto desenvolvem em Portugal. Por exemplo, algumas destas jovens trabalharam como secretárias em gabinetes de Ministros. Na esperança de

24 Até 1985/86 a escolaridade máxima cumpria-se no 11º ano. A introdução de reformas recentes no sistema de ensino (Cf. Amado, 2003) já possibilita a realização do 12º ano e o acesso a estudos superiores em São Tomé e Príncipe, embora muitos estudantes considerem que as universidades estrangeiras têm mais prestígio. Além disso, colocamos a hipótese desta poder ser vista como uma oportunidade para sair do país.

assegurarem um futuro melhor, agarram-se aos trabalhos, cujos horários possam ser suficientemente flexíveis, para continuar os estudos, no confronto com situações de forte precariedade laboral. Exemplos disso são as funções desempenhadas nas firmas de limpeza, no serviço doméstico, muitas vezes combinado com *babysitting*, em cadeias de *fast food*, na restauração, nos supermercados e nos *call centers*. Aquelas que terminaram os seus cursos, e conseguem reunir as condições para permanecer em Portugal, notam algumas melhorias. Todavia é no regresso a São Tomé ou a Angola que perspectivam o reconhecimento profissional e a ascensão na carreira, que reclamam não ser possível em Portugal, e que atribuem a situações de desemprego dos jovens qualificados, de um modo geral, e de discriminação racial. Londres vislumbra-se, cada vez mais, como um destino para aqueles que querem investir noutras formações e continua aquisição de competências. Reflectem nele um desejo de internacionalização, sem que isso seja sinónimo de um desejo de aí fixar residência, já que isso, na sua perspectiva, representaria um recomeço e, de alguma forma, um retrocesso na sua carreira profissional. Algumas jovens conseguem adquirir residência e/ou nacionalidade e constituem família em Portugal, permanecendo no país sem regresso marcado.

Por outro lado, os imigrantes que chegam ao abrigo de protocolos na área da saúde representam talvez o grupo com maiores vulnerabilidades sociais, económicas, profissionais e habitacionais. Nalguns casos, a embaixada suporta os encargos da viagem, sem garantir apoio financeiro para as despesas de alojamento²⁵ e alimentação. Sendo que os vistos de doença não permitem que estas pessoas desenvolvam actividade profissional, aqueles que têm de permanecer por tempo indefinido ficam remetidos para círculos de dependência das redes de família, amigos e conhecidos a residir em Portugal, potenciando situações de exploração e/ou de abandono pelos mesmos. Além dos doentes, os seus acompanhantes (por exemplo, pais que vêm acompanhar filhos menores e não podem trabalhar) são igualmente afectados por esta situação.

25 Os doentes com dependência permanente dos serviços de saúde têm assegurado o alojamento em pensões com os quais a embaixada tem acordos. Não obstante, o próprio cônsul reconhece a falta de condições das mesmas, o que tem dado a azo à organização de manifestações em frente à embaixada.

Muitas das nossas entrevistadas apresentam circuitos migratórios que se desenhavam entre São Tomé e Príncipe, Angola e Portugal. A ocupação de cargos diplomáticos, na área da saúde

ou da educação propiciaram algumas destas deslocações, sendo que o despoletar da guerra civil angolana levou a que muitos se refugiassem em Portugal. Os filhos destas mulheres, nascidos em diferentes países, acabariam por concluir a sua educação em Portugal, tanto ao nível do ensino secundário, como superior. Tendencialmente, começaram a trabalhar ainda menores de idade para contribuírem para a economia da família. Neste grupo de pessoas, verificamos que o projecto migratório correspondia a um projecto familiar, embora o afastamento entre o casal ou o fracasso do projecto profissional do homem tenham levado à sua separação e/ou divórcio. As mulheres que chegaram por via do reagrupamento familiar tinham alguns estudos e experiência profissional, que lhes permitiu fazer um reajustamento ao novo contexto de residência, através da substituição de profissões da sua competência, por outras nos serviços domésticos ou em firmas de limpeza.

Embora os migrantes de São Tomé e Príncipe tenham saído em diferentes períodos, parece comum a todos eles o não-regresso, levando alguns autores a referirem-se ao êxodo “definitivo” e “desorganizado”, como aqui já foi referido (Bonfim, 2000; INE STP, 2003b; Mata 2000: 45). O não reconhecimento por parte do Estado do valor da sua diáspora e das contribuições que esta pode ter na construção do país, leva algumas das sua elites intelectuais a categorizá-lo como “país padrasto” (Mata, 1999: 32). Augusto Nascimento sintetiza estes aspectos na seguinte afirmação:

“Não há uma política de emigração em S. Tomé e Príncipe, que não se reconhece como um Estado com emigrantes ou com emigração. Tal é reconhecido por são-tomenses que, atentos aos fenómenos migratórios, se mostram particularmente sensíveis à intolerância e aos preconceitos raciais nos países de destino, sem dúvida, uma causa de grande sofrimento” (Nascimento, 2006).

26 É na Área Metropolitana de Lisboa que se concentra a maioria dos imigrantes de origem africana, sendo Loures um dos concelhos com acentuado crescimento populacional, que até à década de 90 se atribuía à descolonização. A proximidade do aeroporto é um dos pontos de atracção, apontado por representantes da autarquia, para justificar a proliferação de bairros de barracas que progressivamente deram lugar aos “bairros sociais”. Por outro lado, o projecto da Expo’98, a par da requalificação urbana da zona Oriental de Lisboa, seria um chamariz para muitos dos trabalhadores afectados à construção civil, evidenciando-se o crescimento da freguesia de Sacavém (Baptista e Cordeiro, 2002).

2.2. Um Estudo de Caso no Concelho de Loures

A selecção da Urbanização Terraços da Ponte em Sacavém²⁶ como ponto de partida da nossa pesquisa foi orientada por estu-

dos anteriores nas áreas da geografia e sociologia das migrações (Albuquerque, 2008; Malheiros, 1999; Esteves, 2004) e pela realização de entrevistas exploratórias, que nos alertaram para uma significativa presença de emigrantes de origem são-tomense²⁷ nesta área. Considerando, em simultâneo, que a emergência de organizações formais e/ou informais de imigrantes tende a obedecer a uma concentração espacial dos grupos para os quais se dirige a sua acção (Albuquerque, 2008; Portes, 1999; Vogel, 2005), focalizámo-nos na “Quinta do Mocho”.

2.2.1. Do “Mocho Velho” aos “Terraços da Ponte”

A “Quinta do Mocho” ou o “Mocho Velho” é como os ex-moradores lembram o agregado de prédios inacabados que em finais dos anos 80 serviram de abrigo a várias famílias provenientes de África. A história deste conjunto urbanístico é, todavia, anterior a essa data.

O plano de urbanização da Quinta do Mocho previa a construção de 1900 fogos, 400 dos quais seriam com vista à habitação social. As alterações ao projecto de construção, aprovado pela autarquia de Loures em 1969, despoletaram discórdias entre as duas partes fazendo tardar o avanço das obras. Em 1975, os terrenos e imóveis são declarados de utilidade pública e transitam para outra empresa construtora, devido ao fim do financiamento. No ano seguinte, a situação inverte-se,

no entanto, o processo arrasta-se durante dez anos, e só ganha novo impulso quando uma instituição financeira adquire parte do capital, pondo fim às dívidas acumuladas pela construtora. Porém, nem esta situação proporciona um desfecho positivo. A aprovação da primeira fase do loteamento (previsto para 480 fogos) não foi levada à prática, visto que não chegariam a obter autorização para levar a cabo a segunda fase do mesmo (prevista para 1477 fogos) por parte da Comissão da Coordenação de Lisboa e Vale do Tejo e da Direcção Geral do Ordenamento do Território (Esteves, 2004; Malheiros, 1999).

Às 63 famílias contabilizadas em 1989 viriam a juntar-se muitas

27 Nem todos os imigrantes de origem são-tomense residentes em Portugal residem em bairros sociais, notando-se uma maior tendência para a dispersão espacial em função da posição ocupada na hierarquia social e profissional. Aliás, mesmo entre as pessoas que vivem em bairros sociais, a tendência verificada pelas gerações mais novas, é o do abandono do bairro e procura de melhores condições sócio-urbanísticas. Entre as áreas de residência de são-tomenses em Portugal listamos: Chegadoinho (Santa Marta de Corroios), Feijó, Costa da Caparica, Cacém, Foguetreiro, Montijo, Reboleira, Barcarena, Barreiro, Casal de Cambra, Casal da Boba (Arnado-ra), Jamaica, Vale dos Chicharros, Seixal, Urbanização Terraços da Ponte, Sacavém, Quinta Grande ou Quinta da Pailepa (Bonfim, 2000; Esteves, 2004).

mais. O censo de 1991 regista 296 famílias (1093 indivíduos) e os registos do PER em 1993 dão conta de 447 famílias (1495 indivíduos). O risco de derrocamento dos edifícios obrigou a Câmara Municipal de Loures a antecipar o processo de realojamento das populações, previsto no âmbito do Programa Especial de Realojamento (Decreto-Lei nº 163/93, de 7 de Maio) para 2004. Em 1997 a Divisão Municipal de Habitação da Câmara Municipal de Loures faz nova contagem da população, a última, e anota cerca de 3500 pessoas. A primeira fase do realojamento foi concluída em Abril de 2000 e a segunda em Março de 2002.

As imagens do conjunto de prédios e barracas desapareceram da paisagem. Restam alguns registos fotográficos e relatos de um conjunto de cidadãos provenientes dos cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, alguns com nacionalidade portuguesa, apresentando um micro-padrão específico de organização étnico-espacial.

“Nas barracas predominam os cabo-verdianos, habitantes mais antigos do Bairro, com algumas pessoas já instaladas há quase vinte anos; no edifício correspondente aos lotes 1, 2 e 3, que regista o estado de construção mais avançado, estão instalados os guineenses, sendo os são-tomenses maioritários no edifício dos blocos 5 a 8, e os angolanos nos lotes 9 a 12, que contactam directamente com os prédios da vizinha urbanização da Quinta Nova” (Malheiros, 1999: 75).

Nesses terrenos foi, entretanto, reerguido um condomínio de luxo designado por “Terraços da Ponte”, toponímia recentemente aprovada²⁸ e extensível à urbanização social vizinha que o realojamento deslocou um par de metros. Reivindicada por uns, rejeitada por outros, a nova designação do bairro não é de todo consensual.

De acordo com o estudo socio-demográfico²⁹ realizado pelo Gabinete de Intervenção Local do Mocho, da Câmara Municipal

28 A designação Urbanização Terraços da Ponte foi aprovada em Julho/Agosto de 2008, antes disso, o bairro social era denominado como Urbanização Quinta do Mocho.

29 Os dados estatísticos aqui apresentados têm por base o Estudo Sociológico da População Residente em Bairros Municipais (2004-2005), levado a cabo pela Câmara Municipal de Loures. Estes estudos têm como objectivo fazer uma caracterização sócio-demográfica e sócio-profissional das populações residentes nestes bairros. Na Urbanização Quinta do Mocho foi constituída uma amostra de 242 indivíduos (151 mulheres - 62% e 91 homens - 38%), aos quais foi aplicado um inquérito. Desse total, 56% eram titulares de arrendamento, 27% companheiros(as) dos arrendatários e 17% outros elementos do agregado familiar.

de Loures, 92% dos seus moradores são naturais dos PALOP. Os dois grupos maioritários são de origem angolana e são-tomense os quais, em conjunto, representam mais de metade da população do bairro, seguidos dos de origem cabo-verdiana e guineense (15% cada). O estudo mostra-nos ainda que a população da Urbanização Terraços da Ponte é maioritariamente jovem/adulta, em idade activa, entre os 31 e os 50 anos. O grupo seguinte mais representado é o que apresenta idades entre os 21 e os 30 anos.

A agilidade dos moradores no “Mocho Velho” no desenvolvimento de estratégias sobrevivência parecia configurar-se desde os aspectos mais práticos do dia-a-dia (na construção de um tecto, nas puxadas de electricidade, etc.) até aos rituais simbólicos (na improvisação de espaços de cultos, na organização de festas de aniversário, casamentos, funerais, etc.). Talvez por isso, o antigo bairro tenha ganhado uma dimensão quase mítica nos discursos destas pessoas.

2.2.2. Uma panorâmica das modalidades de participação social, partindo da Urbanização Terraços da Ponte

O bairro novo apresenta uma série de infraestruturas e equipamentos que abrigam parcialmente as actividades, organizadas pelos seus moradores desde os tempos da Quinta do Mocho, verificando-se algumas transformações significativas tanto em termos das dinâmicas como dos seus objectivos. Os espaços existentes acolhem dinâmicas associativas, de lazer, educativas e religiosas, assumindo estas últimas destaque em relação às demais.

O processo de realojamento motivou durante vários anos a organização conjunta dos seus moradores, tendo daí também resultado muitas disputas e desavenças. A organização mais antiga do bairro, a Associação Unida e Cultural da Quinta do Mocho nasce em 1994, precisamente para representar e reivindicar os interesses dos moradores no acesso à habitação, já que o Plano Especial de Realojamento não reconhecia o registo de todos os recenseados.

Como vários/as interlocutores/as nos explicaram, pessoas que não residiam no antigo bairro, quando souberam que o Estado estava a “dar casas” acorreram ao local e “montaram aí baraca”. Por outro lado, as pessoas residentes no bairro que se ausentaram durante o processo de recenseamento ficavam em risco de perder o direito à casa. As associações e comissões de moradores tiveram um papel preponderante na resolução de alguns destes problemas (extracto de Diário de Campo).

Desde 1994 até ao presente, a associação passa por várias etapas e as suas actividades e objectivos vão sendo reformulados em função da conjuntura social, política e económica, o que afecta de forma directa os financiamentos e, conseqüentemente, o tipo de serviços prestados aos moradores. Actualmente, é uma das associações reconhecidas e apoiadas pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, pelo que agregam uma UNIVA, um centro de informática, sendo ainda a entidade gestora do projecto “Esperança”, no âmbito do programa nacional “Escolhas”, dirigido a “jovens em risco”.

A associação é maioritariamente constituída por homens, porém, como revelou um dos entrevistados, “na hora de agir chamamos as mulheres”. Muitos dos seus membros pertencem ou pertenceram a outras associações ou grupos que entretanto desapareceram da cena associativa, tais como a Associação Internacional dos Angolares e a Associação Viver no Mundo e/ou fazem parte, formal ou informalmente, de outros grupos, tais como a associação PROSAUDESC, o grupo Legião de Maria (igreja católica e o grupo da mesquita (maioritariamente constituído por muçulmanos guineenses³⁰).

As múltiplas conexões e alianças que encontramos entre estas organizações³¹ não são exclusivamente “étnicas” ou motivadas pelas pertenças religiosas e nacionais, nem tão pouco se esgotam neste perímetro urbano. Estas podem ser explicadas pelos laços de família, amizade e vizinhança transportados dos países

30 O actual presidente da associação Unida e Cultural da Quinta do Mocho é responsável pelo espaço de culto muçulmano do bairro e principal líder religioso dos guineenses-muçulmanos residentes no bairro.

31 Nesta pesquisa aprofundamos apenas a caracterização dos grupos com participação activa são-tomenses, tendo sido valorizadas as performances das mulheres, porém consideramos relevante fazer um enquadramento das suas dinâmicas no quadro geral das organizações do bairro.

de origem (no caso dos são-tomenses), mas também pela necessidade de se juntarem representantes de cada “cultura” para fazer a interlocução com a autarquia, o que nem sempre é bem visto ou aceite pelos restantes residentes. As ligações inter-organizacionais, que de certa forma são bastante personalizadas, acabam por se revelar complementares entre si e como bem nota um dos nossos interlocutores, elas parecem manter a sua dinâmica por causa das actividades desenvolvidas pelas mulheres, remetidas para a invisibilidade.

O projecto “Esperança” é dirigido a crianças e jovens adultos entre os seis e os 24 anos. A selecção é feita através da sinalização de outras instituições (escolas, PSP, famílias, etc.). Já passaram pelo projecto mais de 100 jovens, sendo que contam regularmente com cerca de 90, ainda que com alguma volatilidade. Estes jovens não pagam nada para frequentar os espaços do projecto, ou sequer as actividades por eles organizadas, já que é tudo totalmente financiado pelo ACIDI. Por isso, a AUCQM recebe muitos pedidos de inscrição por parte das famílias, para os quais não têm capacidade de resposta, nem em termos de recursos humanos nem de infra-estruturas. Mesmo o espaço de que dispõem, uma pequena sala quadrada, é escrupulosamente gerido de acordo com diferentes horários de utilização mediante as idades dos utilizadores (isto porque os mais novos não se querem misturar com os mais velhos e vice-versa). Ao serviço do projecto encontram-se cinco técnicos pagos: uma coordenadora, um mediador, um animador, um técnico de informática e uma psicóloga. Às sextas-feiras reúnem-se para tratar de questões administrativas e organizar trabalho. Duas vezes por semana saem para a rua para falar com as famílias, entre as 18 e as 20h, na altura em que o bairro ganha algum dinamismo pelas pessoas que regressam dos seus locais de trabalho. Tudo parece começar com uma conversa casual, sendo o objectivo, identificar jovens com problemas e encaminhá-los para as actividades ou para as formações e encontros específicos que vão organizando. A maioria dos jovens que integra o projecto vem de famílias monoparentais. As reuniões de pais são unicamente frequentadas pelas mães. Também estas reuniões têm sofrido alterações desde o início do projecto. Há sete anos atrás, quando a coordenadora abraçou o projecto, apenas uma ou duas mães apareciam, agora conseguem juntar-se à volta de 50. A coordenadora justifica

a adesão com os laços que se foram construindo, e com o reconhecimento que o seu trabalho foi obtendo, tanto por parte dos moradores como de outras entidades, com quem, entretanto, foi juntando sinergias. Não obstante, recorda como, logo no início, a sua presença era pouco desejável e alvo de controvérsia. Sendo a única “portuguesa branca”, não residente no bairro, chegaram ao ponto de lhe colocarem uma bomba artesanal. Ficou e “muita coisa mudou”, conta. Os próprios objectivos do Programa Escolhas se alteraram relativamente à primeira fase. Ressalva a importância do trabalho das instituições em rede e defende que as equipas devem ser constituídas por elementos dos bairros e exteriores, de forma a combater os “vícios”. Deu-me ainda exemplo de alguns projectos que organizaram: gravação do CD de hip hop; formação sobre Educação Parental, dirigido aos pais; acções de formação e esclarecimento sobre planeamento familiar, sexualidade, em colaboração com o centro de saúde, etc. (extracto de Diário de Campo, 11 de Agosto de 2008).

A associação PROSAUDESC é, actualmente, presidida por uma mulher são-tomense e, tal como a AUCQM, com quem partilha o espaço físico, nasce no bairro antigo. O rol de projectos desenvolvidos situam-se na área da saúde pública e, mais recentemente, após aquisição de duas unidades móveis de saúde ganhas num concurso, na área da prestação de cuidados primários de saúde ao domicílio, dentro e fora do bairro, notando-se o esforço de alguns membros de alargar os projectos à cooperação com alguns países africanos.

O grupo católico “Legião de Maria” é maioritariamente constituído por mulheres de origem são-tomense. Quase todas elas são ou foram catequistas e pertencem ao coro da igreja. Estas mulheres representam as gerações mais velhas e são reconhecidas e respeitadas por muitas pessoas no bairro e pelos técnicos da autarquia. As militantes do grupo Legião de Maria organizam e difundem a sua obra social (visitas e cuidados a pessoas doentes, acamadas, reclusos, manutenção e limpeza dos espaços públicos, etc.). São ainda elas as “guardiãs” dos usos e costumes de São Tomé e Príncipe e transmissoras de um modelo de educação “africano”, que tentam disseminar entre os/as mais novos/as através do ensino da dança, dos cânticos, da comensalidade, etc.

Alguns dos netos/as e filhos/as destas mulheres são-tomenses, acompanhando-as durante vários anos na vida comunitária, acabariam por seguir os passos das mães, ainda que recriando e diversificando as suas iniciativas, até mesmo ao nível das suas opções religiosas. Desta forma, as gerações mais novas constroem as suas pertenças a grupos localizados dentro e fora do bairro, alargando também o âmbito das actividades e os grupos a que estas se dirigem. Por exemplo, foram entrevistadas jovens membros da associação evangélica Comunidade Lusófona (bairro do Vale do Forno), em Odivelas, e da associação da Assembleia de Deus, em Sacavém. Os projectos em que estão envolvidas são dirigidos a “famílias carenciadas” onde têm a oportunidade de duplicar o trabalho desenvolvido pelas mães, católicas e evangélicas. Isto não exclui que estas jovens ainda estejam envolvidas em projectos sócio-religiosos, educativos e lúdicos no bairro de residência.

Aliás, a história da AJIM, a principal associação de jovens no bairro, é de alguma forma, o testemunho do percurso destes descendentes são-tomenses. Presentemente a sua actividade é intermitente. Muitos dos jovens que a constituíram, agora com idades compreendidas entre os 28 e 35 anos, por via das alterações familiares e profissionais acabariam por deixar progressivamente a associação, dando lugar a outras dinâmicas cívico-religiosas e cívico-educacionais.

A associação Filhos de África é, de todas, a mais recente e representa uma terceira geração de jovens. Inspirados nas actividades desenvolvidas por um grupo de voluntários católicos do Verbo Divino, que durante uma semana se reuniu na urbanização Terraços da Ponte, em Agosto de 2008, 11 rapazes e cinco raparigas, assumiam o compromisso de dar continuidade aos micro-projectos iniciados nesse verão. A sua presidente, de 16 anos, nasceu em São Tomé e Príncipe, mas desde os três que vive em Portugal. Sob o mote de quererem mudar a imagem do bairro e influenciar positivamente outros jovens, quase indiferenciadamente da vontade de ganharem espaços de sociabilização e “de namoro”, organizaram-se para limpar o polidesportivo, promoveram uma marcha pela paz no seguimento de uma morte no bairro e angariaram uma campanha de recolha de roupas para distribuir na igreja. As suas iniciativas geram a empatia dos mais velhos, na medida em que esperam que sejam alternativas a circuitos marginais ligados à criminalidade e às drogas.

No bairro, existem ainda muitas outras dinâmicas pautadas pelas actividades das creches - “Crescer Saudável” - Cooperativa Socio-Educativa para o Desenvolvimento Comunitário, “Pomba da Paz” e “Filadélfia” (evangélica) - e das igrejas adventista e pentecostal que não foram passíveis de aprofundamento nesta pesquisa.

Pensar que os processos de realojamento ficam concluídos com a entrega das chaves aos moradores é definitivamente uma ideia obsoleta. Os problemas derivados da construção de um bairro social são inúmeros e circulares, de um ponto de vista prático e simbólico.

As reuniões que a Divisão Municipal da Habitação da Câmara Municipal de Loures organiza com os representantes dos moradores, mesmo que raras, são palco de grande controvérsia. As queixas - algumas confirmadas por qualquer olhar atento que passeie nas ruas do bairro - sucedem-se: falta de acessos para pessoas deficientes, falta de segurança pública, epidemias de baratas, infiltrações, falta de espaços para organização de festas, falta de espaços para jovens, rendas com valores elevados, falta de serviços de saúde para pessoas em situação irregular, necessidade de redistribuição das casas por agregado familiar, toponímia, entre outros.

Os casos de infiltrações são alarmantes. Durante uma visita ao bairro com o vereador da Habitação e outros técnicos da autarquia, os moradores chamavam a atenção para a fachada “ondulante” de um edifício que se assemelhava a um colchão de água. Entre a parede de betão e a fachada do exterior do prédio, revestida por esferovite (o que segundo os técnicos acontece para assegurar um melhor isolamento), há um espaço vazio onde se vai acumulando a água das chuvas, causando infiltrações nas residências (extracto de Diário de campo, 29 de Junho de 2008).

Os jovens reclamam espaços de lazer adequados à sua geração, distintos daqueles para as crianças, sendo as idades e fronteiras difíceis de balizar já que não correspondem a critérios biológicos mas sim a comportamentos resultantes das comparações e interações inter-grupais, intra e inter-bairros. Uma das exigências dos jovens é a construção de um estúdio, com equipamentos de som e áudio-visuais. Acusam a autarquia de falta de reconhecimento e de abandono em relação a alguns compromissos anteriormente estabelecidos ao nível da mediação sócio-cultural, protagonizada por alguns em vários serviços (escolas, centros de saúde, etc.), questionando: “Onde estão as pessoas africanas, da minha cor, a trabalhar nos serviços autárquicos?! Isso conta muito para os jovens!” (extracto de Diário de Campo, 18 de Junho de 2008).

O valor das rendas varia de acordo com os rendimentos dos arrendatários, oscilando entre cerca de quatro a 300 euros. De acordo com a percepção dos técnicos da câmara municipal, as mulheres são em regra o sustento da casa, porque representam famílias monoparentais ou porque, frequentemente, os seus maridos estão desempregados ou auferem salários muito baixos (extracto de Diário de Campo, 31 de Março de 2008).

As unidades de realojamento também designadas por “casas de solteiros” são focos de muitas tensões. Aquando do realojamento “os solteiros” foram forçados a dividir um tecto. Um representante de uma das associações pede para que não se coloquem são-tomenses, guineenses, angolanos, etc. juntos porque isso “dá morte”. Outro lamenta que pessoas com “doenças graves” estejam a partilhar o espaço com “pessoas saudáveis” (extracto de Diário de Campo, 18 de Junho de 2008).

A proposta de alteração da toponímia do bairro para “Terraços da Ponte” só foi deliberada pela Junta de Freguesia de Sacavém no Verão de 2008, o que até lá provocou embaraço nos seus moradores junto aos serviços públicos, em particular no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, onde não reconheciam o local (extracto de Diário de Campo, 5 de Agosto de 2008).

A autarquia tenta dar resposta a alguns destes problemas, mas como o próprio vereador da Habitação justifica “ainda temos 1000 famílias para realojar no concelho todo e isso é a prioridade”. As reuniões organizadas com as comissões de moradores têm como objectivo prestar esclarecimentos e chamar a atenção para problemas detectados que não respeitam os acordos estabelecidos: organização de escalas de limpeza e manutenção dos lotes e das caves, alertando para o perigo de incêndio; puxadas eléctricas, eleição dos representantes de lote, estabelecimento de quotas mensais entre condóminos, etc.

Nestas reuniões apela-se à reparação e boa manutenção do espaço público, em que os técnicos da câmara oferecem apoio técnico e materiais para os moradores repararem as campainhas, as luzes do prédio, para procederem à pintura do exterior dos prédios e com forte incentivo à denúncia de situações de ruído, actos de vandalismo, situações ilícitas (como consumo e tráfico de drogas, tráfico de armas etc.). A eliminação de sinais de vandalismo e das marcas de territorialização de alguns grupos juvenis pode, segundo os técnicos da autarquia, contribuir para reduzir a afirmação da criminalidade no bairro.

No lote ao lado do mini-mercado luso-africano podemos ler as seguintes inscrições nas paredes, e relacioná-las com a colecção de inscrições espalhadas no bairro: “Ali é nós beco”, “Faby a lutcha”, “Kalimutcha gang”, “Aramas me que manda”, “Tiro na Cardoso”, “A nos é fixe”, “A nos é West Side”, “Ca nos panta”, “Pamodi ami é um Gajo bom”, “Kali gang lucha”... “Kinta M, nos ghetto” (extracto de Diário de Campo, 29 de Junho de 2008).

Neste sentido, a existência de grupos de pessoas e de organizações de vários tipos no terreno para dar resposta a situações verdadeiramente graves no dia-a-dia destes moradores é absolutamente crucial. No capítulo *Modalidades de Participação Cívica: Dinâmicas de Género e Geração* damos a conhecer, mais aprofundadamente, a forma como as mulheres são-tomenses se entregam e vivenciam as circunstâncias aqui descritas.

Embora o espaço do bairro emergja como um ponto de partida para o estudo das dinâmicas de participação cívica, existe um conjunto de relações interpessoais e intergrupais que ligam aquele

espaço com outros fora do bairro, sendo este um aspecto a considerar na análise. Neste sentido, exploramos algumas ligações com grupos externos (associações de imigrantes, partidos políticos portugueses e dos países de origem, congregações religiosas, etc.) com que se alimentam e sustentam redes sociais, na mesma lógica acima descrita. Embora a nossa pesquisa não tenha aprofundado este tipo de conexões, pensamos que valerá a pena fazer alguns apontamentos sobre este assunto.

Ao nível do associativismo de imigrantes, encontrámos pontes/parcerias entre as associações do bairro e outras associações de são-tomenses (ex. ACOSP - Associação da Comunidade de São Tomé e Príncipe, Associação Amigos do Príncipe, Associação Unguia, etc) e/ou de imigrantes (Associação Solidariedade Imigrante, Aguinenso - Associação Guineense de Solidariedade Social, Cabojovem). A nível político não estabelecemos relações com representantes de partidos políticos residentes no bairro, porém identificámos situações de participação política, cuja acção e visibilidade parecem apenas emergir em tempos de eleições nos países de origem. As ligações a partidos nacionais têm pouca expressão, como veremos mais à frente, talvez pelos constrangimentos dos imigrantes no direito ao voto.

De notar que algumas das pessoas identificadas com participação política activa integram associações de imigrantes, ainda assim, não temos indicadores que nos demonstrem que o vínculo associativo seja instrumentalizado na política. Porém, a trajectória de participação dessas pessoas é, com certeza, preponderante na utilização dos capitais sociais adquiridos nos contextos pré e pós-migratório tendo em conta as suas motivações políticas.

2.2.3. Caracterização das/os entrevistadas/os

No contexto das migrações pós-coloniais portuguesas, os fluxos de migrantes de São Tomé e Príncipe têm-se destacado na última década pela elevada taxa de crescimento apresentada. Desde 2001, como já foi referido, que as protagonistas destas deslocações são mulheres. Não obstante, o universo das mulheres são-tomenses residentes em Portugal não é conhecido com suficiente

precisão, nem o nosso objectivo consistiu em analisar uma distribuição estatística.

A pesquisa que desenvolvemos apoiou-se num conjunto de entrevistas semi-directivas realizadas a mulheres de origem são-tomense, com idades compreendidas entre os 26 e os 65 anos, chegadas a Portugal em meados dos anos 80 e durante a década de 90 do século XX, complementadas por observações contextuais e por notas de campo detalhadas. A amplitude etária constituiu um critério de selecção das entrevistadas. O próprio terreno exploratório alertou-nos para a pertinência de um enfoque intergeracional que permitisse perspectivar as relações familiares entre filhas, mães e avós, bem como algumas das tensões e conflitos daí decorrentes, tendo em conta os vários cenários e conjunturas vivenciados por cada uma das interlocutoras. Em simultâneo, a estratégia de *bola-de-neve* que seguimos facilitou a despolarização e a diversificação das mulheres entrevistadas, em termos de posicionamento no ciclo de vida feminino, estratégias de inserção profissional, processos de escolarização, etc. e, sobretudo, no que respeita às suas práticas de participação cívica.

Por outro lado, a necessidade de identificação e diversificação de práticas fez-nos querer explorar algumas das relações fora do bairro e, nesse sentido, entrevistámos alguns membros de associações fora do bairro.

Para além das entrevistas realizadas a mulheres, e por sugestão destas, focalizámos, ainda que parcialmente, a participação cívica de alguns interlocutores homens, uma vez que tendem a ocupar posições de maior visibilidade e liderança em algumas das associações formais a que estão ligadas as entrevistadas.³²

32 Excepção a isto são os grupos formais e informais de orientação cristã (católica ou evangélica) cuja liderança é geralmente protagonizada por mulheres. Por razões culturais e religiosas, as chefias dos grupos islâmicos são sempre masculinas.

Tabela 1 - Caracterização das/os entrevistadas/os

	Nome	Data de nascimento	Origem	Tipo de migração	Tipo de Organização
1	Madalena	1947	Príncipe, STP	Reunificação familiar e laboral	Católica
2	Lurdes	1951	S. Tomé, STP	Doença	Associação na área da promoção e prevenção da saúde.
3	Inocência	1951	S. Tomé, STP	Reunificação familiar e laboral	Evangélica
4	Amaral	1951	S. Tomé, STP	Laboral	Associação de moradores. Associação de promoção e prevenção da saúde.
5	Alda	1954	Príncipe, STP	Doença	Católica
6	Silvério	s/ data (década de 60)	Angolares, STP	Laboral	Associação de moradores e associação étnica
7	António	s/ data (década de 60)	S. Tomé, STP	Estudante	Associação de imigrantes de STP, de cariz sócio-político e cultural
8	Fátinha	1960	Príncipe, STP	Laboral	Associação na área da promoção e prevenção da saúde.
9	Angélica	1960	Angolares, STP	Desempregada	Nenhuma. Fez parte de associação étnica
10	Iolanda	1970	S. Tomé, STP	Estudante/Laboral	Associação de imigrantes de STP, de cariz sócio-político e cultural
11	Irene	1972	S. Tomé, STP	Estudante/Laboral	Associação de imigrantes de STP, de cariz sócio-político e cultural
12	José	1972	Príncipe, STP	Laboral	Associação católica
13	Maria	1974	S. Tomé, STP	Criança, acompanha a família;	Evangélica-educação de jovens e crianças
14	Sónia	1977	S. Tomé, STP	Trabalhadora/estudante	Associação étnica, apoio social
15	Cristina	1979	Luanda, Angola/ S. Tomé, STP	Trabalhadora/estudante	Evangélica-educação e formação de jovens
16	Marisa	1982	S. Tomé, STP	Trabalhadora/estudante	Associação Evangélica, prestação de cuidados de saúde.
17	Pedro	1986	S. Tomé	Não se aplica. Acompanhou família	Associação de moradores. Associação de promoção e prevenção da saúde.
18	Sílvia	1992	Descendente (STP)	Não se aplica	Associação católica
19	Rute	1993	Descendente (STP)	Não se aplica	Associação católica

2.2.4. Dimensões de análise e hipóteses de pesquisa

A análise das entrevistas realizadas foi estruturada tendo em consideração quatro dimensões de análise (ver anexo 4) e algumas hipóteses, que de seguida apresentamos:

A primeira dimensão de análise relaciona o processo migratório e a relação com as origens. Ao abrangermos as relações reais e imaginadas com a origem procuramos explorar as motivações migratórias, bem como as continuidades e transformações decorrentes do processo migratório, ao nível da transformação identitária dos sujeitos e no quadro das trajectórias das famílias. Colocamos a hipótese de que as mulheres manifestam um forte envolvimento com várias instituições no país de acolhimento, sem perderem as ligações com o país de origem, todavia, as conexões transnacionais podem ser parcas em virtude da escassez de recursos materiais (Itzigsohn e Giorguli-Saucedo, 2005), mas também pela falta de apoio e incentivos que o estado são-tomense consagra à sua diáspora. Esse maior envolvimento e participação activa na sociedade de acolhimento propicia processos de transformação identitária.

A segunda dimensão de análise pretende traçar e examinar as modalidades e estratégias de inserção sócio-económica. Ao fazê-lo testamos a hipótese de existirem percursos de mobilidade descendente em termos profissionais e sócio-económicos, que são compensados pelo investimento na educação, numa profissão e em carreiras cívicas, sobretudo, no caso das gerações mais jovens (Jones-Correa, 1998).

Os percursos e modalidades de participação cívica são objecto da terceira dimensão de análise. Através da sua identificação e mapeamento queremos testar a hipótese de existirem carreiras cívicas pré e pós migratórias, e relacioná-las com as modalidades e estratégias de inserção sócio-económica. Concretamente, tal como é defendido por Portes (1999), supomos que as próprias experiências de participação cívica, adquiridas na origem e/ou desenvolvida no país receptor, assentam no ganho de capitais sociais, que podem ser otimizados no melhoramento das condições sócio-económicas e, simultaneamente, permitem agilizar e diversificar as modalidades de participação empreendidas. Em oposição, colocamos a hipótese de, em contextos de fraca participação cívica, como é o caso de Portugal e São Tomé e Príncipe (Marques e Santos, 2007; Nascimento, 2008), as modalidades de participação cívica empreendidas, nomeadamente de tipo religioso, serem estratégias para fazer face a situações de pobreza e exclusão social, mas podem estar imbricadas em processos de auto-conhecimento e de transformação identitária.

Na última dimensão de análise, tentamos captar os projectos migratórios e cívicos. Partimos do pressuposto de que ao conhecermos as motivações e projectos futuros dos/as nossos/as entrevistados/as, podemos, em parte, avaliar o carácter sólido e/ou de circunstância de algumas das iniciativas dos/as jovens (para além da posição no ciclo de vida, do projecto e contextos migratórios) protagonizadas no contexto pós-colonial português. A nossa hipótese é de que a continuidade das iniciativas varia em função do património familiar de participação cívica, das condições criadas pelo Estado e das expectativas relativamente ao facto de quererem fazer coincidir a sua profissão com uma carreira cívica.

CAPÍTULO 2.

MODALIDADES DE PARTICIPAÇÃO CÍVICA NO CONTEXTO PÓS-COLONIAL PORTUGUÊS: DINÂMICAS DE GÉNERO E GERAÇÃO

1. “FAZEMOS AQUILO QUE DEVEMOS FAZER COMO CRISTÃS”: MOBILIZAÇÃO RELIGIOSA³³ E PARTICIPAÇÃO CÍVICA

As mortes causadas pelas puxadas eléctricas na antiga Quinta do Mocho fazem parte de um conjunto de memórias partilhadas pelos seus ex-moradores que, segundo contam, muito evocou o sentido de grupo e de entreajuda. É de um episódio destes que resulta a celebração da primeira missa católica no bairro, onde conseqüentemente se viria a improvisar um espaço de culto, mantido e zelado por um pequeno grupo de mulheres são-tomenses. A multiplicação e diversificação dos espaços de culto viriam a compor a arquitectura e o mapeamento do novo bairro.³⁴

Se as práticas e as vivências católicas eram estruturais e estruturantes dos quotidianos das mulheres são-tomenses no país de origem, aquando da chegada a Portugal, pelas vicissitudes implicadas na reorganização profissional e familiar, muitas das nossas entrevistadas, sobretudo “as mais velhas”,³⁵ reclamavam a “falta de tempo” para se dedicarem ao cumprimento de tais designios. No entanto, esta religiosidade foi gradualmente resgatada, reinterpretada e manuseada em função do novo contexto de acolhimento. Em São Tomé e Príncipe, a maioria destas mulheres, mesmo aquelas que não estão actualmente envolvidas nas organizações religiosas em Portugal, teve um percurso religioso marcante, que passava pela pertença a grupos respon-

33 Embora a nossa pesquisa tenha explorado as várias modalidades de participação cívica protagonizadas pelas mulheres são-tomenses, nomeadamente, através da realização de trabalho de terreno e análise das participações em associações de cariz social, cultural e político, optámos por privilegiar o estudo da participação em associações religiosas, por este se revelar inovador no contexto pós-colonial português

34 A nível dos espaços de culto, detectámos: um espaço dividido por católicos e muçulmanos, uma igreja adventista e uma pentecostal. É importante referir que as filiações das nossas entrevistadas a espaços religiosos não se circunscrevem ao bairro (Albuquerque, 2008; Yuval-Davis, 1999, Yuval-Davis e Anthias, 1989, Yuval-Davis, Anthias e Kofman, 2005).

35 As categorias “mulheres mais velhas” e “mulheres mais novas”/“jovens” derivam das entrevistas realizadas. São, pois, categorias *emic*. Utilizamo-las, ainda que exploratoriamente, para analisar a hipótese de uma diferenciação intergeracional (difícil de balizar em termos cronológicos).

sáveis pela manutenção do espaço da igreja, pela organização de festas e eventos religiosos, pelo cumprimento dos rituais sagrados (baptismo, primeira comunhão, crisma, etc), sendo também um indicador do estatuto que cada uma ocupava na hierarquia social.

“A religião, por exemplo, católica, funciona (em São Tomé) com mais prática do que aqui em Portugal. As pessoas vivem mesmo essa religiosidade terra-a-terra com aqueles mitos antigos, pecados, respeito mútuo e respeitar mesmo aquilo que é mau. Aqui as pessoas vivem mais filosoficamente a religião. A religião é um pouco apagada aqui.”

As mulheres mais velhas transportaram com elas valores morais e simbólicos que se apresentam como recursos valiosos no país de acolhimento, nomeadamente no contexto de realojamento onde, em parceria com outros grupos associativos locais e com a ajuda de um padre português militante, se constituíram como uma força de pressão junto à autarquia na reivindicação de residências, espaços de convívio e de culto para os moradores. Este reajustamento interpretativo dos valores transportados da origem é determinante para fazer a ligação entre o país de origem e de destino, entre os espaços domésticos e os espaços públicos.

De acordo com os seus testemunhos, ser católica praticante ou evangélica implica, já de si, uma participação socialmente activa em diversos domínios da vida comunitária e da própria sociedade envolvente (por exemplo, visitas a pessoas doentes ou acamadas, a detidos em instituições prisionais, campanhas de limpeza do bairro, etc.), enraizada na auto-convicção de que tal agencialidade

pode constituir uma fonte maior de transformações e/ou de resolução de problemas sociais. Para além da crença na possibilidade de um mundo melhor, comportar-se como uma cristã envolve, segundo elas, uma maior responsabilidade pessoal na agencialidade socialmente construtiva.³⁶

“Reunimo-nos aos sábados às 8h da noite, acompanhados da reza de terço, fazemos umas orações e participamos em apoio às pessoas. Fazer obra de Maria significa que se tiver alguma

36 A mobilização de outras mulheres para a participação nas actividades das igrejas e das associações parece estar muito dependente da existência de laços parentais e/ou de amizade criados nos países de origem. Tendência que parece quebrar-se nas gerações mais novas, até por causa da ampliação das redes sociais em que estão envolvidas. Para estas últimas, a socialização no contexto escolar e universitário são determinantes. Em várias circunstâncias, precisamente por causa dos laços que as unem, as mulheres podem frequentar, em simultâneo, cultos de diferentes filiações religiosas.

pessoa doente ou acamada ou deficiente nós podemos ajudar, dirigimo-nos a casa daquelas pessoas, rezamos, ajudamos, se houver alguma coisa para fazer em casa fazemos (uma peça de roupa para lavar, passamos a ferro, cozinhamos). Só não damos dinheiro porque não temos. Se tivermos comida em casa, levamos. Ajudamo-nos uns aos outros.”

A representação nas comissões de moradores, a colaboração com as associações locais e as actividades de interlocução/mediação com os técnicos da Divisão Municipal de Habitação do Gabinete de Intervenção Local da Câmara Municipal de Loures são exemplos do esforço colaborativo desenvolvido com a autarquia, que tem implícito o reconhecimento por parte do Estado relativamente à influência que este grupo de mulheres exerce junto aos seus grupos de pertença.

Por sua vez, nos domínios da vida pessoal e familiar, esse empenho cívico de cariz religioso é consagrado à educação dos mais jovens e traduzido nas práticas de maternidade alargada constitutivas das próprias unidades familiares, mas extensíveis ao bairro.

“A minha mãe é (...) a mãe de todos. É a mãe do bairro.”

Não será exagerado afirmar que algumas das casas das famílias são-tomenses no bairro parecem formar uma espécie de teia comunicante que estreita e reforça a sua construção identitária elaborada em nome do bem-estar, protecção, desenvolvimento e imagem da família-bairro. É a partir dela que empreendem esforços e projectos colectivos (Macedo *et al.*, 2007; Seibert, 2002).

1.1. Dinâmicas de género e de família, inter-geracionais

A insatisfação e o desapontamento sentidos em relação às relações conjugais vividas com os pais dos seus filhos levaram muitas das nossas entrevistadas mais velhas a procurar na religião o refúgio e conforto necessários para colmatar o vazio e as marcas deixadas pelo abandono, separação e, nalguns casos, violência. Ouvi-las dizer “já não quero mais homens” ou “sou fiel a Deus, não tem mais ninguém” ajuda-nos a entender isso mesmo. Já conformadas, os seus discursos apontam para uma naturalização dos comportamentos dos “homens africanos”. O elevado número de

filhos e as várias famílias que um homem são-tomense pode ter em simultâneo colidem com o facto de muitos deles terem rendimentos relativamente baixos que não lhes permitem contribuir de igual forma para a educação de todos. Aliás, frequentemente os filhos e filhas mais velhos ajudam no sustento da família. Além disso, podemos encontrar situações em que as mulheres criam os seus filhos biológicos e os filhos dos maridos com outras mulheres.

Esta constatação confirma o que algumas autoras têm descrito relativamente a modelos de família poligâmica e/ou alargada, em contextos africanos, cujo núcleo principal reside na relação mãe-filho e não na relação homem-mulher (Emovon, 1997; Oyewumi, 2004; Rodrigues, 2007; Rosander, 1997).³⁷

“Marido veio primeiro para cá para trabalhar, mas as coisas não correram muito bem, depois ele voltou a São Tomé, e ficamos muito tempo assim, ele lá fazendo a sua vida eu aqui com os filhos, fiquei com os filhos mas depois de alguns anos depois nós divorciámos as coisas não estavam a correr muito bem pronto, ele tinha dívidas, mulheres cá e lá, e em Angola, eu tive que assumir as dívidas. Trabalhei muito e continuo a trabalhar para a educar os meus filhos, o meu marido já saiu há 20, 19, há 19 anos que o meu marido está fora...Criei sete filhos e sete enteados. (...) Esses sete eram de uma, du...as, três mães diferentes. (...) Não nasceram cá, nasceram todos lá (em S. Tomé). (...). O pai é que os fez vir para cá para estudarem quando nós estávamos a viver cá, a vivermos na barraca. (...) Eu aceitei, aceitei porque, pronto, as condições de vida na nossa terra já sabe como são e como aqui eles tinham mais possibilidade de subir na vida, arranjar um futuro melhor, eu aceitei. Já sabia que eles existiam e eu aceitei e eles viveram todos comigo, até porque muitas vezes me criticavam quando ele se foi embora diziam “ah tu és maluca, o homem abandonou-te com os filhos” e eu disse: “não eu não sou maluca, eu faço aquilo que acho que devo fazer como cristã, devo fazer porque abandoná-los para quê? Para viverem na prostituição ou irem para a droga.”

“Eu voltei a criar família mas não deu certo porque marido são-tomense é assim, gosta

37 Conferir Estudo OI n.º 42 (volume 1).

muito de rabo de saia. Depois de 5-7-8 anos de viver sozinha arranji um companheiro, mas também não deu certo. (...) agora tenho um casal aqui de meninos (...) Depois arranji um companheiro que é pai desse casal de meninos, mas também não deu certo, o pai arranjou outra mulher. Já há oito anos que me separei. Ele foi-se embora com outra mulher e me deixou com um casal de filhos em casa, dele com outra mulher. Fiquei (com eles), ele diz que não quer levar filhos, diz que não consegue, não tem onde por filhos, recusou a levar filhos. Também não posso deixar crianças na rua, não é?! E criei-lhos. Essa menina já arranjou filho, já arranjou a sua vida e eu só fiquei com esse.”

Embora tendam a associar a poligamia³⁸ às histórias de vida das suas mães e das suas avós, as mulheres mais jovens, casadas, chegam a afirmar que esse medo, do que percepcionam como “traição”, as pode deter de um eventual regresso ao país de origem. Algumas jovens, com ambições profissionais, preferem adiar o momento de envoltimentos “sérios” e investir na sua educação e num futuro que lhes garanta, pelo menos, alguma estabilidade material.

“Eu, se calhar, levo a vida muito a sério. (...) Eu às vezes prefiro não investir em certas relações, que até são bonitas e enfim, mas que se calhar não terei bagagem para superar muita coisa (...) há pessoas que me conhecem e, se calhar, pensam que eu sou dura de mais com a vida. (...) A minha prioridade, estava em eu realizar-me pessoalmente como profissionalmente, eu acho que era a diferença da altura. Porque é que eu iria ter um desgaste emocional se aquilo não me iria levar a nada?! O meu objectivo era outro. Desgaste já eu tinha. Se eu poder evitar e canalizar as minhas energias para aquilo que eu quero, para aquilo que realmente me vai satisfazer e deixar feliz comigo mesma. Porque é que eu hei-de estar-me a desgastar? É melhor não. Eu acho que a inteligência da vida está aí, em nós... porque oportunidades, elas vão surgindo, mas nós temos de no momento certo definirmos as prioridades.”

38 O termo “poligamia” é usado por algumas jovens para designar algumas dinâmicas familiares das gerações anteriores (cfr. também Seibert 2002: 450).

1.2. A recriação de “patrimónios” familiares e religiosos na construção de trajectórias autónomas de participação cívica

A iniciação destas jovens à participação cívica foi, sobretudo, inspirada nos modelos e imagens de força e resistência projectados pelas suas mães. Poderem acompanhá-las e mimetizá-las terá contribuído para que mais tarde estas construíssem e recreassem os seus próprios percursos cívicos.

“Eu vejo, por exemplo, da forma como ocorreu comigo... Apesar de já ter tido dentro de casa um exemplo muito forte que foi a minha mãe, que sempre nos incentivou a participar e fazer trabalho cívico.”

“A minha mãe sempre foi muito batalhadora. Porque a minha mãe, quando veio para cá, não pode exercer a sua profissão como professora de instrução primária. Apesar dos anos que trabalhou em África, apesar de ter trabalhado para o governo português, mas o seu diploma não foi validado, então ela não pode trabalhar como professora. Mas ela não dobrou os braços, ela continuou a lutar. Então, esse meu percurso, e o facto de ter passado, e ter estado neste percurso desde que cheguei a Portugal, de ir para ao bairro, a ver a minha mãe a ser tudo e mais alguma coisa: ela era a dona de casa, era mãe, era amiga, era catequista, era professora, era tudo e mais alguma coisa e todo este batalhar que ela sempre mostrou... ela sempre disse: “vocês são capazes, independentemente das dificuldades, das barreiras e dos obstáculos que vos apareçam vocês têm de transpor esses obstáculos, vocês não podem dizer: ai porque sou do bairro, ai porque sou imigrante, ai porque sou negro, vocês têm de mostrar que tudo isso só vos dá mais oportunidades para fazerem precisamente o contrário, quer dizer, batalharem e vencerem”. E foi assim que a minha mãe nos ensinou. E foi sempre isso que nós fizemos, não é?!”

Durante a fase da adolescência, os repertórios musicais dos *rappers* afro-americanos constituem-se como organizadores sociais das primeiras experiências de racismo, discriminação e das assimetrias sociais experienciadas nas escolas portuguesas. A música fornece às/aos jovens

imagens e histórias de vida com os quais elas/eles se podem identificar, ao nível das experiências de discriminação racial, das várias formas de violência policial, da conotação com gangues, das vivências nos guetos.

O *rap*, além de ser uma forma de lazer e resistência, pode constituir uma modalidade de participação e intervenção activa, no sentido em que estas/es jovens o descrevem: como uma forma de aprendizagem e de ensinamento de causas sociais,³⁹ designadamente, no combate ao racismo, no combate aos estereótipos veiculados pelos meios de comunicação social (que conotam todos os jovens dos bairros com gangues e situações de criminalidade), na prevenção e alerta de doenças sexualmente transmissíveis, na prevenção da gravidez na adolescência e da violência entre géneros e gerações. Não raras vezes, essas imagens cristalizadas são recriadas e satirizadas nas letras das músicas compostas.

“O rap é também parte daquilo que eu sou no associativismo, porque o rap começou como uma ferramenta nos EUA. O rap começou, não só como uma maneira de manifestar, a nível social, e reivindicar a situação dos afro-americanos e o que estava a acontecer mas também a contar também um bocadinho do dia-a-dia do que se passava nos bairros. Falar de coisas positivas, dizer o que é que se pode melhorar ou não se pode melhorar. Enfim... montes de coisas... líricas que falavam por exemplo acerca da relação homem mulher, até líricas que falavam das competições, tipo eu faço líricas melhor do que tu. Fascinavam-me porque eram lutas que nós sentíamos ali no bairro, como jovens que éramos, e que também falavam do racismo e de tantas situações que passávamos.”

*“Ai somos um gangue?! Então vamos dar-lhes poesia!”*⁴⁰

39 O *rap* pode também ser o oposto disto, isto é, pode incentivar a violência várias, contribuir para a cristalização de imagens de desigualdades sociais e para a propagação das diferenças entre homens e mulheres. Os/As nossos/as entrevistados/as diferenciam-se destes movimentos. Unidos pelas experiências de discriminação, rapazes e raparigas, esforçam-se para ter uma abordagem positiva em relação aos problemas sociais detectados. Porém, nestes casos, como os/as próprios/as reconhecem, o estigma mais difícil de combater pode ser o das representações de género. As nossas entrevistadas partilham como foi árdua a aceitação nos grupos musicais, maioritariamente constituídos por rapazes. Aliás, sublinham como em Portugal é raro encontrarmos raparigas cantoras e/ou autoras de música *rap*.

40 A designação do grupo de *rap* Gang Lírico nasce de um protesto às imagens negativas veiculadas pelos meios de comunicação social.

Este pode também ser entendido como o principal instrumento político de que as/os jovens dispõem na transformação de imagens do lugar onde moram, cujas repercussões podem ser perniciosas a vários níveis, condicionando, por exemplo, o acesso ao mercado de trabalho.

“O bairro (...) tem uma fama muito má. Toda a gente fala do bairro como se fosse um dos piores de Portugal e toda a gente sabe que não é assim, que vive aqui. (...) Nós pretendemos divulgar coisas novas do bairro. É isso.”

“O bairro é a nossa casa, e eu penso que nós queremos ter sempre a nossa casa bem, e acho que nós podemos também ter o nosso bairro bem.”

“Quando uma pessoa vai arranjar trabalho, as pessoas ficam assim... se tiver trabalho diz que já não é preciso, assim... pensa que toda a gente que ali vive é marginal.”

41 Pesquisas anteriores já alertaram para as representações e imagens negativas produzidas pelos meios de comunicação social acerca dos bairros: “Os sentimentos de exclusão e de racismo vêem-se estimulados e as próprias imagens que os meios de comunicação vão produzindo acerca dos bairros-gueto e da delinquência estão progressivamente mais ligados à pertença étnica, e daí não se estranhar que algumas reportagens jornalísticas que detectámos em 2001 assentem no pressuposto de que a insegurança urbana reside na existência de “bairros africanos” nos subúrbios” (Baptista e Cordeiro, 2002:26)

42 É impossível apurar o que terá acontecido na madrugada de dia 17 de Agosto de 2008, nem tão pouco essa é a nossa função. Os jornais noticiaram a morte a tiro de um jovem, de 20 anos, de origem cabo-verdiana, na sua própria casa, na sequência de uma festa onde já teria havido uma troca de tiros. Os argumentos de defesa e de acusação chegaram-nos por parte de moradores que afirmavam conhecer a família em causa. Neste ano (2008), foram relatados outros episódios semelhantes em bairros da periferia de Lisboa (Casal da Boba, Santa Filomena, concelho da Amadora), envolvendo confrontos entre moradores e/ou com a polícia.

“As pessoas comentam que as pessoas da Quinta do Mocho são assassinas e pensam que aqui é um mar de Inferno.”

1.2.1. Os média e a violência policial na construção de resistências juvenis

De facto, o tipo de visibilidade que os *media*⁴¹ dão às questões da criminalidade e violência, ainda que cada vez sejam mais banalizadas para quem está como espectador, não deixam indiferente quem é objecto de notícia. Aquando da realização do trabalho de terreno para esta pesquisa, pudemos partilhar essa experiência com alguns dos/as nossos/as interlocutores, por causa da morte de um jovem no bairro, resultante de um tiro-teio.⁴² Na sequência deste episódio e, durante várias semanas, a polícia manteve-se vigilante, com a cobertura dos média.

Logo cedo comecei a receber telefonemas de alguns amigos avisando que talvez não fosse boa ideia ir hoje à Quinta do Mocho, visto que a noite foi agitada pela operação policial. Liguei o rádio, sintonizei a TSF, li o *Público online* e ainda fiz um *zapping* pelos vários canais de televisão para assistir ao Telejornal da 1h. As imagens de abertura do noticiário reportavam-se a uma rusga durante a noite anterior. Mostravam um helicóptero da polícia a sobrevoar o bairro, com um holofote que devia iluminar toda freguesia de Sacavém. Como tinha duas entrevistas marcadas para essa tarde decidi ir, apesar do cenário próprio de um filme de acção americano. Pensei que, na pior das hipóteses, também iria ser revistada pela polícia, ou ser interdita de entrar no bairro. Nem uma coisa nem outra. Notei que nesse dia havia mais agentes da polícia do que é habitual, bem como uma carrinha que circulava com vários agentes lá dentro.

Encontrei-me com uma das minhas entrevistadas à saída do Pingo Doce e meti-me com ela. Nem por acaso, no dia anterior tínhamos estado a falar da falta de policiamento e dos episódios de criminalidade... A Fátinha mostrou-se um pouco indignada com tudo e exclamou: “Oh Sónia, ao que nós chegámos!”. Só depois é que percebi o que me queria dizer. Eu não fui a única a saber do helicóptero e da operação policial através de amigos. Também esta mulher e alguns outros moradores só deram conta do que se estava a passar quando familiares, amigos e conhecidos começaram a telefonar preocupados com o que as notícias que estavam a mostrar. Envolvidos nas suas rotinas, e ensurdecidos pelos barulhos domésticos, não se deram logo conta de que as suas casas estavam a ser sobrevoadas e a divulgadas nos televisores, em todo o país, com transmissão na RTP Internacional. Nessa noite, a Fátinha estava a assistir à sua telenovela preferia. O Pedro passou a noite a compor uma música para concorrer a um programa na TV (extracto de Diário de Campo, 28 de Agosto de 2008).

No dia-a-dia são os moradores do bairro que mais sofrem com os efeitos dos comportamentos de alguns grupos ligados à criminalidade. No entanto, a segurança pública é percebida de forma distinta pelos/as residentes mais velhos/as e pelos/as jovens. Episódios de violência policial, envolvendo pessoas no meio de rusgas, reforçados pelos meios de comunicação social, têm

contribuído para a construção das resistências juvenis, mas também para o desenvolvimento de estratégias para lidar com isso, nomeadamente, através da denúncia pública, da organização de manifestações, e do envolvimento nas associações.

Muitos moradores vivem intimidados com a possibilidade de serem agredidos por indivíduos ligados à criminalidade e por não terem meios para se defenderem, pelo que reclamam a construção de uma esquadra dentro do bairro. Numa das reuniões de moradores, uma mulher, portadora de deficiência física e que vive sozinha, testemunha como já, várias vezes, foi ameaçada de morte por reclamar do cheiro a droga proveniente de uma casa vizinha à sua. Esta situação reflecte, sobretudo, a posição dos moradores mais velhos em relação à polícia, contrastante com a posição dos jovens que manifestam aversão à actuação das autoridades no bairro.

Vários jovens testemunham terem sido alvo de violência policial gratuita, dentro e fora do bairro, exibindo provas disso. Estes relatos não são exclusivos dos jovens deste bairro e motivam cada vez mais a acção de associações de jovens descendentes de imigrantes. Um exemplo disso é a Plataforma Gheto (<http://brutalidadepolicia.blogspot.com/>), que dá visibilidade a episódios de violência policial gratuita e que através das suas redes sociais tem proclamado a denúncia colectiva.

A este propósito, a Câmara Municipal de Loures tem desenvolvido actividades em parceria com a PSP que visam promover o policiamento de proximidade, que consiste num contacto mais personalizado com as populações de modo a desconstruir imagens negativas da polícia nos bairros (extracto de Diário de campo, 28 de Agosto de 2008).

1.2.2. Processos de (re)construção identitária inscritos em idiomas cívico-religiosos

A capitalização da experiência associativa na multiplicação de projectos e acções de formação dirigidas a outras mulheres e “famílias africanas” é percebida pelas nossas interlocutoras como uma possibilidade através da qual podem aliar as suas pertenças cívico-religiosas e associativas às suas próprias expectativas do papel da mulher e das “famílias africanas”. Na linha do que aprenderam com as suas mães,⁴³ porém inconformadas pelo seu silenciamento e o que, nalguns casos, entendem como resignação, no cumprimento de tais expectativas esperam contribuir para a sua autonomia pessoal e material.

“Levar a palavra de Deus é muito importante, mas também dar apoio às mulheres nas comunidades, para elas depois também poderem educar os filhos também neste sentido, ajudar a mulher também a ser independente, entre outras. Criar o seu sustento, seu meio de subsistência também, neste sentido, poderem desenvolver projectos e criarem o seu próprio trabalho e serem o sustento da família.”

“Gostava de abrir uma associação, com um projecto que pudesse apoiar jovens mães, mulheres imigrantes também, neste sentido, apostar mais na vertente da educação. Educar a mulher para também educar. Mais nesta vertente, educar (...). E depois tenho projectos também a nível da igreja e, se Deus quiser também projectos missionários, aí sim. Fazia todo o sentido eu regressar para Angola, quero conhecer Cabo Verde, Guiné, mas tudo à base de projectos missionários, também para ajudar mulheres, sim.”

Algumas das jovens evangélicas contaram-nos como o processo de conversão religiosa ao protestantismo foi completamente autónomo e independente das influências familiares, coincidindo com a passagem para a vida adulta, processos de auto-conhecimento e de procura de sentido para as suas trajectórias e projectos de vida. Além do fortalecimento da sua auto-estima, a religião deu-lhes uma nova perspectiva e compreensão das suas práticas cívicas, designadamente,

43 As dinâmicas cívico-religiosas das mulheres são-tomenses evidenciam, antes de mais, um estreitamento e reforço da ligação mãe-filha, manifestos na multiplicidade e diversidade de actividades empreendidas. A concretização dos projectos educacionais dos filhos, de ambos os sexos, fornece às mulheres-mães mais velhas a convicção de que os seus próprios projectos de vida foram alcançados.

através da possibilidade de as re-localizarem noutros contextos internacionais, amparadas pelos idiomas religiosos universais.

“A nível do associativismo, por exemplo, eu vejo o associativismo agora de uma forma que sempre a minha mãe me mostrou, ou seja, trabalhando para os outros, dando para os outros. E era isso que Jesus fazia, Jesus sempre fez isso, não se importava o que as pessoas pudessem pensar dele porque o que ele queria era ajudar os outros, servir os outros”.

“O que está escrito na Bíblia, se nós no associativismo nos aplicássemos, nós não teríamos os problemas que temos no associativismo, percebes?! Porque Jesus no ensinamento que fez, e que quis mostrar às pessoas, ele passava o tempo todo na rua a falar com as pessoas: “olha, vocês devem fazer o bem em vez de fazerem o mal. Quando encontrarem alguém que precise, dêem-lhe a mão, ou seja, transformando a sociedade mas de uma outra forma”. E mesmo depois da morte e ressurreição de Jesus, na igreja primitiva, a primeira coisa que eles faziam era esta: era apoiar as viúvas, os órfãos, os necessitados, os ricos traziam e partilhavam com os pobres. (...) Foi (a conversão), foi um bem que me fizeram a mim, mas que eu vou passar. (...) A Bíblia é um manual onde eu vou beber todos os dias, que me inspira no trabalho que eu realizo diariamente com as pessoas, mas também que me fortalece espiritualmente na minha relação com Deus.”

1.3. À procura de uma família melhor (fora de casa): a participação cívica como uma estratégia de resistência ao mal-estar micro-familiar e doméstico

Contrariamente ao que temos vindo a descrever, e não menos relevante é o facto de algumas jovens usarem a participação cívica como uma forma de resistência em relação ao mal-estar doméstico, pautado por situações de violência de género e geracionais. Nestes casos, a ligação às redes religiosas constitui uma plataforma para a diversificação das suas sociabilidades e para a aquisição de mais capitais sociais, o que lhes permite diferenciarem-se parcialmente dos seus

pares ligados à criminalidade⁴⁴. Porém, acima de tudo, estas redes são por elas perspectivadas como vivências e espaços “fora de casa” alternativos e compensatórios ao doméstico, ao mesmo tempo que permitem legitimar a sua ausência de “casa”.

S: Quem é que são os vossos modelos? Quem é que vos inspira para fazer estas coisas?

T: *Para mim é a Rita e também é o pessoal lá do voluntariado que está sempre a dizer para nós nunca desistirmos, houve uma menina que me disse que ao princípio os pais não vão te apoiar, mas para nunca baixarmos a cabeça!*

(Sobre a violência doméstica)

R: *Eu vejo isso todos os dias! Mas mesmo na família também.*

T: *Em amigas ou casos assim também... mais os homens a baterem nas mulheres...*

R: *E os pais a baterem nos filhos.*

(silêncio)

T: *São coisas que acontecem connosco...*

S: E como é que vocês lidam com isso?

R: *Simplesmente não lidamos. Sei lá... como é que se lida com uma pessoa que nos bate?! Simplesmente, vive.*

S: Depois na escola...

T: *Na escola, acabamos por ficar na escola, porque há lá tudo, passamos lá mais tempo.*

Para as mais jovens e, dependendo da posição no ciclo de vida, a capitalização das experiências religiosa e associativa motiva ainda namoros na adolescência, convívios entre amigos e um forte desejo de partilhar sonhos e desejos de ir para além do espaço do bairro, de arriscar e abraçar novas oportunidades, por vezes, paradoxal em relação ao sentimento de segurança e de confirmação identitária em relação ao exterior. É neste sentido também que podemos pensar a necessidade de promoverem

44 No contexto da Urbanização Terraços da Ponte/Quinta do Mocho, as representações e práticas de criminalidade entre os jovens estão apenas associadas aos rapazes, como nos contam: “As raparigas não entram muito nesse tipo de conflitos. Se for uma rapariga eles não ligam, se tu tiveres com um rapaz, podes ter o azar de levar com um tiro sem queres.” Porém as raparigas que entrevistámos estão inseridas em grupos mistos (rapazes e raparigas) e diferenciam os comportamentos dos seus amigos e os seus, classificados como “os persistentes”, “os que trabalham/estudam”, de “outros” jovens da mesma idade, “os desistentes”, “os que só querem brincar”.

uma imagem positiva do lugar onde vivem e de recriarem as actividades das mulheres mais velhas, ou seja, como uma forma de construção da sua auto-estima e da sua autonomia em relação às gerações mais velhas.

1.4. Dignificar os “africanos”: uma questão cívica?

Como vimos, a necessidade de mudar a imagem do bairro é comum às mulheres entrevistadas. É pelo combate de estereótipos, contra a marginalização e estigmatização dos moradores do bairro que todas lutam. Esta mobilização é pessoal e familiar, alargada ao bairro e seus moradores, enquanto “casa de todos”. As alianças geradas em torno destes ideais são inter-étnicas e não apenas exclusivas dos são-tomenses. Aliás, as sobreposições africano/negro/são-tomense são análogas às de outros grupos de moradores “negros” (portugueses e não portugueses). Pelo que no contexto do bairro, perante os olhares dos “outros” não moradores, se regista (em termos dos discursos e das práticas) um forte investimento na dignificação dos “africanos”.⁴⁵

É também neste contexto que as actividades religiosas, católicas e evangélicas, são percebidas como “alternativas à criminalidade”. As suas protagonistas surgem, deste modo, como mediadoras e difusoras de valores associados à educação e dignificação dos “africanos”, contribuindo assim para criar mediações entre espaços públicos e privados, bem como entre países de origem e destino, além de agenciarem formas de complementar e/ou substituir a actuação do Estado, de instituições públicas, da embaixada e da autarquia.

Os ensinamentos religiosos mesclam-se e constituem-se como um veículo para a passagem da “tradição” e “cultura” são-tomense aos mais jovens, particularmente evidente nos grupos da catequese, no grupo de estudos bíblicos, no coro e no grupo de danças tradicionais de São Tomé e Príncipe (Levitt,

45 Independentemente das tensões inter-étnicas auscultadas. Vários casos de conflitos inter-étnicos foram-nos relatados pelos moradores e pela autarquia, ocorridos nas “residências de solteiros”. De acordo com alguns dirigentes associativos, esta alternativa de alojamento criado pela Câmara Municipal de Loures aquando do realojamento juntou na mesma casa pessoas do mesmo sexo, as quais, no recenseamento, declararam ser solteiras, independentemente dos laços de família, amizade e vizinhança, das diferenças morais e religiosos pré-existentes. Segundo a Divisão Municipal de Habitação, as casas têm uma configuração arquitectónica adaptada a tais circunstâncias. Ainda assim, o que parece ser mais difícil de gerir é o crescimento/alargamento dos agregados familiares aos cônjuges e aos filhos. Os rituais sagrados praticados pelos moradores de origem guineense, muçulmanos, são descritos, por algumas das nossas interlocutoras, com estranheza e repúdio.

2007:11-12). Imbricado nesta relação entre religião e cultura, os processos de transmissão intergeracional a que muitas das nossas entrevistadas de várias gerações se reportam, são evocados numa tentativa de positivar, legitimar e dignificar as múltiplas actividades empreendidas num contexto de segregação espacial e étnica e de forte concentração de pobreza (Massey e Fisher, 2008).

Tais processos, ancorados em representações de África imaginada (Appadurai, 1996), são acionados em contexto migratório (construindo-se em tensão às representações de Europa e de Portugal), estando patente nos discursos das mulheres de várias gerações. Porém, a atribuição de significados difere entre si. Para as mulheres mais velhas “educar em África”⁴⁶ significa dar uma educação “mais rígida”, menos ociosa: os mais velhos são respeitados, as redes de família e vizinhança são mais fortes e eficazes no controle da educação dos filhos, dando menos azo a que as crianças e jovens enveredem por caminhos associados à “criminalidade” e à “banditagem”. Cientes de que a “vida de imigrante” nem sempre lhes deixa/deixou espaço para se dedicarem da forma que gostariam à educação dos mais novos (tendo em conta os horários alargados que têm ou tiveram de cumprir nas firmas de limpeza) culpabilizam-se em relação àqueles que não conseguem salvar das vias do crime e do consumo de estupefacientes, empenhando-se na criação de alternativas. Neste sentido, muitas mães encaram o envio dos filhos nascidos e criados em Portugal para São Tomé e Príncipe como um ensejo de corrigir comportamentos e de reeducação em função dos valores da origem. Sensível a estes dilemas, o activismo cívico de muitas mulheres-mães dos bairros investe igualmente na viabilização de espaços de socialização e identificação alternativos (ex. na criação de grupos de dança, de canto, de associações, etc).

A: São Tomé e Príncipe já é um bocado diferente (de Portugal) porque STP todo o jovem, as crianças têm de ter ocupação. Vai para a escola, vem da escola, ajuda os pais, faz tarefas da escola, faz algumas coisas. Agora aqui as crianças vão para a escola, vêm e ficam assim... há crianças que nem querem estudar. Algumas não querem estudar, só querem estar na boa vida e depois mais tarde criam problemas. Em ST não, criança quando começa nessa situação, os pais dá porrada a valer. Agora aqui não se pode bater nas crianças por isso é que as crianças fazem o que querem.

46 Cf. Viruell-Fuentes (2006)

S: Parece que alguns pais mandam os seus filhos para São Tomé e Príncipe...

A: *Manda, mandam, mandam...*

S: Conhece pessoas que o tenham feito?

A: *Conheço, conheço. Quer dizer os filhos estão cá a criar problemas, não obedece os pais, à noite vai passear com os amigos, arranjam para aí problemas. Nós os são-tomenses não. Outras raças dizem que nós somos cobardes, nós não gostamos de confusão. Então criança está a sair fora do domínio, não quer obedecer aos pais ou à mãe... como aqui não se bate, a mãe compra-lhe bilhete e manda-lhes para a terra. Deixa lá com família. Quando não tiver já ele lhe obedece. Lá não tem de roubar coisas das pessoas não. Lá criança roubar?! Hummm... Lá se uma criança roubar apanha tanta surra que nunca mais rouba nada.*

S: Os são-tomenses mandam os filhos?

A: *Mandam sim. Os filhos não querem portar bem, mandam.*

S: Há episódios desses ligados aos jovens são-tomenses?

A: *Criminalidade, criminalidade eu não ouvi, só que é assim, os pais falam, não querem ouvir, os pais chamam à atenção não querem obedecer, quando o pai sai está na bandagem, ou seja, a lidar com um grupo que a mãe não quer ou o pai não quer, então o pai não lhes diz nada, trabalha, arranja dinheiro, compra um bilhete e diz: "Olha, vai passear". Ele todo convencido que vai passear e fica lá.*

S: Alguns nasceram cá...

A: *Alguns vieram pequeninos, alguns também nasceram aqui.*

As interpretações das mulheres mais jovens em relação a "educar em África" prendem-se sobretudo com imagens e experiências de violência. Nesse sentido, sentem-se privilegiadas aquelas que puderam ter acesso à educação em Portugal e advertem que, ao nível do ensino superior, o prestígio de aqui poderem estudar continua a ser incomparável.

T: Há pais que já recambiaram os filhos para África, para as terras. Já que eles aqui não estão a fazer nada vão para as terras. E lá têm uma educação melhor, podes crer que têm!

R: Porque lhes dão a educação à base da porrada.

T: Pois... mas saem de lá educados... (risos). Meu Deus!

S: Mas são jovens que nasceram...

T: Há uns que nasceram cá...

S: Depois os pais mandam-nos para lá... para tentar...

R: Para tentar melhorar o comportamento, para aprenderem a ser pessoas melhores. Mas também para aprenderem a ser pessoas mais agressivas, porque eu acho uma pessoa quando apanha demasiada porrada vai ser agressiva também porque a única coisa que viu durante a vida foi aquilo, mas os pais acham que isso é uma boa educação é lá com eles.

T: Mas eu acho que os pais também fazem bem em mandar, porque se eles estão aqui...

R: Mandar para lá tudo bem, mas mandar para lá para apanhar porrada não.

“Tanto em São Tomé como em Angola (...) a educação era mais rígida, os professores castigavam mais os alunos.(...) Os castigos eram mais fortes em Angola. Eu sei que antigamente davam-se palmatórias, mas agora, arranjam-se chicotes, mas chicotes e chicotearem os alunos era uma prática que eles faziam. (...) A educação de lá era mais rígida e aqui os alunos são indisciplinados, completamente.”

Para elas, tal “África”, ou melhor, o imaginário do “regresso a África” (Appadurai, 1996) pode ainda constituir-se como uma estratégia de resistência face a situações de racismo e de falta de oportunidades de trabalho relacionadas com o mercado de trabalho, onde crêem vir a conseguir mais reconhecimento profissional.

“Eu aqui sinto-me como uma privilegiada em todos os sentidos: na educação que tive, a tudo que tive aqui e que eu sei que lá não têm. Acima de tudo eu sei que vai ser muito

complicado a nível emocional porque o meu sentido de justiça, do que é que se deve fazer, do social, é algo que está enraizado em mim desde muito cedo e que só há muito pouco tempo é que começou a ser realizado em São Tomé ou em Angola.”

“A vida de África actual nada tem a ver com a vida de África de antigamente. Eu falo daqueles que já têm uma certa formação e que vivem na capital e já querem ocupar uma posição social e já investem nos seus filhos e mandam para as universidades cá fora. Inclusive muitos desses pais, eles não querem que eles estudem nas universidades lá, eles querem que os filhos venham para fora, porque as universidades cá têm mais prestígio.”

Neste sentido, não menos importante é o sonho das mulheres mais velhas de viverem a sua reforma em São Tomé e Príncipe. Porém, a consciência dos constrangimentos que tal decisão comportaria rapidamente as faz refrearem esse desejo.

“O meu futuro não sei, não sei... um futuro sem reforma é um bocado triste. (...) Se eu tivesse a minha reforma, fazia a minha velhice em África (...) Eu gostaria de voltar (...) lá como já não vou arranjar trabalho também, se tiver uma reforma já tenho sobrevivência, mas sem reforma é complicado. É complicado...”

A perseverança e resiliência de algumas destas mulheres e das suas descendentes são talvez os seus maiores trunfos face à multiplicidade de incertezas que têm pautado as suas vidas (tanto no plano afectivo como no plano profissional) e com que, continuamente, têm de encarar o presente e o futuro. A capitalização dos escassos recursos que detêm no combate ao racismo e discriminação, que associam segregação espacial e étnica a situações de pobreza, fazem convergir estratégias familiares, pessoais e sociais, frequentemente protagonizadas por mulheres de várias gerações, na construção de um espaço público. A necessidade de defesa e reposicionamento da imagem dos “negros”, fá-las zelar, mas também reivindicar aquilo a que denominam como os “africanos”, que no caso de algumas jovens se joga em detrimento da sua nacionalidade portuguesa.

2. CUIDAR E ENSINAR A CUIDAR DA SAÚDE DOS ESPAÇOS E DAS PESSOAS: CAPITALIZANDO SINERGIAS LOCAIS, NACIONAIS E TRANSNACIONAIS

Fora dos cenários religiosos, embora em relação com eles, é ainda dentro do cruzamento do género com a ética dos cuidados que podemos situar alguns exemplos de formalização associativa, liderados por mulheres (e/ou onde estas são muito participativas). Não surpreende pois que a área dos cuidados de saúde seja uma das concretizações mais frequentes do activismo feminino no bairro. Referimo-nos mais especificamente à Associação de Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Socio-Cultural (PROSAUDESC), que nasce de um projecto implementado pela Direcção Regional de Saúde no antigo bairro, através do qual foi dada formação específica na área da Saúde Pública, a várias mulheres e homens detentoras/es de um percurso profissional anterior no campo da saúde nos seus países de origem.

Capitalizando quer o percurso profissional anterior quer a aquisição de novas competências, dinamizaram um projecto associativo na área dos cuidados de saúde, utilizando-o ao mesmo tempo para evitarem o seu próprio desemprego, enquanto promoviam a formação e potencial empregabilidade de outras mulheres do bairro.

“Queríamos trabalhar as mentalidades, os comportamentos, o ambiente... a higiene, a saúde...”

“(...) Houve necessidade de fazer uma integração, a algumas mulheres que naquela altura vieram com muito baixo nível de escolaridade, e depois chegaram cá não havia emprego, não havia nada. Havia necessidade, por um lado, de dotar alguns conhecimentos a essas pessoas, mas mesmo de integrá-las no mercado de trabalho. Portanto, o objectivo do projecto era esse, duas vertentes paralelas como resposta. Mas depois dentro do próprio projecto tínhamos as tais subvertentes que era apoiar as pessoas idosas, pessoas acamadas e pessoas com VIH Sida.”

Começando por lidar com problemas gerais como a questão dos lixos públicos, recriaram em contexto migratório algumas das práticas das suas conterrâneas na origem ligadas com a manutenção e cuidado dos espaços públicos. Tais projectos agregaram em torno de si um número muito significativo de mulheres-mães e de crianças que as acompanhavam, iniciando-as deste modo ao esforço colectivo pela resolução de problemas comuns. O tipo de problemas que enfrentavam, desde cedo as levou a reconhecer a importância da formalização das suas práticas no processo de negociação com a autarquia.

“A primeira coisa que nós pensámos foi trabalhar com crianças, depois trabalhar com jovens e com adultos, mas dentro destes três grupos, nós vamos fazer projecto com as quatro línguas (crioulo de Cabo Verde, em forro, em kimbundo e português). Primeiro nós fizemos uma formação de tipo de activistas, com jovens. Em que depois seriam eles próprios que nos ajudavam a ir ao bairro sensibilizar a comunidade (...) depois (...) pegámos nas crianças e sensibilizámos e tal, chamámos o grupo de crianças e perguntámos o que é que eles gostariam de fazer mais. A maior parte respondeu que gostaria de fazer desenho (...), mas qualquer coisa de depois realmente sirva para o projecto. Então concordaram (riso). Mas miúdos pequeninos!! (...) Pegámos neles e fomos até a uma parte onde havia lixo e perguntámos o que é que eles acham disto e eles disseram que isto trás doenças, que as crianças não podem tocar no lixo e tal... Depois saímos de lá e voltávamos novamente à sala. Tinha de ter esta parte pedagógica. E depois foram eles próprios... depois passamos aos desenhos e dissemos-lhes: “Vocês agora vão imaginar, quando vocês passarem para o bairro novo o que é que vocês gostariam que acontecesse...” (...) Houve uma frase que ficou célebre: “Se não sujar já está a limpar!”. Ficou (risos).”

“(...) Produzimos uns baldes de lixo, já que o projecto é “Lixo no Caixote”, íamos trabalhar com mulheres, em que cada qual tinha o seu material. As crianças trabalharam com as t-shirts, os rapazes sabiam que faziam as músicas, e as mulheres o que é que elas tinham,

não tinham nada?! Então vamos lá pensar nas mulheres também. Então nós pusemos uns baldes de lixo que depois da campanha, nós tentámos distribuir os baldes para depois eles levarem para casa, colocam o lixo e depois levamos saco para o contentor”.

O seu percurso posterior denota uma progressiva centralização do projecto cívico no cuidar de pessoas, primeiramente ao nível da informação, prevenção e promoção de cuidados de saúde, privilegiando, nomeadamente, certos segmentos (jovens em risco, toxicodependentes, seropositivos, idosos etc.). Mais recentemente, o projecto associativo tem vindo a investir no campo pessoal, com os projectos “Dar a Mão” e “Saúde de Proximidade”, reforçando a tónica na prestação de cuidados nos espaços domésticos (idosos, acamados, doentes em situação ilegal de um modo geral, etc.), multiplicando as suas parcerias e ampliando a sua acção para além do bairro.

Esta prática associativa pode ser perspectivada, por um lado, como um complemento e/ou preencher de lacunas ao nível dos serviços nacionais e locais de saúde e assistência social e, por outro lado, como uma tentativa de colmatar a inoperância dos acordos de cooperação na área da saúde entre Portugal e os vários países de origem, nomeadamente São Tomé e Príncipe, donde provém a maioria das nossas activistas. De acordo com o levantamento de terreno, é talvez a associação que mais tem procurado deslocalizar o seu projecto cívico, alargando-o aos próprios contextos de origem.⁴⁷

3. CAMPANHAS ELEITORAIS E REDES SOCIAIS NA INTERNET: OUTRAS PERTENÇAS TRANSNACIONAIS

Entre a diversidade de idiomas e modalidades de participação que nos foram introduzidos pelos/as nossos/as interlocutores/as verificamos que, à excepção das associações que conseguiram obter a chancela do ACIDI, as práticas cívicas destes/as imigrantes são praticamente anónimas.

Foram as associações de imigrantes que mais terrenos desbra-

47 A transnacionalização da prática associativa feminina constitui, pelo menos até ao momento, um projecto pessoal, que enfrenta várias dificuldades nos respectivos contextos de origem.

varam em termos das conquistas de direitos políticos alcançados. As primeiras associações de imigrantes criadas nos anos 70 e 80 do século XX, com fortes motivações assistencialistas e recreativas, começam por dirigir a sua acção muito especificamente para a resolução dos problemas relacionados com a saúde, educação, emprego, processos de realojamento, etc., derivados do estatuto ilegal em que se encontraram e do qual era difícil sair. As alterações socio-políticas verificadas em Portugal no fim da década de 90, decorrentes de uma sucessão de transformações políticas na cena europeia, denotaram uma viragem ideológica no discurso e nas práticas das organizações *de* e *para* imigrantes que convergiram com o reconhecimento de Portugal enquanto “país de imigração”. A pressão das associações levaria, por outro lado, o governo português a agilizar três processos de legalização extraordinária⁴⁸ para esbater os elevados números de imigrantes indocumentados.

A legislação que define e regulamenta a actuação das associações de imigrantes e dos seus descendentes (cf. Lei nº 115/99) surge com cerca de trinta anos de diferença de países como a Holanda e a Suécia (Albuquerque *et al.*, 2000; Vogel e Triandafyllidou, 2005). Aliada à criação do Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração⁴⁹ (COCAI), estamos perante dois passos significativos no reconhecimento da importância soberana que os dirigentes associativos podem

desempenhar no pronunciamento sobre as políticas de imigração definidas ao nível nacional, por parte do Estado português.

Apesar dos progressos verificados, o acesso a certas modalidades de organização formal, como a constituição de partidos

48 1º Processo de Legalização Extraordinária (cf. Dec. Lei nº 212/92 de 12 de Outubro); 2º Processo de Legalização Extraordinária (cf. Dec. Lei nº 17/96 de 24 de Maio); 3º Processo de Legalização Extraordinária (cf. Dec. Lei nº 40/2001 de 10 de Janeiro), quando é introduzido o Visto de Autorização de Permanência. Segundo Vanda Santos (2004) entre os elevados números de imigrantes sem documentos, destacam-se os imigrantes oriundos dos países africanos de expressão portuguesa.

49 Acerca deste organismo o Index europeu sublinha: “Embora as associações sejam livremente eleitas para um órgão consultivo nacional e estrutural, os migrantes não são regularmente consultados na maioria das regiões e cidades. Em Lisboa não são consultados desde 2001.” (MIPEX, 2007: 149)

políticos⁵⁰ e/ou de sindicatos,⁵¹ continua limitada.

Ora, até que ponto estes constrangimentos contribuem para o desinteresse dos imigrantes pela vida cívica, e, em concreto, pela participação e inclusão política em Portugal? E nos países de origem? Que formas alternativas à participação formal podemos encontrar? Que tipo de actividades cívicas é que os imigrantes dos PALOP desenvolvem em Portugal? Que diferenças podemos encontrar entre os imigrantes que dispõem de um quadro legal para essa participação activa e aqueles que dela são privados em termos formais? Não é objectivo deste trabalho fazer a análise comparativa que este conjunto de perguntas suscita, porém esperamos que a presente pesquisa possa contribuir para a complexificação destes debates, perspectivando novas arenas de participação.

Neste âmbito, é sobre as gerações emergentes, descendentes de imigrantes, que recai o grande potencial de renovação de espaços e de idiomas políticos formais. Estes queixam-se da insuficiência de modelos de identificação, isto é, da falta de “negros”/“negras” com visibilidade pública em quem possam projectar as suas ambições. Distanciam-se, por isso, desses lugares que consideram alheios a si e aos seus, isto é, de exclusão e de auto-exclusão. Não podemos contudo negar que o reconhecimento das suas práticas como actos políticos.

50 Contam-se alguns exemplos de percursos de políticos de origem imigrante no contexto político português: Kernando Ká, presidente da Associação Guineense de Solidariedade Social e Celeste Correia, ex-presidente da Associação Cabo-Verdiana foram os dois primeiros deputados, de origem estrangeira, na Assembleia da República Portuguesa. Ambos estiveram integrados nas listas do Partido Socialista, nos anos 90. Outras figuras se destacaram pela sua trajectória política: António Tavares (de origem angolana), deputado municipal na Câmara de Lisboa, Mamadou Ba (de origem senegalesa), na Organização Não Governamental SOS Racismo e Sek (de origem senegalesa), na Associação Olho Vivo, mais tarde, Solidariedade Imigrante.

A capacidade eleitoral activa e passiva para as eleições autárquicas, dos estrangeiros residentes em território nacional (cf. VII Revisão Constitucional de 2005), oriundos de Estados membros e não-membros da União Europeia, baseia-se no Princípio da Reciprocidade. De acordo com a declaração nº 252/2009 de 15 de Julho de 2009 do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Administração Interna, os países cujos cidadãos podem eleger e ser eleitos nas eleições locais em Portugal dividem-se em duas categorias: a) com capacidade eleitoral activa e passiva, ou seja, podem votar e ser eleitos/candidatos: os países da União Europeia, o Brasil e Cabo Verde, b) com capacidade eleitoral activa, ou seja, direito ao voto - a Argentina, o Chile, a Islândia, a Noruega, o Perú, o Uruguai e a Venezuela. Entre os estados não membros da União Europeia, Cabo Verde e o Brasil diferenciam-se dos restantes países pela possibilidade de poderem ser eleitos para a ocupação de cargos políticos em Portugal. No caso dos imigrantes brasileiros residentes em Portugal, esse direito é assistido pela celebração do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federal do Brasil, desde que sejam titulares do estatuto de igualdade de direitos políticos podem votar e ser candidatos.

Pelas razões apontadas, o direito de voto dos imigrantes são-tomenses residentes em Portugal encontra-se condicionado às eleições presidenciais do país de origem.

51 Em relação aos principais sindicatos (União Geral dos Trabalhadores e CGTP-Intersindical Nacional) foram criados departamentos onde os trabalhadores imigrantes podem ter a representação dos problemas decorrentes de várias situações laborais. (Cf. Kolarova e Peixoto, 2009)

Membros do Bloco de Esquerda têm tentado fomentar as ligações políticas com moradores/representantes de bairros sociais, em particular, chamando para a atenção e tentando sensibilizar os jovens descendentes de imigrantes, que apresentam perfis de liderança, para a necessidade de mobilização e envolvimento político como forma de responsabilização social. Marcando presença em momentos de alguma controvérsia pública, como alguns episódios de confronto entre jovens e polícia nos bairros, que resultaram em mortes de ambos os lados, têm suscitado a intervenção deste partido político, nomeadamente através do reforço da denúncia da actuação policial nos bairros, nos meios de comunicação social. Atentos às redes de solidariedade juvenis, inter-bairros, estes militantes manifestam que o interesse em acompanhar este movimento juvenil em Portugal não é casual, pois acreditam que nele resida a expressão de um movimento de politização destes jovens que se deve incentivar e não perder de vista. Porém, notam que se estes jovens não saírem do bairro e se só usarem este espaço para fazer as suas lutas, então aí continuarão a ser alvo da violência policial, pelo que acreditam que alguns destes jovens possam precisar de orientação por não terem a maturidade suficiente. As potencialidades deste movimento têm de ser vistas nas geografias e redes inter-bairros a nível nacional (extracto de Diário de Campo, 13 de Fevereiro de 2009).

Como temos vindo a demonstrar, à margem dos espaços formais de participação, as mulheres e homens são-tomenses, de várias faixas etárias, têm construído espaços e caminhos alternativos que ajudam a efectivar as suas pertenças sociais, relacionados com uma multiplicidade de imaginários e referências culturais ultrapassando visões dicotomizantes e reificadas de “identidade são-tomense” e/ou de “identidade portuguesa”.

É nesse sentido que analisamos a actuação em espaços transnacionais de participação política, tais como as campanhas eleitorais transnacionais e/ou as redes sociais na *Internet* de indivíduos afiliados pelos mesmos sistemas de ideias e de valores ideológicos. Uma vez impedidos de participar na vida política portuguesa, pelo menos no que respeita ao direito de eleger e de ser eleito nas eleições portuguesas, a atenção dos são-tomenses residentes em Portugal parece virar-se para as origens (confirmando a hipótese levantada por Jones-Correa, 1998). Apesar das relações

fragmentadas entre o Estado são-tomense e a sua diáspora, as últimas eleições presidenciais em São Tomé e Príncipe terão constituído um desafio para os partidos políticos, assumindo-se a captação dos votos dos emigrantes como uma meta. Os representantes de listas em São Tomé e Príncipe procuram multiplicar a adesão ao voto através das lideranças constituídas em Portugal, detentoras de um maior conhecimento sobre os locais de forte concentração residencial de são-tomenses.

A organização das campanhas num circuito transnacional passa essencialmente pelo aproveitamento das redes sociais já constituídas na origem, cumprindo-se um rol de actividades que embocam na organização de “grandes debates políticos”, pela mobilização “nas ruas, nos cafés... aos domingos, um *cocktail*, um jantar onde o responsável da campanha aparece e diz alguma coisa.”

“A minha participação pessoal tem sido, na medida do possível, mais ao nível associativo, mas também de vez em quando mais ao nível político. Porque nós aqui temos uma facilidade... nós votamos nas presidenciais de São Tomé, um caso especial. E quando estão na campanha lá, nós estamos na campanha aqui. (...) Conforme aparecem vários candidatos, eu apoio um que acho que tem uma ideia mais objectiva, mais clara, que nem sempre dá certo...”

“Lá, nós votamos nas presidenciais, eles precisam de votos das presidenciais e então como sabem disso vem cá um representante de cada candidato, porque interessa-lhes aqui ter pessoas para votarem neles. E é assim que eu entro, eu digo: “olha este é o meu candidato, eu prefiro que seja este”. Então eu sei que vão ter tal pessoa que é responsável, porque eles nomeiam sempre um responsável da área de campanha cá em Portugal. Esse responsável começa a mobilizar e vai colhendo a sensibilidade das pessoas. Quando ele vê “Ah tu és sensível a isto!”... então “eu vou investir nesta” (...) É assim que eu fui chegando aqui (...) Portanto eu disse “é este”, então eu fui ter com as pessoas cá da campanha e fazíamos pequenas reuniões em bairros (Quinta do Mocho, Jamaica...), por exemplo, de grandes concentrações de são-tomenses... aquelas grandes mobilizações, tínhamos convívio de conversar com as pessoas.”

O envolvimento e participação dos imigrantes são-tomenses⁵² nestas campanhas eleitorais transnacionais parecem ser motivados, antes de mais, pela experiência similar no país de origem, ancorada na existência de relações familiares com ligações à vida política são-tomense, mas também pela “esperança” de se verem alguns problemas sociais resolvidos derivados de fortes clivagens sociais na área da saúde e da educação.

“Em STP quando foi a viragem política (porque nós antes tínhamos o partido único e depois passamos a ter o multipartidarismo), quando foi desta viragem principalmente - e como sabe quando nós acabamos os estudos não temos grandes preocupações e temos de arranjar qualquer coisa para preocupar... o grupo que me incentiva muitas vezes a fazer isso é mais familiar. Além de não gostar do sistema, eu vou gostar de lutar para que esse sistema mude. Então, há um grupo de familiares, de amigos da zona (Madre Deus, distrito de Água Grande), principalmente. Mas eu acho que aquilo já vem de muito muito antes porque eu fui pioneira, eu fiz parte do MLSTP, fiz aquilo tudo (...) fiz o grupo de pioneiros, de jovens do MLSTP e foi esse percurso todo que eu fui fazendo e é qualquer coisa que me incentiva pela justiça social. Quando vejo qualquer coisa que não está correcto e não está a andar como deve ser, eu participo e tento fazer ver o lado melhor, o que se pode seguir para que se seja melhor. E assim vou entrando na zona, entre os amigos, familiares.”

“Então, a campanha decorre como? Por exemplo, na zona nós fazemos reuniões com a população, por exemplo, falamos do programa do governo que o presidente pretende desenvolver, achamos que é correcto ou não. As pessoas também davam a sua opinião para enriquecer ou não... porque aquilo antes de ser aprovado vai-se discutindo até obter aprovação. (...) É assim a participação das mulheres havia sempre. É engraçado, eu acredito que as mulheres quando se envolvem acabam sendo mais agressivas ou mais fortes do que os homens. Eu penso assim e tenho visto que é assim, principalmente no grupo de que eu fazia parte, tinha tanto mulheres como homens, e tanto um lado como o outro agiam da mesma

52 Segundo uma das nossas entrevistadas, um dos atractivos das campanhas eleitorais é “banho”, isto é, a possibilidade de se poder ser pago/a ou ter acesso a determinados bens e/ou benefícios em troca da mobilização política e pela participação da campanha. O “banho” “institucionalizou-se” em São Tomé (Nascimento, 2007: 21) e é transportado e praticado nas campanhas realizadas em Portugal.

maneira. A nossa preocupação era principalmente social, falta saúde. Nós temos preocupações graves de saúde, não passa pelos médicos porque médicos temos, melhores condições de saúde, melhores condições de educação em si. Porque houve uma época em que a educação virava muito. Porque eu era uma das pessoas que estava a estudar e havia sempre uma remodelação do ensino e eu ficava sempre afectada pela remodelação do ensino. E depois havia também uns e outros que estavam nesse sistema e, no entanto, eram beneficiados em relação a mim. Essas coisas revoltam-me e era também por isso que acaba por me envolver, lutando contra essas injustiças todas. Mas muitas das vezes é aquela coisa, nos fazemos e sentimo-nos bem por isso, mas as pessoas não dão importância e nós não vemos os trabalhos a serem feitos e é frustrante. Mesmo nessas pequenas participações que eu tive, como pioneira, como juventude, como mulher, não participei na OMSTP. Depois da queda do governo deixou de existir, mas continua a OMSTP.”

Falar de política parece, no entanto, ser tabu entre alguns dos são-tomenses mais velhos/as. Nem todos os nossos interlocutores se mostraram abertos a falar de questões políticas, mesmo quando indicados pelos seus conhecidos como “activistas” empenhados. Quando questionados acerca do assunto, desviavam a conversa. Um homem chegou a responder-nos “A minha política é o futebol”.⁵³ Por outro lado, não deixa de ser paradoxal que uma das mulheres que se assumiu como agente desta participação política nos diga que apenas opera nos bastidores e teça fortes críticas à instabilidade política no país de origem e à falta de interesse dos governantes em relação à diáspora são-tomense. Desde há muitos anos que Inocência Mata (2004) censura a elite política são-tomense pela indiferença face ao valor da sua diáspora e da sua capacidade de interlocução como o Estado são-tomense.⁵⁴

“Eu acho que não existe nenhuma (preocupação por parte do Governo de STP). Isso é o que eu penso mesmo. Porque nós nos sentimos mesmo rejeitados.”

53 Esta resposta tão pouco parece inocente ou ausente de peso político. Muitos dirigentes associativos são-tomenses integraram equipas desportivas nacionais e aproveitaram os benefícios que na altura receberam do Estado para estudar e/ou trabalhar para não mais voltarem a São Tomé e Príncipe.

54 A ACOSP tem estado empenhada na constituição de uma Plataforma da Diáspora São-Tomense em Portugal, para fazer interlocução entre o Estado e as organizações não governamentais/associações, no país de origem e Portugal, no delineamento de políticas públicas.

Cecile Øien (2008) interpreta a participação de um grupo de mulheres da diáspora angolana em reuniões de partidos políticos angolanos como uma forma de construção de pertenças, analisando o modo como estas se relacionam com diferentes imaginários e expectativas, nomeadamente, culturais e de classe.⁵⁵ Apoiados nesta visão, deduzimos que o tipo de expectativas que os homens e mulheres são-tomenses podem albergar em relação à participação política, prende-se, mais uma vez, com a forte necessidade de envolvimento em grupos sociais que possam, porventura, reduzir angústias resultantes das ambivalências de se viver a ausência de reconhecimento de dois Estados. Aliás, a “rejeição” sentida pelos/as nossos/as interlocutores pode ser traduzida na percepção do desinteresse dos partidos políticos são-tomenses pelas condições de vida da sua diáspora. Esta é de tal ordem que nem tão pouco parece fazer parte dos programas políticos divulgados em Portugal. Outra hipótese que levantamos é que, mesmo que os programas políticos tenham medidas de política dirigidas aos seus emigrantes (o que não podemos concluir porque essa investigação não foi feita), prevalece o desconhecimento em relação aos mesmos. Não obstante, em conjunto com pessoas que estão ausentes há mais de dez anos do país de origem, os militantes tentam pensar em soluções para resolver os problemas sociais de *lá*, deixando de fora os problemas *daqui*. Pelo que pudemos apurar, tão pouco essas “visitas” se constituem como uma oportunidade de fazer *lobbying* junto ao governo português.

55 Essas diferenças são analisadas, por exemplo, ao nível da construção da “angolaneidade”. O encontro decorre numa pequena cidade algarvia aquando das eleições presidenciais em Angola e é organizado por militantes da Organização da Mulher Angolana (OMA). Conforme relatado pela autora, as mulheres que acorreram ao evento mostraram-se surpreendidas quando descobriram que se tratava de uma facção do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). A promoção do evento é baseada na assumpção de “comunidade imaginada” e de prevalência de uma identidade comum. Todavia o enquadramento político fez emergir algumas ambiguidades. As mulheres que participaram na reunião queriam sobretudo conhecer outras mulheres angolanas e alargar as suas redes, mais limitadas, comparativamente aos angolanos residentes na Área Metropolitana de Lisboa.

“É aquela esperança de ver o país crescer. Porque aquela pessoa que está cá há 20 anos e chega a ST hoje vê que ST não deu nem um passo para a frente, muito pelo contrário, andou para trás... Isso é mau em alguns aspectos. Porque há aspectos com que eles se preocupam mas não são os aspectos essenciais. As pessoas não vêem benefícios nenhuns dessas governações, só vêem o caos. A educação é o que se vê, apesar de hoje em dia estar melhor... Temos uma universidade, tínhamos o 11^º e agora também temos o 12^º... só que, por exemplo, a faculdade, há muita gente que não chega lá (...) porque não têm como pagar. Há muita gente que prefere que os filhos saiam porque

têm uma bolsa, porque apesar de ser pouca, pelo menos têm alguma coisa. Por isso, ST tem faculdade mas é como se não tivesse. A faculdade é privada não é pública, por isso o ideal era ter uma faculdade pública onde todos pudessem entrar os que acabam o 11º ano. Por exemplo, o 12º ano é a mesma coisa, porque nem todos acabam. Há muita gente que paga no 12º ano porque tem de pagar. Até ao 11º não se paga porque é obrigatório. O 12º tem através da cooperação portuguesa, através da diocese de ST, mas é algo que não está generalizado em ST, porque é a tal coisa, é só para alguns... Isso revolta. Isso não é bom para o país. Se querem ter o 12º então vamos inclui-lo no sistema de educação normal. Fazer com que todos os estudantes consigam ter o 12º. Não é só para alguns!”

Em Portugal, como já vimos, o acesso aos cuidados de saúde, trabalho e protecção social dos doentes que chegam no âmbito da cooperação internacional são testemunhados como um dos maiores flagelos que afecta a população imigrante de São Tomé e Príncipe.

“Através da doença de criança, de uma filha que sofria de válvula mitral vim a Portugal. Quando cheguei cá com uma criança e uma mala, praticamente sem tecto e sem pão, soufri muito. Sofri por várias situações. (...) Tinha ideia de regressar, mas a criança conforme estava não podia regressar na altura, tinha que ficar e ficar depois... o bilhete passagem perdeu validade. Agora as coisas agora são muito mais organizadas do que anteriormente. As nossas embaixadas nos deixava de sol, ao Deus dará, quase não nos apoiavam. Então fiquei nesse vida e fui trabalhar.(...) Queria salvar a minha filha que mais tarde também faleceu cá. E quando faleceu foi muito difícil para mim. Quando faleceu eu já não tinha mais nada, já não tinha bilhete nem nada e fiquei assim. Fiquei cá pronto. Fiquei com uma vida separada.”

“Tudo bem eu sei que há a embaixada e muitas vezes recorremos à embaixada, mas muitas das vezes também tem muitas limitações para nos ajudar. Por exemplo, os doentes que vêm de ST que é um problema gravíssimo! É uma das actividades que nós este ano vamos tentar fazer alguma coisa a nível da associação. É muito complicado porque,

por exemplo, o doente vem e é esquecido. O doente, muitas vezes, nos hospitais são abandonados, ficam sozinhos, atirados a eles próprios. E... pronto, por acaso, é uma das campanhas que vamos tentar fazer este ano, a nível do apoio monetário, de géneros alimentícios, coisas desse género. Vamos direccionar algumas das nossas actividades lúdicas a apoiar esta causa porque é uma lástima mesmo.(...) Acaba-se por falar (da situação dos imigrantes), mas depois cai no esquecimento e cada dia que passa esta situação está pior. Muitas das vezes os doentes até são esquecidos no aeroporto. Chegam de ST e não está lá ninguém para os acolher! Sim, e isso muitas das vezes eu não culpo só cá. Eles mandam os doentes muitas vezes de lá sem saber em que condições eles vão ficar cá. Há momentos em que têm de trabalhar. Há coisas que não podem fazer mas têm de fazer porque têm de se sustentar. Nós ainda temos casos que têm mesmo de sair de lá para cá, em que não se pode fazer nada lá, o caso por exemplo dos doentes renais. Muitas vezes nem sequer conseguimos detectar... mesmo ao nível dos equipamentos... nós temos um problema grave que é a falta de energia, não há máquina que aguarde as constantes quebras de energia nos hospitais. É muito complicado. Nós, por acaso, ao nível da associação temos essa informação e tentamos desenvolver ao nível da associação estas preocupações.”

Além das campanhas eleitorais, identificamos ainda o aproveitamento das novas tecnologias, no desenvolvimento de novos padrões de sociabilidade. As redes sociais na Internet são instrumentalizadas na reinvenção de espaços de participação e instrumentos de pressão política transnacional. Estes recursos possibilitam que as diásporas acompanhem a actualidade política, social e económica no país de origem e integrem outras “comunidades imaginadas” (Anderson, 1991).

“(...) Pensando num amanhã melhor. (...) Eu estou aqui, mas conforme estou aqui, também estou dentro de São Tomé em termos de actualidades, novidades, por aí fora. Como eu estamos muitos. Estamos mais ou menos actualizados, se não diariamente, de três em três dias, de tudo o que acontece lá e, muitas vezes, mais do que quem está lá. (...) Na Internet há muitas páginas noticiosas de São Tomé... mas também de outros países

Angola, Guiné, Cabo Verde, Moçambique... - está generalizado. Por exemplo, caiu o nosso Presidente da República de manhã, em São Tomé (...) houve uma gestão da crise para ver se se conseguia abafar o caso. (...) Mas isso chegou aqui. Já estava na Internet quando a RTP África deu. Se não dessem... tinham de dar porque quase foram forçados pela Internet.

Ainda há pouco tempo eu fui uma das pessoas que escreveu para um dos jornais - o Parvo - um dos semanários que temos em lá. Eu criticava uma situação berrante que andava por aí. Nós não tínhamos Primeiro-Ministro. Escolhia-se um e ele não queria, depois indigitou-se outro e ele não queria (...) o actual Primeiro-ministro ora avançava ora recuava. Levámos um mês nesta situação. E, neste aspecto, a presença do imigrante é positiva porque contribuiu para tentar agarrar o que é melhor.”

Em termos das principais diferenças identificadas acerca das performances políticas de homens e mulheres, parece ponto assente que as mulheres têm vindo a marcar a sua presença, com maior preponderância nos últimos anos, ainda que discreta, mesmo ao nível da constituição dos quadros do governo em São Tomé e Príncipe (Seibert, 2002). As representações do nosso entrevistado-homem atribuem essa crescente participação e visibilidade das mulheres nos domínios políticos à credibilidade e força das mulheres, percepcionada como “menos corruptas” do que os homens no poder.

“Há diferenças na execução de homens e mulheres e... como acontece connosco aqui, a nível de imigrantes, tem acontecido no mundo. Estamos a ceder...o homem tem estado a ceder pastas para a mulher! (risos) As mulheres têm estado a tentar... penso eu que pelo lado do excesso... quer dizer, a corrupção tem estado mais do lado masculino do que feminino. E isso enfraquece o lado masculino e fortalece o lado feminino... e fortalece em que medida? As mulheres aparecem, como dizem aqui, como Dama-de-ferro (...) Dama-de-ferro porque... são menos corruptas, ou melhor, são mais difíceis de corromper.

Já os homens não. E neste aspecto, elas acabam ganhando lugares-chave que eram entregues, exclusivamente, aos homens. (...) existem algumas senhoras que já conseguem aproximar a liderança, portanto nesse caso de STP, temos aqui uma embaixadora. É uma senhora que está à frente da embaixada (...) por isso, se calhar, nós temos uma sociedade um bocadinho à frente. (...) A mulher começa a ocupar o lugar do homem, porque, a meu ver, é menos atingida pela corrupção.”

Ser “dama-de-ferro” significa que uma mulher é “trabalhadora”, “batalhadora”, “não corrupta”, mas também praticamente destituída da sua feminilidade e do poder atractivo que pode exercer sobre os imaginários masculinos.⁵⁶ Estas imagens não são, contudo, novas. A análise das representações da “mulher” na literatura são-tomense tem evidenciado como esta surge associada à figura do Estado, tendo sido fonte de inspiração de poetisas que fomentaram a “utopia da nação”, de entre os quais, se destaca o nome de Alda Espírito Santo (1926-2010) (Mata, 2007:424).

Em contraponto, as representações de “Mulher-África” ou de “Mãe-África” extravasam fronteiras e sintetizam a multiplicidade de percepções dos migrantes africanos no mundo, associadas à “terra”, à “casa”, à “família”, à “mulher” e à “mãe” (Mata, 2007:433).

No que respeita à construção de representações acerca da “mulher imigrante”, gostaríamos de retomar aqui a problemática das “elites” levantada na primeira parte do trabalho. Macedo *et al* (2007: 23) criticam o facto das experiências destes grupos de mulheres serem retratadas de forma generalizada e destas serem “socializadas como sujeitos apolíticos e continuamente projectadas para longe da arena política, quer como sujeitos quer como agentes”.

56 Uma das nossas entrevistadas desabafa: “*Em São Tomé, os homens dizem: “Olha eu não quero estas mulheres que já andaram a estudar, que têm curso porque às vezes elas são muitos mandonas, muito refilonas e às vezes estragam tudo. É aquilo que se diz. (...) os homens lá, mesmo os que estudaram, de uma maneira geral, dizem que elas estudaram muito e que eles não querem estar com as mulheres que já estudaram. Isso é que eu não percebo. Mesmo os universitários, preferem uma mulher mais recatada, mais calma, querem uma daquelas mulheres da roça do que ter uma ... não percebo...*”

S: Como é que é isso de ir buscar uma mulher à roça?

Ah na roça são aquelas que não estudaram, que não fizeram um curso, que ainda não saíram daquela realidade, que eles conseguem moldar. Preferem uma assim.” As imagens das “mulheres da roça”: “sem estudos”, “não emigraram”, “submissas”, “moldáveis”, “recatada” e “calma”) parecem construir-se em oposição às imagens de “mulheres imigrantes”: “mandonas”, “refilonas”, etc.”

4. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E PORTUGAL: CONTEXTOS DE FRACA PARTICIPAÇÃO CÍVICA?

Tem vindo a ser sugerido que os contextos de participação cívica nos países de origem e destino influenciam a participação dos imigrantes. Nesse sentido, contextos de fraca participação teriam repercussões directas nos comportamentos dos sujeitos (Soysal, 1999; Vogel e Triandafyllidou, 2005).

No estudo de caso preciso, Augusto Nascimento (2008) aponta razões históricas, como o colonialismo e o monopartidarismo para explicar a escassa participação da “sociedade civil” em São Tomé e Príncipe. Por outro lado, analisa como o surgimento e implementação de organizações não governamentais no período pós-independência têm paulatinamente constituído uma via alternativa para a criação de um tecido político menos clientelar e contribuído para redução da pobreza no país.

As primeiras associações, de “recorte classista ou profissional”, surgiram na década de 80 do século XX ainda sob a alçada do Estado. Foi o aparecimento de ONG internacionais que diversificou o panorama do associativismo mais livre e independente desse controle estatal. E foi neste encadeamento que brotaram as associações de mulheres as quais, enquanto “instrumentos de combate à pobreza, fazem juz ao papel da mulher nesse combate, integrando-as no espaço público, afrontando, por vezes, os prejuízos decorrentes de noções culturais acerca do papel social das mesmas”⁵⁷ (Nascimento, 2008:12).

Apesar do tom relativamente optimista com que o autor pondera essa presença das ONG em São Tomé e Príncipe na convocação de uma participação mais activa, não deixa de alertar para o facto de o espírito de cooperação e de entajuda ser de muito mais difícil concretização num contexto marcado pelos “esquemas clientelares”, pela “cultura clientarista” e “familiarista”, pela falta de hábito de confronto de opinião (sendo mais usual a comunicação basear-se em boatos e rumores), e por uma forte adaptação da política à consciência religiosa (Nascimento, 2007: 161-163, 2008; Seibert, 2002).

57 Exemplos disso são a Associação para o Progresso da Mulher, a Associação das Mulheres Domésticas de São Tomé e da Associação de Mulheres Empresárias e Profissionais de S. Tomé e Príncipe (Santo citado por Nascimento, 2008:12).

Em simultâneo, Gerhard Seibert (2002) chama a atenção para a preponderância dos laços de parentesco,⁵⁸ amizade e/ou no transporte e recriação de redes sociais, o que aliás, o trabalho de terreno com são-tomenses na área metropolitana de Lisboa confirmou:

“Os laços familiares, associados a outros laços pessoais, foram sempre importantes para a criação e a manutenção de redes sociais, as quais, por sua vez, têm sido cruciais para a sobrevivência e ascensão social. Laços familiares ajudam a gerar outros vínculos na esfera económica e social do pequeno universo insular. A lealdade familiar pode desempenhar um papel importante no domínio político se a família em questão for unida e influente e se os seus membros partilharem uma experiência comum e objectivos familiares” (Seibert 2002: 479).

Por sua vez, Seibert confirma essa dificuldade, constatada na mudança de hábitos e mentalidades afectados pela ausência de “cultura política” vivida antes de 1990, lembrando a importância das redes de parentesco e da religião durante os períodos precedentes.

“(...) em STP não havia cultura política democrática institucionalizada antes do início da transição democrática em 1990 (...) Os efeitos polarizadores de uma sociedade pequena e insular contribuíram para essa constante instabilidade e a conseqüente incerteza da administração local fez aumentar a importância das redes de parentesco e irmandades religiosas, enquanto fontes de solidariedade e de acção colectiva para os ilhéus” (Seibert, 2002: 484-485).

De outro ângulo, em Portugal, os constrangimentos à participação dos imigrantes têm vindo a ser relacionados com lógicas corporativas adoptadas durante o período da ditadura portuguesa, os quais, entre outros factores, contribuem para explicar um contexto mais vasto de fraca participação cívica (Albuquerque, 2000; Marques, Santos e Ralha, 1999;

Marques e Santos, 2007; Soysal, 1999).

Não obstante, o contexto migratório e as barreiras com os sujei-

58 A reinterpretação “jocosa” que em São Tomé e Príncipe se faz da sigla do país (STP) - Somos Todos Primos ou Somos Todos Parentes - traduz essa consciência colectiva (Mata, 2004: 49; Seibert, 2002: 439).

tos aqui se defrontaram parecem ter contribuído para a diversificação dos laços que alimentam e sustentam as redes sociais a que os são-tomenses estão ligados. À excepção do grupo de mulheres católicas, nos restantes grupos, as alianças inter-étnicas deram um peso vital à representatividade dos moradores do bairro junto da autarquia. Como acabámos de ver, a identificação e pertença a redes religiosas fornecem às mulheres com quem trabalhamos um certo grau de convicção de que a sua participação cívica, ancorada na religião, pode constituir uma fonte importante de transformações societais, quer em São Tomé, quer em Portugal.

CAPÍTULO 3.

GÉNERO, MIGRAÇÕES E PARTICIPAÇÃO CÍVICA NO DISCURSO POLÍTICO

1. O GÉNERO, MIGRAÇÕES E PARTICIPAÇÃO CÍVICA NO DESENHO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Ao propormos o desafio de analisar o lugar do género e das migrações em dois instrumentos soberanos das políticas nacionais na área das migrações e de género, retomamos o debate sobre categorias universais e sócio-culturalmente construídas. Um debate que se traduz, por um lado, na forma como o Estado cria políticas que afectam directamente a vida dos sujeitos, com base em políticas e directrizes europeias, nos princípios gerais dos Direitos Humanos e nos sistemas jurídicos vigentes, neste caso em Portugal e na Europa; e, por outro lado, na forma como os sujeitos experienciam e interpretam essas medidas à luz dos seus códigos culturais, religiosos, políticos e simbólicos manuseados em função das próprias estratégias identitárias.

Sem perder de vista a análise teórica e empírica que antecede esta última parte, focamos agora a nossa atenção nas concepções universais e uniformizadas de “mulher migrante” e “participação cívica” e “cidadania”, utilizadas nos planos nacionais do Governo para a Integração dos Imigrantes e para a Cidadania e Igualdade de Género.

A partir da leitura do Plano para a Integração dos Imigrantes, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007, e do III Plano Nacional para a Igualdade - Cidadania e Género (2007-2010), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2007, procedemos a uma análise de conteúdo tendo em conta os seguintes parâmetros:

- a) Selecção das palavras “mulher”, “mulher migrante”, “minorias étnicas”, “género”, “descendente”, “segunda geração”, “jovem”, “participação”, “cívica”, “cidadania” no conjunto das medidas;

b) Análise de conteúdo de cada uma das medidas onde aparecem mencionadas esses conceitos.

1.1. Plano para a Integração dos Imigrantes (2007-2009)

O PII apresenta uma estrutura bastante sólida e ambiciosa, totalizando 120 medidas políticas, assentes num conjunto de princípios, que enquadram a actuação colaborativa entre os vários ministérios e organizações da sociedade civil. Na primeira secção, são apresentadas as políticas em vários domínios transversais e sectoriais: habitação, saúde, emprego e formação profissional, educação, acolhimento, solidariedade e segurança social, justiça, sociedade de informação, desporto, descendentes de imigrantes, racismo e discriminação, direito a viver em família, liberdade religiosa, associativismo imigrante, média, relações com países de origem, acesso à cidadania e direitos políticos, questões de género e tráfico de seres humanos. Na segunda parte é apresentada uma listagem de medidas, indicadores e metas.

Desde a Resolução do Conselho de Ministros foram entregues dois relatórios anuais de execução⁵⁹ pelo ACIDI - de Maio 2007/2008 e Maio 2008/2009 - que fazem o balanço das metas atingidas e que também serão tomados em consideração na nossa avaliação.

Em termos das categorias seleccionadas para análise, vamos dar especial atenção às medidas que abordam as questões de género e dos descendentes de imigrantes.

Em relação à categoria “género” verificámos que esta aparece associada à categoria “mulher” e/ou “mulher imigrante”, raramente mencionando os homens. Um dos princípios orientadores do

plano é dar “especial atenção à igualdade de género, reconhecendo a dupla vulnerabilidade da condição mulher/imigrante” e são cinco as medidas que contemplam a “igualdade de género”:

59 I Relatório Anual de Execução do Plano Nacional para a Integração dos Imigrantes (Maio 2007 - Maio 2008), disponível em http://www.acidi.gov.pt/docs/PII/RAE0708_PII_compl.pdf, consultado a 20/09/2009; II Relatório Anual de Execução do Plano Nacional para a Integração dos Imigrantes (Maio 2008 - Maio 2009), disponível em <http://www.acidi.gov.pt/docs/PII/Relatorio-PII-segundo-ano.pdf>, consultado a 20/09/2009

QUESTÕES DE GÉNERO

MEDIDA	INDICADORES	RESP.	META
114. Combate à vulnerabilidade das mulheres imigrantes (PCM/CIG, MAI/SEF)	<ul style="list-style-type: none"> - Número de mulheres imigrantes que efectuam queixa de violência doméstica junto das Forças e Serviços de Segurança; - Número de Pessoas autonomizadas relativamente ao reagrupamento familiar original por motivos de protecção de vítimas. 	PCM/CIG MAI/SEF	<ul style="list-style-type: none"> - 20 queixas apresentadas por mulheres migrantes - 20 mulheres autonomizadas relativamente ao reagrupamento familiar por motivos de protecção das vítimas
115. Divulgação, junto das mulheres imigrantes, de informação sobre os seus direitos e deveres específicos enquanto mulheres (PCM/ACIDI, I.P./CIG)	<ul style="list-style-type: none"> - Número de campanhas de informação e sensibilização - Número de folhetos informativos distribuídos 	PCM/CIG /ACIDI, I.P.	<ul style="list-style-type: none"> - Promover uma campanha de informação dos direitos e deveres das mulheres imigrantes com um folheto - Distribuição de 5.000 folhetos informativos, traduzidos em três línguas, através dos CNAI, CLAI e Associações de Imigrantes
116. Promoção da empregabilidade e empreendedorismo das mulheres imigrantes, nomeadamente através do acesso à educação e à formação profissional (PCM/CIG)	<ul style="list-style-type: none"> - Número de acções de formação profissional - Número de mulheres abrangidas pelas acções de formação - Número de formandas que beneficiaram da adopção de requisitos especiais e de excepção para mulheres imigrantes em situação de vulnerabilidade, para a selecção de formandos/as, ao nível do IEFP, I.P. 	PCM/CIG	<ul style="list-style-type: none"> - Três acções de formação profissional abrangendo 45 mulheres - 30 mulheres beneficiárias do regime de excepção
117. Promoção da participação das mulheres na sociedade e do seu envolvimento em movimentos associativos de defesa dos direitos das mulheres (PCM/ACIDI, I.P./CIG)	<ul style="list-style-type: none"> - Número de mulheres imigrantes a presidir a Associações de Imigrantes - Contemplar a importância da participação das mulheres migrantes no associativismo no folheto sobre associativismo 	PCM/ ACIDI, I.P./CIG	<ul style="list-style-type: none"> - 30% das Associações reconhecidas (aumento do número para 40% até 2008) - Folheto a ser distribuído no 1º semestre de 2007
118. Reforço do conhecimento científico sobre questões de género na imigração (PCM/ACIDI, I.P./CIG)	<ul style="list-style-type: none"> - Número de estudos realizados neste âmbito PCM/ACIDI, 	I.P./CIG	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar através, do Observatório da Imigração, a elaboração de um estudo científico sobre questões de género na imigração

Fonte: Extracto da listagem de medidas, indicadores e metas relativo às questões de género - Parte II do Plano para a Integração dos Imigrantes, 2007

Além destas medidas, ainda está previsto a criação de um observatório de tráfico de seres humanos que tem como preocupação especial a análise do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, embora os indicadores e metas não particularizem as questões de género. Por fim, as medidas dirigidas às mulheres visam ainda promover campanhas de informação sobre a existência de consultas de planeamento familiar e gravidez gratuitas, sendo um dos objectivos aumentar em 5% o número de mulheres imigrantes inscritas nos serviços.

Alicerçados em sete medidas concretas do plano, os “jovens descendentes” são alvo de maior atenção em comparação com as mulheres:

DESCENDENTES DE IMIGRANTES

MEDIDA	INDICADORES	RESP.	META
78. Reforço da integração escolar e combate ao insucesso e abandono escolar (PCM/ACIDI, I.P., ME, MCTES)	<ul style="list-style-type: none"> - Número de alunos descendentes de imigrantes contemplados pelas actividades desenvolvidas no âmbito dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária - Taxas de conclusão da escolaridade obrigatória e de sucesso dos alunos descendentes de imigrantes inseridos em escolas TEIP - Número de projectos sobre educação inclusiva, interculturalidade e cidadania promovidos pelo Entreculturas nas escolas - Número de destinatários descendentes de imigrantes abrangidos em actividades da medida I do Programa Escolhas - Inclusão Escolar e Educação Não Formal 	PCM/ ACIDI, I.P. ME MCTES	<ul style="list-style-type: none"> - Alunos descendentes de imigrantes abrangidos em escolas TEIP - Aumento em 10% da taxa de conclusão da escolaridade obrigatória dos alunos descendentes de imigrantes inseridos em escolas TEIP até 2009 - 20 escolas com projectos articulados com o Gabinete de Educação/Formação do ACIDI, I.P. - 10.000 crianças e jovens descendentes de imigrantes e minorias abrangidos por actividades da medida I do Programa Escolhas até 2009
79. Combate à segregação espacial (PCM/ACIDI, I.P.)	<ul style="list-style-type: none"> - Número de projectos Escolhas localizados em territórios segregados e estigmatizados, com incidência de população imigrante e seus descendentes - Número de intercâmbios regionais e actividades de carácter nacional, envolvendo destinatários descendentes de imigrantes, desenvolvidos ao abrigo do Programa Escolhas - Número de eventos “ACIDI, I.P. junto das comunidades” desenvolvidos em territórios com expressão de população imigrante e seus descendentes 	PCM/ ACIDI, I.P.	<ul style="list-style-type: none"> - 40% dos projectos Escolhas localizados em territórios segregados. - Abranger 10.000 descendentes de imigrantes como destinatários nas intervenções ao abrigo do Programa Escolhas - Realizar, até 2009, três actividades de intercâmbios nacional envolvendo crianças e jovens descendentes de imigrantes - Realização de três iniciativas “ACIDI, I.P. junto dos Imigrantes” por ano, até final de 2009
80. Combate à exclusão social dos descendentes de imigrantes (PCM/ACIDI, I.P.)	<ul style="list-style-type: none"> - Número de projectos Escolhas com descendentes de imigrantes no seu público-alvo - Número de destinatários descendentes de imigrantes abrangidos no Programa Escolhas, por medida 	PCM/ ACIDI, I.P.	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar 94 projectos, ao abrigo do Programa Escolhas, que contemplem descendentes de imigrantes no público-alvo - Abranger 10.000 descendentes de imigrantes como destinatários nas intervenções ao abrigo do Programa Escolhas

MEDIDA	INDICADORES	RESP.	META
81. Acesso a formação profissional e ao emprego (PCM/ACIDI, I.P., MTSS)/IEFP, I.P.	<ul style="list-style-type: none"> - Número de utentes descendentes de imigrantes na rede de Unidades de Inserção na Vida Activa (UNIVA) do CNAI - Número de UNIVA na Rede - Número de UNIVA dinamizadas por associações de imigrantes - Número de destinatários descendentes de imigrantes abrangidos em actividades da medida II do Programa Escolhas - Formação Profissional e Empregabilidade 	PCM/ ACIDI, I.P. MTSS/ IEFP, I.P.	<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento de 3000 pessoas em 2007 (aumento de 20% nos anos subsequentes) - 25 UNIVA em 2007, das quais dez dinamizadas por Associações de Imigrantes
82. Incentivo à participação cívica (PCM/ ACIDI, I.P.)	<ul style="list-style-type: none"> - Número de iniciativas desenvolvidas no âmbito do Grupo de Trabalho para a Inclusão dos Descendentes de Imigrantes - Número de iniciativas de associações e/ou grupos informais de descendentes de imigrantes apoiadas pelo ACIDI, I.P./Programa Escolhas - Número de Associações Imigrantes reconhecidas pelo Registo Nacional do Associativismo Jovem (RNAJ) 	PCM/ ACIDI, I.P.	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar, até 2009, 12 iniciativas decorrentes da participação associativa e/ou do Grupo de Trabalho para a Inclusão dos Descendentes - Apoiar pelo menos cinco iniciativas de associações/grupos informais de jovens descendentes - Três associações de Imigrantes em 2007, 7 até 2009
83. Sensibilização da opinião pública para a integração dos descendentes de imigrantes (PCM/ACIDI, I.P.)	<ul style="list-style-type: none"> - Número de peças de comunicação sobre a integração dos descendentes de imigrantes (Nós, BI, Revistas Escolhas...) - Número de Selos de Práticas Promissoras atribuídos a projectos na área de integração de crianças e jovens descendentes de imigrantes 	PCM/ ACIDI, I.P.	<ul style="list-style-type: none"> - 20 peças de comunicação distribuídas pelos diferentes meios de comunicação - Atribuir seis “Selos de Práticas Promissoras” até 2009
84. Aprofundamento do conhecimento científico sobre descendentes de imigrantes (PCM/ACIDI, I.P.)	<ul style="list-style-type: none"> - Número de estudos realizados sobre descendentes de imigrantes no âmbito do Observatório da Imigração, a disseminar em publicação de papel e através do site do Observatório da Imigração 	PCM/ ACIDI, I.P.	<ul style="list-style-type: none"> - Dois estudos sobre descendentes de imigrantes

FONTE: Extracto da listagem de medidas, indicadores e metas relativo aos descendentes de imigrantes - Parte II do Plano para a Integração dos Imigrantes, 2007

Os “jovens descendentes” são ainda objecto de outras medidas sectoriais. No campo da habitação destaca-se o Incentivo ao Arrendamento Jovem, com vista a atingir 100 jovens imigrantes até 2007 e, a criação de mais equipamentos e espaços de lazer para crianças e jovens, no âmbito do “novo ciclo de habitação social”. Na área da educação, o plano prevê a promoção do acesso à educação de todas as crianças (e jovens) descendentes de imigrantes, independentemente do estatuto migratório dos pais, junto das associações de imigrantes e o “reconhecimento, certificação e validação de competências de imigrantes” (jovens e adultos) no âmbito do programa Novas Oportunidades.

De notar ainda as medidas que apontam para a necessidade de promoção de “casos de sucesso” no âmbito do programa “Escolhas” e na área do desporto como forma de incentivo a outros jovens e crianças, bem como no combate ao racismo e xenofobia (apoiados por peças de comunicação e pela participação de três desportistas imigrantes em campanhas/eventos). Em contraponto, a prevenção de “comportamentos desviantes” é destacada, nos domínios da justiça, através do apoio à integração social destes jovens ao nível do seu projecto de vida (formação, escolarização, obtenção de documentos, etc.), sob garantia de que não existem jovens tutelados pela Direcção-Geral de Reinserção Social em situação irregular.

1.2. III Plano Nacional para a Igualdade - Cidadania e Género

O terceiro Plano para a Igualdade, Cidadania e Género, comparativamente aos planos anteriores e ao PII demonstra um maior aprofundamento, experiência e monitorização das medidas políticas neste âmbito, sendo também de salientar um maior esforço de garantir a transversalidade e articulação destas medidas com as de outros planos. Desde a Resolução do Conselho de Ministros foi entregue um relatório anual de execução⁶⁰ pela Comissão para a Igualdade de Género - 2007/2010, que faz o balanço das metas atingidas e que também será tomado em consideração.

As medidas específicas dirigidas a *mulheres imigrantes* e minorias étnicas e culturais aparecem concentradas em duas áreas estratégicas de intervenção, das cinco previstas: perspectiva de género nos domínios prioritários de política (área 1) e violência de género (área 4).⁶¹

Ao assumir que a pobreza e a exclusão social afectam sobretudo as mulheres, a integração da perspectiva do género na “Inclusão e Desenvolvimentos Sociais” é formulada nos objectivos gerais de “diminuir a feminização da pobreza” e de “promover a igualdade de género e a cidadania de homens e mulheres migrantes e de minorias étnicas e culturais, facilitando a sua integração a todos os níveis”. Sob estes dois compromissos são designadas medidas específicas que, no caso das “mulheres migrantes e de

60 | Relatório Anual de Execução do III Plano Nacional para a Igualdade - Cidadania e Género (2007 - 2010), disponível em http://195.23.38.178/cidm/portal/bo/documentos/Relatorio_avalicao_IIIIPNI_1ano.pdf, consultado a 20/09/2009

61 As outras três áreas estratégicas são: perspectiva de género nos domínios de política enquanto requisito de boa governação; cidadania e género; perspectiva de género na União Europeia, no Plano Internacional e na Cooperação para o Desenvolvimento.

minorias étnicas e culturais”, visam a divulgação dos direitos e deveres das mulheres, a aprendizagem da língua portuguesa e das novas tecnologias, o cumprimento da escolaridade obrigatória, o apoio ao empreendedorismo, o incentivo ao envolvimento em movimentos associativos, o incentivo e apoio financeiro de actividades de cariz étnico-cultural que promovam o seu “envolvimento activo”.

No que toca à estratégia de “combate e prevenção da violência de género”, como um facto assumidamente originado pela discriminação de género, é apenas ressalvada a importância de se assegurar a articulação entre o III PNIGC e outros planos, nomeadamente o PII, “de forma a promover o *mainstreaming* de género nas várias dimensões bem como outro tipo de articulações”.

Área 2 - Perspectiva de Género em Domínios Prioritários de Política

2.4 - Inclusão e Desenvolvimento Social

Medidas	Entidades envolvidas na execução	Indicadores de processo	Indicadores de resultados	Calendarização
D - Divulgar, junto das mulheres e homens migrantes e de minorias étnicas e culturais, informação sobre os seus direitos e deveres em matéria de cidadania e igualdade de género	PCM/CIG/ACIDI, MAI/SEF e outros agentes	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer protocolos entre a PCM/CIG, o ACIDI, o SEF, e ONG - Criar folhetos informativos nas diversas línguas para distribuir pelas comunidades de imigrantes e minorias étnicas e culturais - Organizar equipas de trabalho que se dirijam às comunidades com a informação sobre os direitos e deveres das mulheres e homens migrantes 	Contabilizar anualmente: <ul style="list-style-type: none"> - Nº de protocolos estabelecidos; - Nº de folhetos publicados e distribuídos, nas diversas línguas; - Nº de pessoas abrangidas pelas equipas de trabalho e avaliar o impacto da informação distribuída; 	A iniciar em 2008 e durante toda a vigência do Plano
E - Promover programas de informação e formação em competências nos domínios da língua portuguesa e das tecnologias de informação e comunicação bem como programas de português técnico e de educação para a cidadania	PCM/ACIDI, MTSS/IEFP, ME, e outros agentes	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar o nº de cursos formativos de língua portuguesa e novas tecnologias, especificamente para as comunidades migrantes e minorias étnicas e culturais 	Contabilizar anualmente nº de cursos disponíveis e nº de formandos/as	Iniciar em 2008 e durante toda a vigência do Plano

Medidas	Entidades envolvidas na execução	Indicadores de processo	Indicadores de resultados	Calendarização
F - Sensibilizar e informar para o cumprimento da escolaridade obrigatória e da continuação do percurso educativo/formativo.	PCM/ACIDI; MTSS/IEFP; ME e outros agentes	- Promover campanhas de sensibilização junto das comunidades migrantes e minorias étnicas e culturais sobre a importância do cumprimento da escolaridade obrigatória	Contabilizar anualmente nº de Campanhas/ População - alvo envolvida	Durante toda a vigência do Plano
G - Apoiar o empreendedorismo das mulheres migrantes e minorias étnicas	PCM/ACIDI; MTSS/IEFP	- Criar os mecanismos específicos de apoio ao empreendedorismo das mulheres migrantes e de minorias étnicas	Contabilizar anualmente nº de mulheres abrangidas	A iniciar em 2008 e durante toda a vigência do Plano
I - Promover o envolvimento das mulheres migrantes e de minorias étnicas e culturais em movimentos associativos e na tomada de decisão, participando na vida política, económica e social.	PCM/ACIDI, PCM/CIG e outros agentes	- Dinamizar junto das comunidades migrantes acções de sensibilização sobre a importância da participação pública activa e informar sobre meios de apoio	Contabilizar anualmente o nº de acções desenvolvidas e nº de participantes	Iniciar em 2008 e durante toda a vigência do Plano
J - Melhorar a participação e o acesso das mulheres e homens migrantes e de minorias étnicas e culturais na vida sócio-cultural e promover o seu envolvimento activo, designadamente através de apoios a associações de migrantes com fins sócio-culturais	PCM/ ACIDI, MC, ME	- Promover iniciativas sócio-culturais que tenham em conta as diversas origens étnicas Conceder apoios financeiros a associações de migrantes com fins sócio-culturais	Identificar anualmente o nº de associações e iniciativas apoiadas	Início em 2008 e toda a vigência do Plano

FONTE: Extracto da listagem de medidas, indicadores e metas relativo à Medida 2 do Plano Nacional para a Igualdade, Cidadania e Género, 2007

Área 4 - Combate à Violência de Género

4.1. Violência de Género

Medidas	Entidades envolvidas na execução	Indicadores de processo	Indicadores de resultados	Calendarização
A - Assegurar a articulação entre o III Plano Nacional para a Igualdade e outros Planos, nomeadamente, o Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos, o Plano Nacional contra a Violência Doméstica, o Plano Nacional de Acção para a Inclusão, o Plano Nacional de Emprego e o Plano de Integração de Imigrantes, de forma a promover o <i>mainstreaming</i> de género nas várias dimensões, bem como outro tipo de articulações.	PCM; MTSS; MAI; MJ; MS	- Dinamizar reuniões entre os coordenadores dos vários planos	Articulação entre os Planos	Durante toda a vigência do Plano e com periodicidade anual

FONTE: Extracto da listagem de medidas, indicadores e metas relativo à Medida 4 do Plano Nacional para a Igualdade, Cidadania e Género, 2007

2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PLANOS

A informação sobre os processos de implementação, financiamento, monitorização e avaliação das medidas previstas é escassa e/ou pouco divulgada. Ao lermos o plano surgem-nos várias perguntas. Quais são as organizações da sociedade civil, com representantes de mulheres imigrantes, envolvidas na concretização de tais medidas? Que tipo de projectos essas organizações desenvolvem em articulação com as medidas do PII e do PNICG? Quem executa e financia esses projectos? Quem os monitoriza e avalia, de modo a que sejam realizados os ajustamentos necessários face a eventuais problemas de implementação e desenvolvimento dos projectos?

Embora os planos sejam claros relativamente aos indicadores e metas e cumprir, verificámos que o seu conteúdo é mais quantitativo do que qualitativo, o que se repercute no conteúdo dos relatórios de execução. No caso do PNICG, está prevista a entrega de relatórios de avaliação periódicos e final, que são submetidos à Assembleia da República pela estrutura orgânica responsável pela dinamização do plano. Além disso, sabemos que a avaliação é feita por uma entidade externa, acompanhada por um estudo sobre o impacto do mesmo. Já o PII é omissivo em relação a estes assuntos.

Uma vez colocadas as questões que suscitam dúvidas quanto à possibilidade de solidificação e implementação destes planos, debruçemo-nos agora sobre as políticas sociais e de integração.

O último relatório de execução do PII dá conta de se ter realizado o *workshop* “Emprego, Auto-Emprego e Qualificação”, com três módulos (Emprego, Auto-Emprego e Qualificação), organizado pelo Gabinete de Apoio à Qualificação e Gabinete de Apoio ao Emprego, do CNAI de Lisboa. Este *workshop* foi frequentado por três mulheres. Em que medida é que iniciativas como esta interferem com a vida das mulheres a quem são dirigidas? Será que as acções de formação se dirigem e articulam com as suas áreas de emprego? As mulheres em situação irregular podem frequentar estas acções de formação?

Por acréscimo, algumas das situações de pobreza e exclusão social, em que, parte das mulheres são-tomenses entrevistadas se encontram (ou já se encontraram), decorrem da ineficácia dos acordos de cooperação ao nível da saúde, situação frequentemente agravada pela falta de documentos válidos que lhes permitam ter acesso ao Sistema Nacional de Saúde, à protecção social e ao emprego. Mas este será apenas um exemplo entre muitos. De que indicadores dispomos e quais os mecanismos que temos ao nosso dispor para combater casos desta natureza?

Por outro lado, como referimos anteriormente (cf. volume 1), a compreensão de lógicas internas, socio-históricas e culturais, acerca das dinâmicas de poder entre homens e mulheres não é linear. Os aspectos simbólicos que conferem poder à mulher numa relação não têm de ser necessariamente visíveis e/ou universais. Estes são sócio-culturalmente construídos e, portanto, contextualmente variáveis.

O projecto migratório pode conferir à mulher o ganho de capitais sociais. Todavia, como vimos no caso das mulheres são-tomenses mais velhas, estes não são tão importantes na auto-emancipação em relação aos homens, como o são na conquista de condições e espaços para a emancipação das gerações emergentes. Isto pode interferir, por exemplo, na forma como se negociam os seus papéis de género, permitindo que os homens ocupem lugares de maior destaque associados com *status social*, compensatórios em relação ao facto de eventualmente estarem desempregados. Nesta medida, questionamos até que ponto é que o aumento de associações promove o associativismo de mulheres e/ou possibilita a ocupação de posições de liderança? Segundo o relatório de execução já referido, em Dezembro de 2008, 34 mulheres presidiam a associações de imigrantes. No entanto, não possuímos quaisquer tipos de dados sobre os perfis destas mulheres, concretamente, se apresentam igualmente uma trajectória migratória. Ademais, em que medida é que a posição de líder numa associação é um indicador de *empowerment*?

Também as medidas relacionadas com os direitos e deveres das mulheres imigrantes denotam algumas ambiguidades. A definição do estatuto jurídico de “mulher imigrante”, como nos explica Bedoya (2000) deve ter em consideração uma diversidade de projectos migratórios, que permitam

relançar o discurso político sobre esta matéria. Nesse sentido, importa que os direitos/deveres não colidam com as suas “identidades particulares” (étnicas, religiosas, de género, etc.), numa lógica impositiva. Por outro lado, ao nível da definição de direitos e deveres será ainda importante, segundo a mesma autora, estarmos atentos a eventuais contradições entre sistemas jurídicos no país de origem e no destino que possam ser inibidoras do acesso a esses mesmos direitos (ex. lei do divórcio, lei sobre tutela dos filhos, etc.).

Neste sentido, gostaríamos de reforçar o que já dissemos anteriormente em relação à necessidade de desconstrução do conceito “mulher imigrante”. A evitação de essencializações passa por aprofundar os estudos sobre género e migrações de modo a complexificar o conhecimento da heterogeneidade de perfis existentes, medida que aliás está prevista no plano.

3. RECOMENDAÇÕES COM VISTA À POLÍTICA PÚBLICA: UMA SÍNTESE

- Não descurar articulações indispensáveis entre o Plano para a Integração dos Imigrantes e o III Plano Nacional para a Igualdade - Cidadania e Género com outros planos nacionais, (nomeadamente, o Plano Nacional de Educação, o Plano Nacional de Saúde e o Plano Nacional de Acção para a Inclusão), bem como entre políticas nacionais e municipais, as quais, por vezes, afectam mais directamente a vida das pessoas.
- Implementar a construção de indicadores qualitativos acerca do cumprimento das medidas previstas e suas metas, bem como sobre os seus respectivos processos de implementação, financiamento, monitorização e avaliação. Os impactos da aplicação de medidas públicas e/ou da ausência delas na vida dos/as imigrantes e seus descendentes são sempre qualitativos, adquirindo especial relevância para a compreensão de estratégias quer de adesão, quer de resistência em relação ao papel e actuação do Estado.
- Fomentar a construção de padrões (integrados) de comunicação e de reflexividade entre as

pessoas (contextualizadas e posicionadas) a que se destinam as medidas e projectos estatais, os mediadores e técnicos que neles intervêm, e os políticos que as propõem. Para tanto, os mediadores socio-culturais constituem peças fundamentais, no sentido em que podem contribuir para traduções e interpretações mais eficazes dos vários códigos culturais em intersecção. Neste sentido, as medidas do PII que prevêem a sua colaboração em diferentes contextos e serviços, a nosso ver, devem ser implementadas. Até porque esse reconhecimento por parte do Estado pode ajudar a positivar a imagem do mesmo. Urge, pois, que o estatuto jurídico do mediador sócio-cultural seja revisto e aberto a debate público, tendo em conta a profissionalização desta actividade.

- Continuar a promover a educação, a formação profissionalizante e o acesso ao trabalho às mulheres imigrantes, enquanto fontes geradoras de recursos socio-económicos e identitários. Porém, neste campo, é importante que programas futuros ou em curso tenham a maleabilidade suficiente para proporcionarem a comunicação nos dois sentidos, isto é, para que não surjam nem sejam percebidos como projectos educacionais/civilizacionais das mulheres “ocidentais”, “europeias”, “brancas” em relação às mulheres originárias de outras partes do mundo.
- No que respeita especificamente à participação cívica, o estudo de caso efectuado mostra que as condições criadas pelo Estado são importantes no garante de estruturas e oportunidades. O que a análise dos planos nacionais releva é que não será pela ausência de políticas e espaços de participação que os/as migrantes estão condicionados. Aliás, os indicadores avaliados pelos INDEX europeu demonstram isso mesmo. As condições formais estão criadas. O que parece faltar, a esse nível, é que a definição dos objectivos e metas a cumprir dos planos seja mais qualitativa, de modo a que possamos captar dimensões mais subjectivas das interacções, raramente traduzíveis em números. Desta forma, reeditamos a necessidade de agilizar mecanismos de monitorização e avaliação das medidas de política.
- Apesar do carácter exploratório da pesquisa realizada, esta aponta para a necessidade de atender aos particularismos em que assentam as práticas cívicas das mulheres imigrantes. No caso

concreto das mulheres com quem trabalhamos, estas apresentam uma dimensão criativa e não se regem por nenhum padrão ou modelo fixo e rígido pré-existente, ainda que seja influenciado pelo contexto são-tomense e português. Pelo contrário, como vimos, algumas das suas práticas cívicas sugerem uma ordem alternativa à dominante no contexto pós-colonial português, a qual lhes permitiu, em várias circunstâncias, lidar com situações limite e garantir a sua sobrevivência e a dos seus filhos.

- No estudo em pauta, mobilização religiosa e participação cívica constituem processos indissociáveis, para fazer face aos contextos de pobreza e exclusão social. Por um lado, possibilitam a activação de redes e a acumulação de capitais sociais imprescindíveis à agilização de meios que permitem fazer face a constrangimentos derivados da condição de imigrante (e/ou de descendente) e/ou decorrentes de posicionamentos de género,⁶² classe e etnicidade. Por outro lado, fornecem, dir-se-ia, uma maior flexibilidade na interpretação e manejo de vivências pessoais, familiares, profissionais e comunitárias, na origem e em contexto migratório.
- A própria articulação entre conexões transnacionais e práticas cívicas não é linear. Algumas das ligações ventiladas são mais imaginadas do que reais. Mulheres ligadas a associações formais tentaram candidatar-se ao financiamento de projectos transnacionais na área da saúde, mas até hoje não conseguiram. Por isso, algumas delas, já reformadas da área da enfermagem tentam, a nível pessoal, capitalizar as suas experiências profissionais e intelectuais nas curtas estadias em São Tomé e Príncipe. Estas mulheres, cuja mobilidade transnacional é mais ampla, parecem inspirar as jovens que projectam um futuro que incorpore experiências profissionais e cívicas, inspirado igualmente em pertenças religiosas. Recomendamos, pois, especial atenção ao potencial integrador da articulação entre carreiras religiosas, profissionais e cívicas.

62 Os processos de transformação identitária derivados das experiências migratórias não conduzem necessariamente a fortes alterações dos papéis de género, culturalmente construídos. As narrativas das mulheres mais velhas revelam que conseguiram encontrar formas de negociação e espaços alternativos, diversificados pelas trajectórias migratórias, que lhes permitem lidar com as desigualdades de género. É na abnegação da sua “feminilidade” e nas experiências positivas de maternidade alargada que parecem encontrar os ganhos simbólicos através dos quais compensam as histórias de sofrimento descritas. No caso das jovens, verificamos que os seus maiores investimentos e ganhos consistem nos capitais intelectuais adquiridos (cf. volume I).

- A pesquisa sobre género e transnacionalismo tem evidenciado as complementariedades subjacentes à construção de pertenças, pelo que consideramos que as conexões dos imigrantes entre países de origem e de destino devem ser apoiadas. De igual forma, as ligações inter-estatais também podem ser de extrema relevância, designadamente, na criação de serviços de apoio à emigração nos países de origem que possam articular-se com aqueles que os migrantes encontram nos países de destino. No caso dos países que já têm previstos e assinados acordos bilaterais, pode ser importante a sua revisão tendo em especial atenção as áreas da saúde e da educação. Neste sentido, devem ser incentivados os estudos que tenham em vista aprofundar o conhecimento acerca dos processos e estratégias dos migrantes envolvidos nas ligações transnacionais, tendo em conta a actuação do Estado na origem face às políticas de emigração.
- No que respeita ao apoio às iniciativas dos/as jovens parece-nos importante promover e reforçar as parcerias entre o ACIDI e o Instituto Português da Juventude (IPJ), de modo a incentivar e ampliar as modalidades e espaços de participação dos jovens filhos/as de pais migrantes. O combate à exclusão social e à segregação social destes grupos não deve apenas ser feito no âmbito do Programa Escolhas, até porque dificilmente os projectos localmente localizados conseguem dar resposta à multiplicidade de expectativas que encontramos. Além disso, é importante que estes/as jovens tenham a oportunidade de construir as suas identificações para além dos locais de residência e possam estar envolvidos em projectos nacionais pluriétnicos, que premeiem o mérito pessoal e o sucesso escolar.

BIBLIOGRAFIA

A.A.V.V. (1964), *Estatutos da Sociedade de Emigração para S. Thomé e Príncipe*, Ministério das Colónias, Lisboa: Direcção Geral das Colónias, 2ª repartição

AA.VV. (2001), "As Comunidades Imigrantes em Loures", *Actas do Encontro realizado em Loures no dia 17/11/01*, Loures: Câmara Municipal de Loures.

AA.VV. (2004), *Territórios Multiculturais e Mudanças Sócio-Urbanísticas nos Bairros das Áreas Metropolitanas*, Parlamento Europeu/Portugal: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa

AA.VV. (2005), *Estudo Sociológico da População Residente em Bairros Municipais (2004-2005)*, Loures: Divisão Municipal de Habitação/Grupo de Estudos Sociais, Câmara Municipal de Loures.

AA.VV. (2005), *Imigração e Etnicidade, Vivências e Trajectórias de Mulheres Imigrantes*, Lisboa: SOS Racismo.

ABRANCHES, M. (2007), *Pertenças Fechadas em Espaços Abertos: Estratégias de (re)Construção Identitária de Mulheres Muçulmanas em Portugal*, Coleção Teses, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI).

ABU-LUGHOD, Lila (1991), "Writing Against Culture", in FOX, R. G. (ed.), *Recapturing Anthropology: Working in the Present*, Santa Fe: School of American Research, pp. 137-54.

ABU-LUGHOD, Lila (2004), "Do muslim women really need saving? Anthropological reflections on cultural relativism on its others", in *American Anthropologist*, vol.104, n.º3, pp. 783-790.

ALBUQUERQUE, R. (2000), "Political Participation of Luso-African Youth in Portugal: some hypothesis for the study of gender", in *Papers*, n.º 60, pp. 167-182.

ALBUQUERQUE, R. (2005), "Um olhar sobre a participação das mulheres em associações de imigrantes", in SOS Racismo. *Imigração e Etnicidade, Vivências e Trajectórias de Mulheres Imigrantes*, Lisboa: SOS Racismo, pp. 105-117.

ALBUQUERQUE, R. (2008), *Associativismo, Capital Social e Mobilidade - Contributos para o Estudo da Participação Associativa de Descendentes de Imigrantes Africanos Lusófonos em Portugal*, Tese de Doutoramento em Sociologia, com especialidade em Sociologia das Migrações, Lisboa: Universidade Aberta.

ALBUQUERQUE, R., FERREIRA, L. e VIEGAS, T. (2000), *O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório - Duas Décadas de Associativismo de Imigrantes em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.

ALBUQUERQUE, R., PROENÇA, F. e SANTOS, T. (2005), “Contributos do associativismo de imigrantes para a coesão e a cidadania na sociedade portuguesa” in *Encontro em Lisboa: Coesão, coerência e cidadania na Europa alargada*, Lisboa: ACEP, pp. 41-45.

ALBUQUERQUE, R. e TEIXEIRA, A. (2005), *Active Civic Participation of Immigrants in Portugal*, Country report prepared for the European Research Project POLITIS, Oldenburg. [On-line] (Disponível em: www.uni-oldenburg.de/politis-europe, acessado pela última vez a 15 de Outubro de 2009).

AMADO, Lúcio Barbosa Neto (2003), *São Tomé e Príncipe no período pós-colonial (de 1975 a 1991). O percurso do sistema educativo*, Tese de Mestrado em Desenvolvimento Social e Económico em África - Análise e Gestão, Lisboa: ISCTE/Centro de Estudos Africanos.

AMÂNCIO, Lúcia (1994), *Masculino e Feminino, a construção social da diferença*, Lisboa: Edições Afrontamento.

ANDALL, Jacqueline (2003), “Introduction: The space between - gender politics and immigration politics in contemporary Europe”, in ANDALL, J., *Gender and ethnicity in contemporary Europe*, Oxford: Berg, pp. 1-20.

ANDERSON, Benedict. (1991), “Introduction”, in ANDERSON, Benedict, *Imagined Communities: reflections on the origin and spread of nationalism*, Nova Iorque: Verso, pp. 1-7.

APPADURAI, A., (1996), *Dimensões culturais da globalização*, Lisboa: Teorema

BASH, L., GLICK SCHILLER e BLANC, C. (1994), *Nations Unbound: Transnational Projects, Post-colonial Predicaments, and Deterritorialized Nation States*. Langhorne, PA: Gordon and Breach.

BASTOS, S. P. (2009), “Mobilização religiosa e participação cívica: novas perspectivas sobre a cidadania entre descendentes de imigrantes”, in *Revista Migrações*, Abril 2009, nº 4, Lisboa: ACIDI, pp. 59-80.

BASTOS, S. e BASTOS, J. (2008), “Family Dynamics, Uses of Religion and Interethnic Relations within the Portuguese Cultural Ecology”, in GRILLO, R. (ed), *Immigrant Families in Multicultural Europe: Debating Cultural Difference*, Amsterdão: Amsterdam University Press, pp. 135-163.

BAUBÖCK, R. (1998), “The crossing and Blurring of Boundaries in International Migration,

Challenges for Social and Political Theory”, in BAUBÖCK, R. e RUNDELL, J. (orgs.), *Blurred Boundaries: Migration, Ethnicity, Citizenship*, Ashgate: Aldershot, pp.17-52.

BEDOYA, M. H. (2000), “Mujer extranjera: una doble exclusión - influencia de la ley de extrajera sobre las mujeres inmigrantes”, in *Papers*, n.º 60, pp. 241-256.

BEHAR, Ruth (1993), *Translated Woman*, Boston: Beacon Press, pp. 275-302.

BERNARDO, Viegas e NETO, Maria Virgínia (2007), “PROSAUDESC - Juntar as mãos para promover e defender a saúde pública”, in DIAS, Sónia (org.), *Revista Migrações - Número Temático Imigração e Saúde*, Setembro 2007, Lisboa: ACIDI, pp.187-194.

BONFIM, J. (2000), *Os processos migratórios em S. Tomé e Príncipe e a corrente portuguesa*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Coimbra: Faculdade de Economia - Universidade de Coimbra.

CAPONIO, T. (2000), “The policy mirror mechanism”: the case of Turin”, in *Papers*, n.º 60, pp. 67-83.

CARDOSO, L. *et al.* (2007) *Aqui há Futuro?*, Loures: Gabinete de Bairro da Quinta do Mocho/ Divisão Municipal de Habitação, Câmara Municipal de Loures.

CARVALHAIS, Isabel (2004), *Os desafios da Cidadania Pós-Nacional*, Porto: Edições Afrontamento.

CASTLES, S. e MILLER, M. (1993), *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*, Londres: Macmillan,.

DOMINGUES, M. (2000), “Abotas e Mandjuandades - O Associativismo Feminino”, in DOMINGUES, M., *Estratégias Femininas entre as Badeiras de Bissau*, Dissertação de Doutoramento em Antropologia Cultural e Social, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, pp. 415-506.

EICKLEMAN, D. F. (1997), *The Middle East and Central Asia - an anthropological approach*, New Jersey: Prentice-Hall, Inc.

EICKLEMAN, D. F. (2006), “Public Islam and the common good”, in *Revista Etnográfica - Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social*, vol. X, n.º 1, Lisboa: CEAS/ISCTE, pp. 97-105.

EMOVON, A. C. (1997), “Women of Power - a study of market Womenis Associations in Benin City, Bendel State, Nigeria”, in KAPLAN, F. (ed.), *Queens, Queen Mother, Priestesses and Power: Case*

Studies in African Gender, vol. 810, Nova Iorque: New York Academy of Sciences, pp. 203-214.

ERLANDSSON, Ulrika Bamidele (1997), "In search of women's dignity and great freedom", in ROSANDER, Eva Evers (ed.), *Transforming Female Identities: Women's Organizational Forms in West Africa*, Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, pp.136-146.

ESTEVES, A. (2004), *Imigração e cidades: geografias de metrópoles multi-étnicas - Lisboa e Washington D.C.*, Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

FRABLE, D. (1997), "Gender, Racial, Ethnic, Sexual, and Class Identities", in *Annual Review of Psychology*, vol. 48, pp. 139-162.

FEIO, Joana Areosa (2008), *De Étnicos a "Étnicos": Uma abordagem aos "Angolares" de São Tomé e Príncipe*, Tese de Mestrado em Antropologia, Lisboa: ISCTE.

GARCIA, C. A. (1966), "A ilha de São Tomé como centro experimental do comportamento do luso nos trópicos", separata de *STVDIA*, n.º 19, Dezembro 1966, Lisboa: Centro de Estudos Ultramarinos, pp. 209-221.

GLICK-SCHILLER, N. (1999), "Transmigrants and Nation-States: something old and something new in the U.S. Immigrant Experience" in HIRSCHMAN, C., KASINITZ, P. e DE WIND, J., *The Handbook of International Migration: The American Experience*, Nova Iorque: Russell Sage Foundation.

GLICK SCHILLER, N. e G. FOURON, (1998) "Transnational Lives and National Identities: The Identity Politics of Haitian Immigrants", in *Comparative Urban and Community Research*, n.º6, pp.130-16.

GOLDRING, L. (1998), "The power of status in transnational social fields", in *Comparative Urban and Community Research*, n.º6, pp.165-195.

GRASSI, M. e ÉVORA, I. (orgs.) (2007), *Género e Migrações Cabo-Verdianas*, Lisboa: ICS.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (INE STP) (2003a), *A Mulher em São Tomé e Príncipe: III Recenseamento Geral da População e da Habitação de 2001*, (INE, Lisboa, 2005).

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (INE STP) (2003b), *Migrações: III Recenseamento Geral da População e da Habitação de 2001 - (INE, Lisboa, 2005).*

ITZIGSOHN, J. e GIORGULI-SAUCEDO, S. (2002). "Immigrant Incorporation and Sociocultural Transnationalism", in *International Migration Review*, vol.36, n.º3, pp.766-798.

ITZIGSOHN, J. e GIORGULI-SAUCEDO, S. (2005), "Incorporation, Transnationalism, and gender: immigrant incorporation and transnational participation as gendered processes", in *International Migration Review*, vol.39, n.º 4, pp. 895-920.

ISIN, Engin F. e WOOD, Patricia K. (1999), *Citizenship and identity*, Londres: Sage.

JONES-CORREA, M. (1998), "Different Paths: Gender, Immigration and Political Participation", in *International Migration Review*, vol. 32, n.º2, pp. 326-349.

JONES-CORREA, M. e LEAL, D. (2001), "Political Participation: Does Religion Matter?", in *Political Research Quarterly*, vol. 54, n.º. 4, pp.751-770.

KAWAR, Mary (2003), "Gender and Migration: why are women more vulnerable?" in *Femmes en Mouvement*.

KAWAR, M. (2004), 'Gender and Migration: why are women more vulnerable?' in *Femmes en Mouvement. Genre, migrations et nouvelle division internationale du travail*. Actes du Colloque – Collection Yvonne Preiswerk, Institut de Hautes Études Internationales et du Développement, Geneva. Disponível em: http://graduateinstitute.ch/webdav/site/genre/shared/Genre_docs/2865_Actes2004/10-m.kawar.pdf

KING, R. e ZONTINI, E. (2000), "The role of gender in the South European immigration model", in *Papers*, vol. 60, pp. 35-52.

KOOPMANS, R. (2005), "Migrant Claims-Making Between Transnationalism and National Citizenship", in KOOPMANS, R., STATHAM, P., GIUGNI, M. e PASSY, F., *Contested Citizenship: Immigration and Cultural Diversity in Europe (Social Movements, Protest and Contention)*, University of Minnesota Press.

KOFMAN, E. et al (2000), *Gender and international migration in Europe: employment, welfare and politics*, Londres/Nova Iorque, Routledge, pp. 1-43.

KOFMAN, E. (2000), "The invisibility of Skilled Female Migrants and Gender Relations in Studies of Skilled Migration in Europe", in *International Journal Of Population Geography*, vol. 6, pp. 45-59.

KOLAROVA, M. E PEIXOTO, J. (2009), *Sindicatos e Imigração em Portugal*, Observatório de Imigração 34, Lisboa: ACIDI

LANDOLT, P., AUTLER, L. e BAIRES, S. (1999), "From hermano lejano to hermano major: the dialectics of Salvadoran transnationalism", in *Ethnic and Racial Studies*, n.º22, pp. 290-315.

LETRIA, P. e MALHEIROS, J. (1999), *À Descoberta dos Novos Descobridores*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

LEVITT, P. (2007), "Redefining the boundaries of belonging: Immigrants and the Changing American Religious Landscape", in LEVITT, P., *God Needs No Passport: Immigrants and the Changing American Religious Landscape*, Nova Iorque: New Press, pp. 9-26.

LUTZ, Helma (1997), "The limits of European-ness: immigrant women in fortress Europe", in *Feminist Review*, n.º 57, pp. 93-111.

MACEDO, E. et al. (2007), "Por outras formas de Ser e Estar: Mulheres, Participação e Tomada de Decisão", in MATA, I. e PADILHA, L. (orgs.), *A Mulher em África - Vozes de Uma Margem Sempre Presente*, Lisboa: Edições Colibri.

MACHADO, F.L. (1992), "Etnicidade em Portugal: Contrastes e Politização", in *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º12, pp.123-136.

MACHADO, F.L. (1998), "Da Guiné Bissau a Portugal: luso-guineenses e imigrantes", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 26, pp.9-56.

MAHLER, S. J., (1999), "Engendering Transnational Migration: a case study of Salvadorans", in *American Behavioral Scientist*, vol.42, n.º3, pp. 690-719.

MALHEIROS, Jorge et al. (2007) *Espaços e Expressões de Conflito e Tensão entre Autóctones, Minorias Migrantes e Não Migrantes na Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa: ACIME/Observatório de Imigração.

MARQUES, M., R. SANTOS e J. LEITÃO, 2008, *Migrações e Participação Social. As associações e a construção da cidadania em contexto de diversidade – o caso de Oeiras*, Lisboa: Fim de Século.

MARQUES, M., R. SANTOS, R. e T. RALHA (1999), "Immigrants' Participation in civil society in a suburban context: between top-down activation and bottom-up mobilization", artigo apresentado na 4th MigCities Conference, Lisboa: Programa PRAXIS XXI.

MARQUES, M. e SANTOS, R. (orgs.) (2007), *Migrações, associações e inclusão social. A sociedade portuguesa perante os desafios da diversidade*, Lisboa: Fim de Século.

MARSHALL, T. H. (1992), “Citizenship and Social Class”, in MARSHALL e BOTTOMORE, *Citizenship and Social Class*, Pluto, Londres, pp.1-51.

MASSEY e FISHER. (2008), “How segregation concentrates poverty”, in *Ethnic and Racial Studies*, vol. 23, n.º 4, pp. 670-691.

MATA, I. (1998), *Diálogo com as ilhas - sobre cultura e literatura de S. Tomé e Príncipe*, Lisboa: Colibri.

Mata, I. (1999), “O eterno exílio dos imigrantes africanos”, in Mata, Inocência, 2004, *A Suave Pátria – Reflexões político-culturais sobre a sociedade são-tomense*, Lisboa: Edições Colibri, pp. 31-33

Mata, I. (2000), “A saga da emigração técnica e dos quadros são-tomenses”, in Mata, Inocência, 2004, *A Suave Pátria – Reflexões político-culturais sobre a sociedade são-tomense*, Lisboa: Edições Colibri, pp. 45-46

MATA, I. (2004), *A Suave Pátria - Reflexões político-culturais sobre a sociedade são-tomense*, Lisboa: Edições Colibri.

MATA, I. (2007), “Mulheres de África no Espaço da Escrita: A Inscrição da Mulher na sua Diferença”, in MATA, Inocência e PADILHA, Laura (org.), 2007, *A Mulher em África - Vozes de Uma Margem Sempre Presente*, Lisboa: Edições Colibri.

MUKHOPADHYAY, C. (1988), “Anthropological Studies of Women's Status Revisited: 1977-1987”, in *Annual Review of Anthropology*, vol. 17, pp. 461-495.

NASCIMENTO, A. (2006), “Diáspora são-tomense e política na terra”, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa [On-line] Disponível em: <http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=11758>, (acedido pela última vez a 10 de Dezembro de 2009).

NASCIMENTO, A. (2007), *Ciências Sociais em São Tomé e Príncipe: a independência e o estado da arte*, Edições Electrónicas, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto [On-line] Disponível em: <http://www.africanos.eu/ceaup/index.php?p=k&type=EB&pub=32&s=> (acedido pela última vez a 10 de Dezembro de 2009).

NASCIMENTO, A. (2008), “As ONG em São Tomé e Príncipe: entre a afirmação da sociedade civil e a emulação do clientelismo nas práticas políticas”, 12ª Assembleia Geral: “Governar o Espaço Público Africano”, CODESRIA, Yaoundé, Cameroun, pp. 1-25

NASH, M. (2004), *Rethinking Media representations of Immigrant Women*, pp.57-60 (disponível em http://www.iemed.org/publicacions/quaderns/7/057_Nash.pdf).

Nash, M. (2006), *Rethinking Media representations of Immigrant Women*, Quaderns de la Mediterrània, 7, Institut Europeu de la Mediterrània, pp.57-60. Disponível em: http://www.iemed.org/publicacions/quaderns/7/e059_Nash.pdf

OISHI, N. (2002), *Gender and Migration: an integrative approach*, Working Paper 49, San Diego: The Center for Comparative Immigration Studies, University of California.

OYEWUMI, O. (2004), "Conceptualizing gender: eurocentric foundations of feminist concepts and the challenge of african epistemologies", in SIGNE, A. *et al.*, *African Gender Scholarship: concepts, Methodologies and Paradigms*, Dakar: Codesria, pp. 1-8.

ØIEN, Cecilie (2008), *Pathways of Migration: Perceptions of Home and Belonging Among Angolan Women in Portugal*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Manchester: University of Manchester.

PEDRAZA, S. (1991), "Women and Migration: The social consequences of gender", in *Annual Review of Anthropology*, vol. 17, pp. 303-325.

PEIXOTO, J. *et al* (2006), *Relatório do projecto Mulheres Migrantes: percursos laborais e modos de inserção socio-económica das imigrantes em Portugal* Lisboa: ISEG.

PENNINX, Rinus (2000), *Participation of Immigrants through their organizations: political visions on multiculturalisms and their implications*, Palestra proferida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia - programa PRAXIS XXI.

PERISTA, H. (2000), "EU migrant women: migration, family life and professional trajectories", in *Papers*, vol. 60, pp. 153-166.

PESSAR, P. e MAHLER, S. (2001), "Gendered Geographies of Power: Analyzing Gender Across Transnational Spaces", in *Identities*, vol. 7, n.º4, pp. 441-459.

PESSAR, P. e MAHLER, S. (2003), "Transnational Migration: Bringing Gender In", in *International Migration Review*, vol. 37, n.º3, pp.812-846.

PESSAR, P. e MAHLER, S. (2006), "Gender Matters: Ethnographers Bring Gender from the Periphery Towards the Core of Migration Studies", in *International Migration Review*, vol. 40, n.º1,

pp. 27-63.

PESSAR, P. (1999), "Engendering Migration Studies: The Case of New Immigrants in the United States", in *American Behavioral Scientist*, vol. 42, pp. 577-600.

Phizacklea, A. (2003), 'Gender Actors in Migration' in J. Andall, *Gender and Ethnicity in Contemporary Europe*, Oxford/NY: Berg, pp. 23-37.

PORTES, A. (1999), *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras: Celta Editora.

Portes, A. (2000), 'Capital Social: origens e aplicações na sociologia contemporânea' in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 33, pp. 133-158.

PORTES, A., GUARNIZO, L. e LANDOLT, P. (1999). "The study of transnationalism: pitfalls and promises of an emergent research field", in *Ethnic and Racial Studies*, vol.22, n.º2, pp. 217-237.

RAMOS, João (2001), *Quem é quem em STP*, Lisboa: s/e.

RIBAS, Natalia *et al* (2000), "Políticas de formación para mujeres inmigrantes. El caso de la ciudad de Barcelona", in *Papers*, vol. 60, pp. 365-379.

RODRIGUES, I. (2006), "As mães e os seus filhos dentro da plasticidade parental: reconsiderando o patriarcado na teoria e na prática", in GRASSI, M. e EVORA, I. (eds.), *Género e Migrações Cabo-verdeanas*, Lisboa: ICS, pp. 123-146.

ROMANA, Heitor (1996) *São Tomé e Príncipe - Elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades*, Lisboa: ISCSP.

ROSANDER, E. (1997), "Introduction", in ROSANDER, E. E. (ed.), *Transforming Female Identities: Women's Organizational Forms in West Africa*, Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, pp.13-31.

SABINO, C. (2006), 'As mulheres imigrantes na imprensa portuguesa' in J. PEIXOTO *et al*, Relatório do projecto *Mulheres Migrantes: percursos Laborais e modos de inserção socioeconómica das imigrantes em Portugal*, SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações / Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, pp. 139-166

SANTO, Carlos Espírito (2001), *Enciclopédia Fundamental de São Tomé e Príncipe*, Lisboa: Cooperação.

SANTOS, V. (2004), *O discurso oficial do Estado sobre a emigração dos anos 60 a 80 e imigração dos anos 90 à actualidade*, Observatório de Imigração 8, ACIDI: Lisboa

SARDINHA, J. (2006), *O Estado do Associativismo de Imigrantes em Portugal*, in Boletim Informativo nº36, Lisboa: ACIDI, pp. 14-15.

SARDINHA, J. (2007), *Providing Voices? Civic Participation Opportunities for Immigrants in Portugal*, Working Paper n.º 7/2007, University of Oldenburg. (Disponível em http://www.politis-europe.uni-oldenburg.de/download/WP7__POLITIS_Sardinha_2007.pdf).

SASSEN, S. (2003), "Global cities and survival circuits", in EHRENREICH, B. e HOCHSCHILD, A.R. (eds.), *Global Woman: Nannies, Maids and Sex Workers in the New Economy*, Nova Iorque: Henry Hold and Company.

SEIBERT, G. (2002), *Camaradas, Clientes e Compadres - Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe*, Lisboa: Vega.

SERTÓRIO, E. e PEREIRA, F. (2004), *Mulheres Migrantes*, Lisboa: Ela por Ela.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS - SEF (2008), *População Estrangeira em Território Nacional: Por nacionalidade segundo o sexo e distribuição por Distritos, Dados Provisórios de 2007* (Disponível em: www.sef.pt/documentos/56/DADOS_2007.pdf, acessado pela última vez a 15 de Junho de 2009).

SHEBI, Esther (1997), "A Nigerian Sisterhood in the Transformation of Female Identity", in ROSANDER, Eva Evers (ed.), *Transforming Female Identities: Women's Organizational Forms in West Africa*, Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, pp.123-134.

SIPI, R. (2000), "Las asociaciones de mujeres, agentes de integración social?", in *Papers*, n.º60, pp. 355-364.

SOYSAL, Y. (1999), *Identity, Rights and Claims-Making: Changing Dynamics of Citizenship in Postwar Europe*, Comunicação apresentada no dia 22 de Março de 1999, no âmbito das actividades do SociNova - Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada, Lisboa: FCSH-UNL.

SUDBURY, Julia (1998), *'Other kinds of dreams'. Black women's organizations and the politics of transformation*, Londres/Nova Iorque: Routledge.

TAJFEL, Henri (1983), "Categorização Social, Identidade Social e Comparação Social", in TAJFEL, Henri, *Grupos humanos e categorias sociais. Estudos em Psicologia Social*, volume II, Lisboa:

Livros Horizonte, pp. 289-326.

TASTSOGLU, E. (2006) "Gender, Migration and Citizenship: immigrant women and the politics of belonging in the Canadian maritimes", in TASTSOGLU, E., *Women, Migration and Citizenship - Making local, national and transnational connections*, Canada: Ashgate.

TAVARES, Filipa (2002), *Os Contrastes e as Semelhanças entre Imagens e Representações de Participação Construídas no Bairro Quinta do Mocho*, Relatório de Estágio no GARSE para obtenção do grau de licenciatura, Lisboa: ISCTE.

TENREIRO, Francisco (1961), *A Ilha de São Tomé*, Junta de Investigação do Ultramar, 2ª série, nº 24, Lisboa.

THIARA, R. (2003), "South asian women and collective action in Britan", in ANDALL, J., *Gender and ethnicity in contemporary Europe*, Oxford: Berg, pp. 79-95.

TINHORÃO, J. (1988), *Os negros em Portugal: uma presença silenciosa*, Lisboa: Caminho.

UMBELINA, Natália. (2006), *Associações, Elites: diferentes formas de participação cívica*, Comunicação apresentada no I Encontro Internacional de Imigrantes Subsarianos na Europa, Lisboa.

VAZ, Padre Francisco (1993), *Mães de São Tomé e Príncipe*, Lisboa: Edição de Autor.

VERMEULEN, H. (2001), "Da mobilização política à política da consciência", in VERMEULEN, H., *Imigração, Integração e a Dimensão Política da Cultura*, Lisboa: Edições Colibri, pp.81-107.

VIRUELL-FUENTES, E.A.(2006), "My Heart Is Always There": The Transnational Practices of First-Generation Mexican Immigrant and Second-Generation Mexican American Women. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, 13, 335-362.

VOGEL, D. e TRIANDAFYLLIDOU, A. (2005), "Civic participation of immigrants - na introduction to conceptual and theoretical issues", *Working Paper n.º1/2005*, POLITIS, University of Oldenburg (Disponível em: www.uni-oldenburg.de/politis-europe/webpublications [acedido pela última vez a 15 de Outubro de 2009]).

WALL, K., NUNES, C. e MATIAS, A R. (2005), "Immigrant Women in Portugal: Migration Trajectories, Main Problems and Policies", *Working Paper n.º 7*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

WU, Y. e WANG, X. (2007), "Gendered Active Civic Participation: The experience of chinese immi-

grants in Europe”, *Working Paper n.º 8/2007*, POLITIS, University of Oldenburg (Disponível em: www.uni-oldenburg.de/politis-europe/webpublications, acedido pela última vez a 15 de Outubro de 2009).

YUVAL-DAVIS, Nira (1999a), “Residential segregation and differentiated citizenship” in *Citizenship Studies*, vol.3, n.º2, pp.237-252.

YUVAL-DAVIS, Nira (1999b), “«The Multi-Layered Citizen», Citizenship in the age of «Glocalization»”, in *International Feminist Journal of Politics*, vol. 1, n.º1, pp.119-136.

YUVAL-DAVIS, Nira (2004), “Human/Women’s Rights and Feminist Transversal Politics”, in *Transnational Feminisms: Women’s Global Activism and Human Rights*, Lecture in the Bristol Lecture Series on the Politics of Belonging, Minnesota University Press.

YUVAL-DAVIS, Nira (2006), “Belonging and The politics of belonging”, in *Patterns of prejudice*, vol. 40, n.º 3, pp. 197-214.

ZLOTNIK, H. (1995), “The South-to-North Migration of Women”, in *International Migration Review*, vol. 29, n.º1, pp. 229-254.

ANEXOS

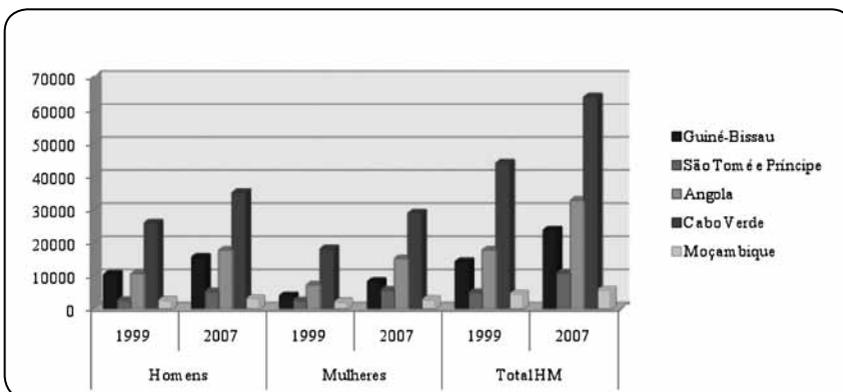
ANEXO 1. Análise Estatística

Tabela 1 - População proveniente dos PALOP residentes em Portugal, por nacionalidade, segundo o sexo (1999-2007)

Descrição	Homens			Mulheres			Total HM		
	1999	2007	Tx Cresc. (%)	1999	2007	Tx Cresc (%)	1999	2007	Tx Cresc (%)
Guiné-Bissau	10 334	15 555	51	3 883	8 178	111	14 217	23 733	67
São Tomé e Príncipe	2 440	5 077	108	2 369	5 550	134	4 809	10 627	121
Angola	10 529	17 610	67	7 192	15 118	110	17 721	32 728	85
Cabo Verde	25 876	35 075	36	18 075	28 850	60	43 951	63 925	45
Moçambique	2 490	2 990	20	2 012	2 691	34	4 502	5 681	26
Outros África	2 862	7 841	174	1 735	3 424	97	4 597	11 265	145
África	54 531	84 148	54	35 266	63 811	81	89 797	147 959	65

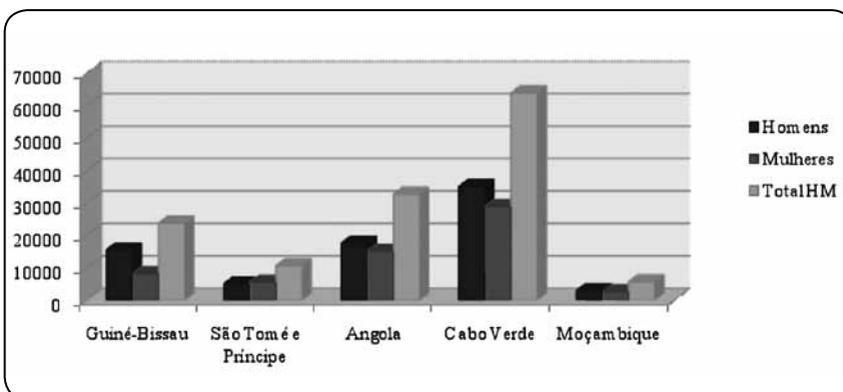
Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Gráfico 1 - População Estrangeira Residente em Portugal (1999-2007)



FONTE: Serviço de Estrangeiro e Fronteiras

Gráfico 2 - População Estrangeira Residente em Portugal, 2007



FONTE: Serviço de Estrangeiro e Fronteiras

Tabela 2 - População Estrangeira residente no distrito de Lisboa e Portugal, 2007

DESCRIÇÃO	TOTAL HM		
	Lisboa	Portugal	Lisboa/ Portugal (%)
Guiné-Bissau	15 714	23 733	66
São Tomé e Príncipe	6 945	10 627	65
Angola	21 249	32 728	65
Cabo Verde	39 953	63 925	62
Moçambique	3 618	5 681	64

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Tabela 3 - Estrangeiros em Lisboa e em Portugal, 2007

DESCRIÇÃO	LISBOA	PORTUGAL		
	Total	Homens	Mulheres	Hm
PALOP	87 479	76 307	60 387	136 694
Outros de África	5 761	7 841	3 424	11 265
África	93 240	84 148	63 811	147 959
Estrangeiros	188 516	240 096	195 640	435 736
PALOP / Estrangeiros	46	32	31	31
PALOP / África	94	91	95	92
Outros de África / África	6	9	5	8
África / África	49	35	33	34

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

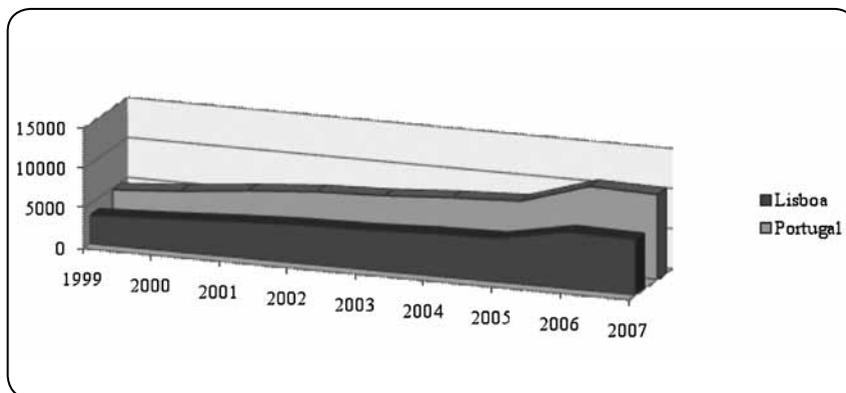
*No distrito de Lisboa não é possível fazer diferenciação por sexo por falta de dados

Tabela 4 - População proveniente de São Tomé e Príncipe, residente em Portugal (1999-2007)

Descrição		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Portugal	H	2440	2731	3103	3394	3533	3744	3926	5195	5077
	M	2369	2706	3201	3574	3746	4084	4272	5643	5550
	HM	4809	5437	6304	6968	7279	7828	8198	10838	10627
Lisboa	HM	3605	3978	4430	4819	4966	5313	5501	7108	6945

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Gráfico 3 - População de São Tomé e Príncipe Residente em Portugal (1999-2007)



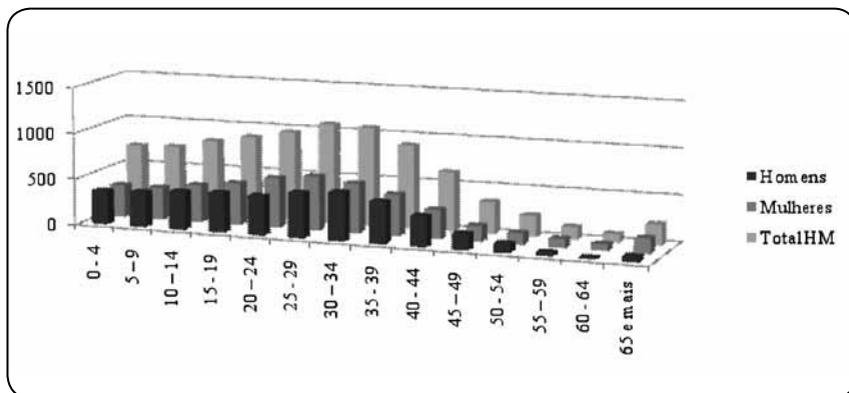
FONTE: Serviço de Estrangeiro e Fronteiras

Tabela 5 - População estrangeira residente em Portugal, por nacionalidade e sexo, segundo o grupo etário, 2006

Grupos Etários	São Tomé e Príncipe		
	Homens	Mulheres	Total HM
Total	4224	4650	8874
0 - 4	368	351	719
5 - 9	384	350	734
10 - 14	417	407	824
15 - 19	432	461	893
20 - 24	428	544	972
25 - 29	491	590	1081
30 - 34	525	543	1068
35 - 39	454	451	905
40 - 44	328	315	643
45 - 49	173	174	347
50 - 54	104	127	231
55 - 59	39	97	136
60 - 64	20	73	93
65 e mais	61	167	228

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (observação: não existem dados relativos a 2007)

Gráfico 4 - População de São Tomé e Príncipe Residente em Portugal, por nacionalidade e sexo, segundo grupo etário - 2006



FONTE: Serviço de Estrangeiro e Fronteiras

ANEXO 2. Mapeamento dos Grupos Formais e Informais (associativos, religiosos e políticos)

Nesta secção, ensaiamos uma caracterização das principais dinâmicas de participação cívica e política, em que estão envolvidas as mulheres da Urbanização Terraços da Ponte. Para além de termos sistematizado dados relativos ao seu estatuto, objectivos, áreas de intervenção, actividades, idiomas e modelos de participação cívica, procuramos ainda mapear algumas das suas conexões multi-locais, regionais, nacionais e até transnacionais.

ASSOCIATIVISMO I: Associações Activas

AUCQM - Associação Unida e Cultural da Quinta do Mocho	
Data de Criação/ Estatutos	A AUCQM é a associação mais antiga, criada em 1993 e legalizada em 1995/1998, ainda no bairro antigo
Motivações pessoais e do grupo	Representação dos moradores durante o processo de recenseamento e realojamento
Dimensão (sócios, etc)	Sem dados
Áreas de intervenção	Habitação, Emprego, Lazer, Desporto e Cultura, Direitos e Cidadania.
Objectivos	- Cooperação com entidades públicas e privadas para a valorização deste núcleo residencial - Promoção e organização de actividades e iniciativas de carácter socio-cultural e desportivo
Grupos-alvo	População residente no bairro em geral
Actividades Desenvolvidas	- Projectos Esperança: dirigido aos “jovens de risco”, no âmbito do Projecto Escolhas financiado pelo ACIDI - UNIVA, IEFP - Distribuição do correio pelos moradores do bairro - Organização de actividades para comemoração de: Dia da Independência de países africanos de origem dos moradores, Dia de África, Natal, Páscoa e Dia da Criança, Aniversário da própria associação - Organização de passeios dirigidos a crianças, jovens e idosos
Dinâmicas Transnacionais	sem dados
Idiomas de participação	Postura reivindicativa perante a CML
Parcerias	GARSE/CML, Junta de freguesia de Sacavém, Embaixadas, PSP, Escolas de Sacavém, UNIVA, SEF, empresas, Centros de Formação Profissional, RVCC, ACOSP, TALUDE
Agencialidades	Esta associação é maioritariamente constituída por homens. O actual presidente é também o líder religioso da comunidade muçulmana residente no bairro, de origem guineense.
Conjuntura socio-histórica e política	Esta associação foi criada por um conjunto de moradores que habitava as torres embargadas, na Quinta do Mocho, cuja motivação era a representações dos interesses de todos os moradores perante a autarquia na sequência do primeiro recenseamento da população (1993) para poderem participar no futuro processo de realojamento. Continua a ser uma das principais intervenientes nos contactos com a autarquia.
Fontes	- Entrevista com Silvério

PROSAUDESC Associação de Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Socio-Cultural	
Data de criação/ Estatutos	A PROSAUDESC foi constituída legalmente em Abril de 2000 e tem sede na Urbanização Terraços da Ponte, partilhada com a Associação Unida e Cultural. Reconhecida pelo ACIDI. Em 2004 foi reconhecida em 2004 com estatuto de ONGD e, em 2006 como de IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social.
Motivações pessoais e do grupo	A constituição da associação foi, por um lado, uma forma de dar continuidade ao projecto no terreno iniciado pela DRS e de multiplicar acções como esta, por outro, uma oportunidade de garantir trabalho a um grupo de profissionais da área da saúde, que findo o projecto seriam desafectados dos vínculos profissionais criados nestas circunstâncias específicas.
Dimensão (sócios, etc)	Sem dados
Áreas de intervenção	Saúde Pública, Prevenção HIV, Ambiente, Educação e Prevenção da Saúde, Cultura e Lazer
Objectivos Gerais	- Promoção e defesa da Saúde Pública - Acção social voltada para o <i>empowerment</i> das comunidades mais desfavorecidas e vulneráveis
Grupos-alvo	Inicialmente os projectos da PROSAUDESC eram especificamente dirigidos à população residente na Quinta do Mocho / Terraços da Ponte. As unidades móveis propiciam o alargamento da assistência a outras populações, não delimitadas neste espaço físico, todavia a associação ainda aguarda a emissão de licença de circulação. - Jovens: educação ambiental, prevenção das DST - Mulheres: educação para a saúde, promoção da saúde sexual e reprodutiva, formação para a empregabilidade - Técnicos de Intervenção social - Doentes imigrantes: atendimento e encaminhamento, “caracterização social dos doentes, seus familiares e acompanhantes, com o objectivo de conhecer melhor os percursos feitos e as suas principais necessidades”
Actividades Desenvolvidas	- Projecto “Lixo no Caixote” (2000/02) > lançamento de materiais didácticos realizados pelas crianças e jovens - Jornadas da Organização Mundial de Saúde - Curso de Formação de Ajudantes Domiciliárias (2003/05) - Curso de Formação de Jovens Activistas - Curso de Formação de Pais e Técnicos na área da Sexualidade e da Igualdade de Género - “Mulher - como viver com a seropositividade” - “Aconselhamento de Jovens em matéria de sexualidade” - Projecto “Esperança” (2004/06 - 2006/09) - Projecto “Dar a Mão” (2006) - Projecto “Saúde de Proximidade” (2006) Além dos projectos, os membros da associação colaboram em todas as iniciativas organizadas no âmbito das parcerias estabelecidas.
Dinâmicas Transnacionais	Intervenções pontuais de sensibilização da população para a área da saúde mental, em São Tomé e Príncipe Projectos que aguardam financiamento do IPAD: Projectos na Guiné-Bissau e em Angola, na área da saúde sexual e reprodutiva.
Idiomas de participação	
Parcerias	As parcerias estabelecidas pela PROSAUDESC variam de acordo com os objectivos específicos dos projectos em curso. Entre a diversidade de parcerias podemos identificar aquelas que se renovam, como CML, Junta de Freguesia de Sacavém, Cooperativa Socio-Educativa “Crescer Saudável”, IEF, AJPAS, Centro de Saúde de Sacavém, Banco Alimentar, e as que têm um carácter mais pontual, como IEF, APF, Maternidade Alfredo da Costa, DRS.
Agencialidades	A actual presidente da associação é uma mulher de origem são-tomense.
Conjuntura socio-histórica e política	A associação PROSAUDESC nasce na sequência de um projecto interministerial de intervenção comunitária (Saúde, Educação, Emprego e Segurança Social) lançado pela DRS na antiga Quinta do Mocho, no âmbito do qual foi dada uma formação específica de “Promotores de Saúde” a 15 técnicos e profissionais de Saúde provenientes dos PALOP, cujos diplomas não tinham sido reconhecidos em Portugal.

PROSAUDESC Associação de Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Socio-Cultural	
Fontes	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevista com Fátinha - Entrevista com Amaral - Entrevista com Pedro - Site http://www.prosaudesc.pt/ - Bernardo, V. S. e Neto, M. V., 2007, "PROSAUDESC - Juntar as mãos para promover e defender a saúde pública" in <i>Revista Migrações - Imigração e Saúde</i>, ACIDI: Lisboa

AJIM Associação de Jovens de Intervenção Multicultural	
Data de criação/Estatutos	Esta associação foi criada informalmente ainda no tempo da Quinta do Mocho, tendo o seu reconhecimento legal desde 2000.
Motivações pessoais e do grupo	Grupo de jovens/amigos que tinha terminado curso de mediadores socio-culturais, para a saúde, outros jovens que faziam parte do grupo de dança. Realizaram também o curso de Movimento associativo e desenvolvimento local organizado pelo INDE. "nós queríamos uma associação que fosse só nossa, de jovens" (N.)
Dimensão (sócios, etc)	Sem dados
Áreas de intervenção	Saúde, Cultura e Lazer
Objectivos	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a integração dos jovens na sociedade de acolhimento - Desenvolver acções sociais e as estruturas adequadas à resolução de problemas - Defender valores culturais dos PALOP - Organizar actividades recreativas e desportivas e grupos de trabalho e estudo.
Grupos-alvo	Jovens provenientes dos PALOP
Actividades Desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none"> - Publicação do jornal "Saúde para o Mocho", com ajuda de prof da escola de Sacavém - Organização de jovens - Projectos de luta e prevenção contra a sida - Projectos na área da saúde reprodutiva - Organização de gincanas e festas para angariação de fundos para a realização de projectos quando não tinham financiamento - ATL e OTL - Intercâmbios entre associações - Actividades culturais (palestras, debates, projecção de filmes, etc) relacionadas com a cultura africana - Festas e convívios de comemoração de diversas datas
Dinâmicas Transnacionais	Sem dados
Idiomas de participação	Rap, hip hop de inspiração evangélica
Parcerias	GARSE/CML, Junta de Freguesia de Sacavém, Centro de Saúde de Sacavém, INDE, Escolas de Sacavém, RDP Africa, SOS Racismo, Instituto de Medicina Tropical e com a APOIAR 5, outra associação de imigrantes do concelho de Loures, IPJ
Agencialidades	O grupo da AJIM foi desde o início maioritariamente constituído por rapazes.
Conjuntura socio-histórica e política	A associação funcionou durante muito tempo como estrutura informal. O grupo inicial dividiu-se por divergência de ideais, alguns elementos emigraram, outros constituíram família e abandonaram o grupo. A N. era RP e responsável por fazer projectos. Queixa-se por ter tido de fazer essa parte sozinha. Trabalhavam como voluntários, sem espaço físico.
Fontes	<ul style="list-style-type: none"> Entrevista com Cristina Conversa informal com O. e A. - Tavares, Filipa, 2002, <i>Os contrastes e as Semelhanças entre Imagens e Representações de Participação Construídas no Bairro Quinta do Mocho</i>, ISCTE: Lisboa (Relatório de Estágio no GARSE para obtenção do grau de licenciatura)

FA - Filhos de África

Data de criação/ Estatutos	A associação FA tem um carácter informal, e desenvolve actividades desde Agosto de 2008.
Motivações pessoais e do grupo	A constituição deste grupo de jovens resulta das interacções geradas em torno das actividades promovidas pela igreja Católica, no bairro. A maioria não mantinha relações de amizade, embora se conhecessem de vista do bairro ou da escola. As motivações do grupo são diversificadas, sendo comum o desejo de construir novos espaços de socialização para os jovens no bairro. De acordo com as duas jovens entrevistadas, o que motivou a participação dos rapazes foi a possibilidade de re-utilização do polidesportivo. Por outro lado, dizem "neste grupo existe todo o tipo de motivações (...) mas o essencial é o namoro."
Dimensão (sócios, etc)	A associação é constituída por 15 jovens, com idades compreendidas entre os 14 e os 17 anos, na sua maioria rapazes.
Áreas de intervenção	Cidadania, Cultura, Lazer e Desporto
Objectivos	- Influenciar/Incentivar positivamente os comportamentos e atitudes dos jovens do bairro, através da promoção de actividades diversificadas (acções de solidariedade, desporto, organização de festas culturais, gastronómicas, intercâmbios a nível nacional etc) que estimulem a ocupação dos tempos livres, actuando como um contraponto às actividades organizadas pelas associações "dos mais velhos" - "Ajudar o bairro", "Melhorar o bairro"
Grupos-alvo	Jovens e crianças moradores no bairro, com idades diversificadas.
Actividades Desenvolvidas	- Limpeza do polidesportivo do bairro, com ajuda dos técnicos da CML - Peditório de roupa e brinquedos no bairro para donativo a instituições religiosas - Marcha pela Paz, promovida no âmbito do Dia Internacional da Solidariedade (21 de Setembro), no seguimento do assassinato de um jovem do bairro, em colaboração com as creches Pomba da Paz e Cooperativa Sócio-Educativa e o Projecto Esperança - Bazar na festa organizada pela CML, no Dia da Segurança - Peça de Teatro Natalícia para as crianças
Dinâmicas Transnacionais	As dinâmicas deste grupo estão, por enquanto, enquadradas no espaço do bairro onde residem, embora expressem a intenção de multiplicação das mesmas, nomeadamente, ao espaço escolar. Alguns jovens falam na possível candidatura à associação de estudantes. Porém, é interessante verificar que, por via da dispersão espacial transnacional das suas famílias, alguns destes jovens mantêm um contacto regular, sobretudo, com familiares da mesma geração nos seus países de origem e/ou dos seus pais, através da utilização da Internet, do telefone. Proporcionando a oportunidade de partilha e troca de experiências, com a associativa e/ou a de pertença a outros grupos, para além dos familiares.
Idiomas de participação	De inspiração cristã católica
Parcerias	Embora os contactos gerados pelo grupo tenham um carácter informal, verificamos que as suas dinâmicas são acolhidas por grupos, instituições e redes formalmente constituídas. É o caso, do grupo da igreja católica, do grupo do Verbo Divino (com extensões várias, em Guimaraes, Porto, Lisboa), do GIL/CML, da PROSAUDESC, da Unida e Cultural e das creches Pomba da Paz e Cooperativa Sócio-Educativa. Os contactos foram sendo realizados à medida que as actividades foram sendo desenvolvidas.
Agencialidades	Embora o grupo seja maioritariamente constituído por rapazes, a organização e as principais dinâmicas são promovidas por um grupo de 5/6 raparigas, sendo também excepcional em relação às associações dos "mais velhos" que a presidente seja uma rapariga.
Conjuntura socio-histórica e política	A associação foi constituída por incentivo de um grupo de voluntários /missionários do Verbo Divino que durante dez dias realizou actividades com os jovens do bairro, a convite do Padre Valentim. As actividades eram dirigidas a jovens dos seis aos 18 anos, notando-se inicialmente uma resistência por parte dos "mais velhos" (com idades a partir dos 10/12 anos), cuja presença se devia ao acompanhamento dos irmãos mais novos. As dinâmicas de grupo promovidas pelos voluntários variavam de acordo com as faixas etárias. "Os mais velhos" foram assim convidados a fazer uma lista de 'problemas no bairro' que gostassem de ver resolvidos, e onde eles pudessem começar a intervir directamente. O início da limpeza do polidesportivo acabou por mobilizar um grupo de cerca de 30 pessoas, maioritariamente constituído por rapazes. Após a partida dos missionários, os jovens elaboraram o texto fundador da associação, dando a conhecer o grupo e os seus objectivos ao GIL do Mocho. Desde então têm contado com o apoio de uma técnica do GARSE do GIL que lhes disponibilizou uma sala de reuniões para os encontros do grupo, orientando-os também a nível organizacional e de planeamento das actividades da associação.
Fontes	- Entrevista com Sílvia e Rute - Documentos de constituição da associação

ASSOCIATIVISMO II: Associações Inactivas

AIA - Associação Internacional dos Angolares ⁶¹	
Data de criação/Estatutos	Não foi reconhecida pelo ACIDI
Motivações pessoais e do grupo	Unir os Angolares na Diáspora em Angola, Itália, França, EUA, através da partilha de informação
Dimensão (sócios, etc)	É difícil saber ao certo a dimensão da associação, todavia, segundo o entrevistado, o grupo maioritário e mais dinâmico concentrava-se no bairro.
Áreas de intervenção	Cultural e recreativa
Objectivos	- Desenvolvimento de actividades nas zonas dos Angolares, em São Tomé e Príncipe
Grupos-alvo	Angolares
Actividades Desenvolvidas	- Organização de festas em São Tomé e Príncipe - Desenvolvimento comunitário na origem (?)
Dinâmicas Transnacionais	A ideia da associação apoiava-se precisamente na criação de redes sociais transnacionais de Angolares
Idiomas de participação	Pertença étnica.
Parcerias	Sem dados
Agencialidades	
Conjuntura socio-histórica e política	Sem dados
Fontes	- Entrevista com Silvério - Entrevista com Angélica - Tavares, Filipa, 2002, <i>Os contrastes e as Semelhanças entre Imagens e Representações de Participação Construídas no Bairro Quinta do Mocho</i> , ISCTE: Lisboa (Relatório de Estágio no GARSE para obtenção do grau de licenciatura)

61 De acordo com Heitor Romana (1996: 220-224), a estrutura e estratificação sociais em STP, baseada nas classificações de Francisco Tenreiro (1961), João Pereira Neto (1972) e S. Gonçalves (1972) organiza-se em três grandes grupos: 1) Naturais ou “Filhos da Terra” (crioulos, forros, tongas e angolares), 2) Contratados (cabo-verdianos, angolanos e moçambicanos), 3) Elite Europeia.

Esta estratificação parece fazer algum sentido sobretudo para compreender o sentido do discurso de alguns/algumas entrevistados/as que nos falam das rivalidades entre “forros” e “angolares”. Os forros são o grupo maioritário em STP, a que pertence a elite política e intelectual do país. Os angolares são considerados uma minoria étnica, vítima de discriminação social por parte dos grupos maioritários no seu país. Esta tensão é experienciada pelos/as nossos/as interlocutores sobretudo ao nível das relações familiares que derivam de casamentos entre forros e angolares: “Os forros não aceitam os angolares (...) elas tentam fazer-me ver que eu sou angolar e não valho nada”, “Dizem que os angolares são bichos não sabem falar nem pensar.” (F.)/”...pertence a uma etnia de uma classe muito fraca, é tipo aqui comparando aos alentejanos, tudo de pior é com eles”

AVM - Associação Viver no Mundo	
Data de criação/ Estatutos	Criada em 1998, legalizada em 2000.
Motivações pessoais e do grupo	"A motivação dos fundadores era criar uma associação que dignificasse todos os moradores do bairro, já que as existentes deixavam algumas etnias de fora...!?" (Tavares, 2002: 14)
Dimensão (sócios, etc)	Sem dados
Áreas de intervenção	Saúde, Cultura e Lazer, Emprego, Habitação, Educação, Direitos e Cidadania
Objectivos	- Contribuir para o bem-estar da comunidade - Promover a valorização socio-cultural - Intervir ao nível da habitação - Intervir junto dos jovens através de tempos livres e da formação
Grupos-alvo	Indivíduos de todas as etnias e de diferentes faixas etárias
Actividades Desenvolvidas	- Ensino do crioulo de CV - Criação de um centro de treino de futebol - Festas do concelho - Festa da cor e da integração - Festa de Natal
Dinâmicas Transnacionais	Sem dados
Idiomas de participação	Sem dados
Parcerias	GARSE/CML, Junta de Freguesia de Sacavém, PSP, embaixadas, AMI, SOS Racismo, Associação Activar Sem Fronteiras, Associação de Moradores e Proprietários do Zambujal, Recrijovem
Agencialidades	Sem dados
Conjuntura socio-histórica e política	Sem dados
Fontes	- Tavares, Filipa, 2002, <i>Os contrastes e as Semelhanças entre Imagens e Representações de Participação Construídas no Bairro Quinta do Mocho</i> , ISCTE: Lisboa (Relatório de Estágio no GARSE para obtenção do grau de licenciatura)

RELIGIÃO

Legião de Maria (Igreja Católica)	
Data de criação / Estatutos	O grupo da Legião de Maria surge na Urbanização Terraços da Ponte com a criação do espaço de culto católico, por volta de 2001.
Motivações pessoais e do grupo	Religiosas
Dimensão (sócios, etc)	O grupo é constituído por 12 mulheres, todas com idades superiores a 45 anos.
Áreas de intervenção	Religião, Prestação de cuidados
Objectivos	- Fazer a obra de Maria
Grupos-alvo	Pessoas doentes e/ou "carenciadas"

Legião de Maria (Igreja Católica)

Actividades Desenvolvidas	- Reuniões semanais do grupo para leituras bíblicas, oração (reza de terço), distribuição do trabalho semanal pelas legionárias - Visitas domiciliárias a pessoas acamadas, deficientes, idosas, 'solitárias' (para conversar, se necessário cuidar da roupa e da casa, preparar refeições) - Visitas a pessoas hospitalizadas e presas
Dinâmicas Transnacionais	Sem dados.
Idiomas de participação	De inspiração cristã católica
Parcerias	O trabalho deste grupo parte do desenvolvimento de redes de familiares e amigos, de origem são-tomense, que através do boca-a-boca indicam quem são as pessoas que precisam de cuidados.
Agencialidades	O grupo é constituído por 12 mulheres.
Conjuntura socio-histórica e política	A Legião de Maria é uma associação de católicos que surgiu em Dublin, em 1921. Existem grupos de legionários espalhados em diferentes partes do mundo. Os legionários estão organizados como um exército da defesa da Igreja contra o Mal, e orientam a sua acção a partir da tricotomia: oração, reunião e trabalho. No contexto da Urbanização Terraços da Ponte, a M. foi a pessoa responsável pela constituição e organização do grupo, estando ela anteriormente integrada num outro grupo de legionárias, em Odivelas. As mulheres deste grupo estão inseridas noutros grupos ligados à igreja católica, no âmbito dos quais desenvolvem outro tipo de actividades: o grupo de estudos bíblicos, o grupo das catequistas, o grupo do coro da igreja.
Fontes	Entrevista com Alda Conversas informais com outros membros do grupo Sites Legião de Maria: http://www.legiomariae.kit.net/Canais/legiodemaria.htm#Nome%20e%20Origem%20da%20Legião%20de%20Maria http://www.olho.nu/igrejadomortal/comunidade_legiao_de_maria.htm

ANEXO 3. Guião de entrevista

PERCURSO MIGRATÓRIO PESSOAL E FAMILIAR

- Migrações femininas: percurso pessoal e familiar/grupo
- Inserção profissional na origem e no destino (casa, trabalho, saúde, escola)
- Identificação de redes sociais e de entre-ajuda, formais e informais
- Discurso diferenciador em relação aos co-étnicos masculinos, transversal a todos os tópicos abordados

PARTICIPAÇÃO NO ESPAÇO PÚBLICO (CÍVICA/SOCIAL/POLÍTICA)

PARTE I

- Modalidades e Experiências/Percurso de participação (locais, nacionais, transnacionais)
 - **Formais:** associações de imigrantes/políticas/saúde/outras, creches, instituições religiosas, representantes de lote, comissões de moradores, associações de pais, etc.
 - **Informais:** música (rap, hip hop), graffiti, manutenção de espaços comuns (condomínio/lote, áreas verdes, parques infantis, campo basquet e futebol, etc), prestação de cuidados de saúde domiciliários, etc.
- Quem organiza? O que organiza? Como (que meios)? Para quem? Que motivações?
- Continuidades/descontinuidades entre espaço público e privado
- Lideranças (Ensinamento de outros jovens, outras mulheres, Dinâmicas de Poder, Altruísmo, Missionarismo...)
- Construção de pertenças/identificações na origem e no destino (quais são os modelos inspiradores?)

PARTE II

- Papel do Estado e/ou de outras instituições na promoção da participação cívica
- Apoios/incentivos financeiros, jurídicos, outros (Do Estado, das autarquias, Misericórdias, outras instituições)
- Tipo de projectos comparticipados

CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

- De que maneira achas que a participação contribui para a construção identitária e para a transformação dos papéis de género?
- Papel da participação cívica na construção identitária, no planeamento do projecto de vida pessoal/grupal: projecto de género?
- Agencialidade/contigência: O bairro como estigma ou força?

ANEXO 4. Grelha de Entrevistas Realizadas

Perfil dos/das Entrevistados/as		Processo Migratório e Relação com as Origens	Modalidades e Estratégias de Inserção Socio-Económica
1	Nome	Cristina	<p>Nasceu em Angola. Filha de são-tomenses, viveu com os pais entre São Tomé e Príncipe e Angola. Chegou a Portugal em 84/85 (cinco anos????!!) com os irmãos e a mãe e nunca mais regressou a África.</p> <p><i>ao mesmo tempo, como eu me sinto como portuguesa e europeia, sinto-me também como africana, mas vivi 25 anos aqui na Europa e nunca mais voltei para lá, então tenho de regressar para conhecer, para ver aquilo que eu realmente quero ver, sentir aquilo que eu realmente quero sentir, não é?! É como voltar às raízes não é? (...) eu não me encaixo somente naquilo de só sou portuguesa ou só sou angolana ou só sou santomense, não! Sou tudo aquilo que fui-me fazendo e fui-me tornando ao longo dos anos.</i></p> <p>A N. foi trabalhadora estudante no período da faculdade. Começou por trabalhar na Zara, a tempo inteiro, no Centro Comercial Vasco da Gama. Durante o período da manhã frequentava as aulas e trabalhava à tarde e à noite.</p> <p>Mais tarde veio a trabalhar num call center, porque reunia melhores condições salariais.</p>
	Idade e Posição no Ciclo de Vida	29 anos, solteira, sem filhos	
	Origem	Angolana de origem são-tomense	
	Escolaridade	Licenciatura em Relações Internacionais	
	Grupos de Pertença	<ul style="list-style-type: none"> - Evangélica - Associação "Comunidade Lusófona", Vale do Forno, Odivelas - Women From Minorities (WFM) - CaboJovem, Linda-a-Velha - AJIM - Gang Lirico 	
2	Nome	Maria	<p>Nasceu e viveu em S. Tomé até aos 7 anos, onde fez 1º e 2º ano. Aos 7 vai viver com a mãe e o irmão mais novo para Angola, onde fica 2 anos, fez o 3º e 4º ano. Em 1984, S. tinha 10 anos, vem com família para acompanhar o pai, que é destacado pelo governo de S.Tomé para vir para Portugal em missão diplomática. As coisas não correm bem. O pai esbanja dinheiro, não deixa mulher trabalhar. Divorciaram-se. Aos 16 anos regressa a Angola com a mãe e os irmãos, mas só ficam dois anos porque rebentou a guerra civil em 1992. Desde então tem feito o seu percurso escolar e profissional em Portugal.</p> <p>A S. trabalha desde os 18 anos. Começou por ser auxiliar de saúde em lares da terceira idade (3 anos); dar banho aos idosos, aos acamados, dar a medicação, ajudar a fazer a higiene e afins. Trabalhou como empregada doméstica, foi caixa em supermercados, operadora de call centers, fotógrafa, operária numa fábrica de construção naval... Durante a licenciatura não fez trabalhos de limpeza. Depois da licenciatura fez um estágio. E, entretanto voltou a trabalhar num call center.</p>
	Idade e Posição no Ciclo de Vida	33 anos, solteira, sem filhos	
	Origem	São-tomense	
	Escolaridade	Mestranda FCSH-UNL	
3	Nome	Inocência	<p>A sua trajectória de vida divide-se entre STP, Angola e Portugal.</p> <p>Vive em Portugal desde 1989, após esta data regressou pontualmente a STP em 1999 e 2000 para tratar do divórcio e da reforma. Antes de 91 também já tinha vivido em Portugal durante alguns períodos (1985), intercalados com estadias em STP e Angola.</p> <p>Saiu de STP, em 1981 para fazer o curso de Enfermagem em Angola, onde já tinha estado antes da independência por razões de saúde.</p> <p>Tirou curso de enfermagem em Angola, onde exerceu profissão durante 16 anos. E reformada por Angola.</p> <p>Antes disso ainda trabalhou como vigilante num jardim infantil, embora sempre contra a vontade do marido.</p>
	Idade e Posição no Ciclo de Vida	56 anos, divorciada, quatro filhos	
	Origem	São-tomense	
	Escolaridade		
	Grupos de Pertença	Evangélica	

Percurso e Modalidades de Participação Cívica e Política	Projectos Migratórios e Cívicos
<p>Diz que tem uma ‘formação de rua’⁶², no sentido em que o que aprendeu vem da sua mãe, que em STP e Angola já fazia trabalho social. Pertenceu a grupos culturais, de dança, de teatro durante infância e adolescência. Em conjunto com um grupo de amigos (que faziam parte dos grupos culturais e tinham experiência de trabalho como mediadores sócio-culturais em áreas diversas) criaram a AJJM. O grupo da AJJM foi-se desmembrado à medida que os jovens ingressaram no mercado de trabalho e foram constituindo família. Saíram os membros iniciais e chegaram outros. Deixa a AJJM por deixar de se identificar com o trabalho que vinha a ser desenvolvido, e ingressa na CaboJovem e integra a Plataforma Europeia “Women for Minorities” (com sede em Turim). Participação em acções, sessões de estudo, intercâmbios, seminários de investigação sobre questões de género, recebendo e dando formação. Continua ligada à CaboJovem na parte da educação e formação. A sua ligação à igreja evangélica re-perspectivou a sua participação cívica, dando-lhe um novo sentido. A religião surge como organizador social de todas as actividades em que está envolvida.</p>	<p><i>A nível de associativismo, por exemplo, eu vejo o associativismo agora de uma forma que sempre a minha mãe me mostrou, ou seja, trabalhando para os outros, dando para os outros. E era isso que Jesus fazia, Jesus sempre fez isso.(...)</i></p> <p><i>Tu aprendeste e que tu podes ensinar: aprendi história, aprendi matemática, aprendi... sei que existem vários jovens que não sabem... aprendi... na disciplina de história, ou matemática ou o que for, foi bom para mim, pude aprender, é um bem para mim, então vou ensinar. Foi um bem que me fez a mim, mas que eu vou passar. (...)</i></p> <p><i>Eu não me vejo a fazer outra coisa, percebes Sónia?! É a nível do associativismo, a nível do trabalho internacional, tudo. Para mim está tudo ligado e eu não me via a trabalhar de outra forma agora, ter de parar. Mesmo tendo de viajar para Angola ou São Tomé para ir trabalhar, eu não me vejo a parar.</i></p>
<p>As actividades cívicas desenvolvidas por S. estão ligadas à igreja evangélica. Estas passam por frequentar sessões de formação, seminários, conferências (ex. Conferência Africana das Assembleias de Deus, Conferência Nacional de Mulheres da Assembleia de Deus), dar formação, fazer visitas domiciliárias.</p>	<p>Depois de concluir o mestrado gostaria de “abrir uma associação com um projecto para ajudar jovens mães e mulheres imigrantes também”.</p> <p>Gostaria de regressar a Angola com projectos missionários. A Guiné-Bissau ou Cabo Verde também se apresentam como possibilidades.</p> <p>Em Portugal gostaria de desenvolver e implementar novos projectos para ‘dar apoio às mulheres nas comunidades, para ajudar a mulher a ser independente, a criar o seu meio de subsistência (...) Em África seria mais ao nível de educar, da participação cívica, para (ensinar) as mães a criarem uma ligação entre a escola e o bairro’.</p>
<p>Faz parte da Assembleia de Deus, participa nas actividades da igreja. Participa no apoio domiciliário.</p>	<p>Sem dados</p>

62 “Formação de Rua” é a tradução de *Street Knowledge*: Um dos princípios universais do hip hop baseia-se no auto-didactismo e no acto de aprender para ensinar, para transmitir a palavra.

Perfil dos/das Entrevistados/as		Processo Migratório e Relação com as Origens	Modalidades e Estratégias de Inserção Socio-Económica	
4	Nome	Madalena	<p>Viajou pela Europa (Roménia, ..) enquanto jovem, ligada a uma instituição religiosa. Casou aos 29 anos. Viveu a independência de STP e de Angola. Em 1975 foi para Angola, ao encontro do marido e aí nasceram os 3 filhos mais velhos. Está em Portugal desde 1984, tendo apenas regressado a STP por ocasião de férias em 2004. Veio para Portugal com o projecto de formar os seus filhos cá e de lhes dar uma vida melhor.</p>	<p>Depois de quatro anos a dar aulas no ensino primário, em 1980, regressa a STP onde continuou a trabalhar no ensino. Actualmente trabalha como Assistente Administrativa na secretaria de uma escola.</p>
	Idade e Posição no Ciclo de Vida	61 anos		
	Origem	São-tomense, da ilha do Príncipe		
	Escolaridade	9º ano/12º ano (RVCC)		
	Grupos de Pertença	<p>Igreja Católica Legião de Maria Catequistas Estudos Bíblicos Coro Igreja Unida e Cultural</p>		
5	Nome	Alda	<p>Chegou a Portugal em 1990 (tinha 36/37 anos), no âmbito de um protocolo na área da saúde entre STP e Portugal, por causa da doença cardíaca de uma filha. Quis voltar a STP mas não podia porque a filha precisava de cuidados de saúde permanentes. A criança acabou por falecer e viu-se sem condições económicas para regressar.</p>	<p>Antes de vir para Portugal trabalhava no Ministério de Educação em STP. Começou a trabalhar aos 13 anos.</p> <p>Em Portugal, sem os apoios da Embaixada, teve de trabalhar para conseguir suportar as despesas. Trabalhou durante alguns anos nas limpezas mas teve de se reformar aos 52 anos por causa de problemas de saúde.</p>
	Idade e Posição no Ciclo de Vida	54 anos		
	Origem	São-tomense		
	Escolaridade	8º ano		
	Grupos de Pertença	<p>Igreja Católica Legião de Maria Catequistas Estudos Bíblicos Coro Igreja</p>		
6	Nome	José	<p>Veio para Portugal em 1997 com o intuito de progredir nos estudos. Fez o 12º ano, ainda ingressou na universidade mas não chegou a frequentar, por considerar que tal era incompatível com o trabalhar e ter família.</p>	<p>No presente é Motorista Carris. Desde que chegou a Portugal desenvolveu várias actividades profissionais: trabalhou no ATL com crianças no Mocho Velho, contratado por uma fundação, foi mediador imobiliário, foi transferista no aeroporto de Lisboa e funcionário da EDP .</p> <p>Em STP, após terminar o 12º ano, trabalhou nas obras, foi professor de francês, rececionista de um hotel e, por fim, ainda ocupou um cargo no ministério da Finanças no Príncipe.</p>
	Idade e Posição no Ciclo de Vida	36 anos, três filhas, separado		
	Origem	São-tomense		
	Escolaridade	Ensino Secundário		
	Grupos de Pertença	<p>Igreja Católica Coordenador do coro da Igreja Associação Unguia Associação Amigos do Príncipe</p>		

Percurso e Modalidades de Participação Cívica e Política	Projectos Migratórios e Cívicos
<p>É conhecida como a “mãe de todos” ou a “mãe do bairro”, muito interessada em acompanhar e agir nas dinâmicas de diferentes gerações. A sua participação cívica está fortemente ligada às actividades da igreja, embora faça também parte da Unida e Cultural, tendo sido uma das fundadoras. A participação em actividades sociais faz parte da sua vida nos vários contextos onde passou (STP, Angola e Portugal). Foi também de sua iniciativa a introdução do grupo Legião de Maria no bairro, sendo que já fazia parte do grupo na Portela. Tem desenvolvido muito trabalho com jovens, na criação de grupos de dança, música e outras actividades culturais.</p>	<p>Quer continuar a estudar, tarefa a que se tem dedicado nos últimos anos, possibilitada pelo programa “Novas Oportunidades”. Vai agora para o 12º ano e ainda coloca a possibilidade de fazer a universidade.</p> <p>Vai continuar a desenvolver as actividades cívicas (apoio domiciliário, limpeza e manutenção das ruas do bairro, organização de festas).</p> <p>Gostaria de viver a reforma em STP, mas um dos filhos que está em Londres insiste para que ela vá ao seu encontro.</p>
<p>É no âmbito do grupo Legião de Maria que desenvolve actividades cívicas. Dão apoio às pessoas, fazem a “obra de Maria”, “ significa que se tiver alguma pessoa doente ou acamada ou deficiente nós podemos ajudar, dirigimo-nos a casa daquelas pessoas, rezamos, ajudamos, se houver alguma coisa para fazer em casa fazemos (uma peça de roupa para lavar, passamos a ferro, cozinhamos). Só não damos dinheiro porque não temos. Se tivermos comida em casa levamos. Ajudamo-nos uns aos outros.”</p>	<p>Sem dados</p>
<p>“É algo que já esta enraizado...” Desde miúdo que faz parte de grupos ligados à igreja. Quando era pequeno fez parte do grupo da igreja Católica: reuniões, catequese. Ajudou a implementar os grupos de escuteiros/ pioneiros em STP, com o apoio do partido único, MSTP. No Príncipe esteve ligado a grupos culturais que também se dedicavam a actividades sociais (fazia parte de um grupo de teatro que fazia limpeza de rua, em casa de pessoas idosas, etc) e actividades de educação cívica (para ensinar pessoas a fazer coisas). Em STP criou uma associação de alunos que eram naturais do Príncipe.</p> <p>Em Portugal fez parte da Unida e Cultural e da Prosadesc. Ligado à primeira, fundou com M. um grupo de danças tradicionais do Príncipe com o objectivo de combater o estigma dos bairros africanos, mostrando a tradição e a cultura.</p> <p>Da mesma forma, a sua relação com o coro da igreja Católica manifesta preocupação idêntica. Mais tarde fez parte da Associação dos Amigos do Príncipe na Ameixeira. Agora é membro da direcção da Associação Unguia.</p>	<p>A sua vida profissional é estável. Pretende continuar a desenvolver actividades que permitam mostrar as dinâmicas do coro.</p> <p>Não fala acerca do seu novo projecto como membro da direcção da associação Unguia (de cariz étnico, para os naturais do Príncipe).</p>

Perfil dos/das Entrevistados/as		Processo Migratório e Relação com as Origens	Modalidades e Estratégias de Inserção Socio-Económica	
7	Nome	Silvia	<p>Nasceu em São Tomé e Príncipe e chegou a Portugal com três anos. Não fala a língua de origem, apenas o português. Voltou duas vezes e afirma ter um fascínio por África, gostaria de conhecer todos os países do continente.</p>	<p>Estudante na Escola Secundária Bartolomeu Dias. Depois das aulas ajuda a tomar conta dos irmãos mais novos.</p>
	Idade e Posição no Ciclo de Vida	16 anos		
	Origem	São-tomense		
	Escolaridade	Frequência de Secundário		
	Grupos de Pertença	Igreja Católica Filhos de África		
8	Nome	Rute	<p>Filha de pais angolanos, nasceu e sempre viveu em Portugal, no entanto, mantém contacto regular, via telefone ou internet, com familiares em Angola. Diz ter curiosidade em conhecer a tradição dos primos. O pai está cá há 17 anos.</p>	<p>Estudante na Escola Secundária Bartolomeu Dias. Depois das aulas ajuda a tomar conta das irmãs mais novas e ajuda nas tarefas domésticas.</p>
	Idade e Posição no Ciclo de Vida	15 anos		
	Origem	Portuguesa de origem angolana		
	Escolaridade	Frequência de Secundário		
	Grupos de Pertença	Igreja Católica Filhos de África		
9	Nome	Fátinha	<p>Chegou a Portugal em 1989 para fazer estágio no âmbito de um curso de Técnica da Farmácia (um ano), financiado pela Cooperação STP-Cuba. Durante o estágio esta cooperação foi interrompida e decidiu ficar. Após o estágio inscreve-se no ISU que a incentivou a fazer o curso de Gestão Ambiental com especialidade em Saúde Pública (três anos). É este curso que a leva a desenvolver actividades na esfera do associativismo de imigrantes.</p>	<p>Em STP trabalhou em Farmácias Hospitalares. Em Portugal apostou na vida associativa ligada à saúde de imigrantes e tem apostado na sua profissionalização, o que lhe propicia uma enorme mobilidade em termos sociais e económicos, ainda que dependa da aprovação dos projectos para auferir rendimentos mensais.</p>
	Idade e Posição no Ciclo de Vida	48 anos, casada, três filhos		
	Origem	São-tomense		
	Escolaridade	Frequência de Ensino Superior		
	Grupos de Pertença	Prosaudesc		
10	Nome	Amaral	<p>Veio a Portugal em 1992 para dirigir uma delegação de futebol e ficou porque a situação política era muito instável e temia pela sua segurança. Antes tinha vivido na Alemanha entre 1978 e 80 com uma bolsa de estudo para fazer o ensino superior.</p> <p>Decidiu manter a sua família em STP, por ser mais fácil para si garantir a educação e o bem-estar dos filhos à distância, quis “protegê-los da vida do bairro”. Há dois anos que vive cá com o seu filho mais novo.</p>	<p>A sua vida profissional dividiu-se entre o desporto e a actividade de contabilista durante os anos que viveu em STP e na Alemanha. Fez parte da Selecção Nacional de Futebol. Em Portugal começou por trabalhar na construção civil e encontrou no associativismo de imigrantes uma forma de exercer as suas competências profissionais. Actualmente é Animador sócio-cultural do Projecto Esperança (Escolhas).</p>
	Idade e Posição no Ciclo de Vida	57 anos, casado, seis filhos		
	Origem	São-tomense		
	Escolaridade	Bacharelato Ciências do Desporto		
	Grupos de Pertença	Prosaudesc Unida e Cultural Viver no Mundo		

Percurso e Modalidades de Participação Cívica e Política	Projectos Migratórios e Cívicos
<p>A M. não tem outras experiências associativas anteriores, porém entusiasma-se a relatar episódios em que, juntamente com um grupo da escola, mobilizou os colegas para a organização da viagem de finalistas. Foi eleita presidente da Associação "Filhos de África" e pretende com este projecto 'ajudar o bairro'. Relativamente às relações dos moradores com a autarquia, defende que estes devem valorizar o que lhes foi concedido, posição de reconhecimento e de agradecimento.</p>	<p>A sua ideia é investir nos intercâmbios entre jovens, a nível nacional, pensando num contacto concreto com a associação católica que incentivou e fez esta ideia germinar.</p>
<p>A criação da associação "Filhos de África" deu vazão a um desejo de integrar dinâmicas associativas e participar num grupo de jovens. Isto ajudou-a a lidar com os mais novos para os quais afirmar ter pouca paciência. Por outro lado vê este grupo e as actividades por eles organizadas como um exemplo para outros grupos de jovens do bairro. Um grupo que funciona como um 'bom exemplo' para os restantes jovens 'verem que nem tudo é mau'. Considera importante a valorização das origens. Em relação à autarquia tem um discurso reivindicativo e acusador denunciando as más condições de habitação.</p>	<p>Gostaria de ver o trabalho da associação desenvolver-se noutros espaços e espera poder fazer parte da associação de estudantes da sua escola.</p>
<p>A participação associativa é transversal ao seu percurso de vida. Em STP começou por acompanhar a sua mãe às reuniões da OMSTP e, mais tarde preferiu dedicar-se às dinâmicas de organizações juvenis. Embora não esperasse ligar-se à vida associativa em Portugal, é neste contexto que essa participação se tornou mais premente, sobretudo, com a criação da Prosaudesc.</p>	<p>A desilusão com STP traduz-se num discurso acusatório em relação às políticas do Governo que só têm contribuído para o aumento das desigualdades sociais. Essa desilusão é compensada com a possibilidade de empreender projectos internacionais, noutros contextos africanos.</p>
<p>Em STP esteve desde cedo ligado a estruturas desportivas, sendo o fundador do Movimento Nacional do Desporto. Na sua passagem pela Alemanha foi Secretário Geral da Juventude na Universidade. Em Portugal, pela primeira vez, experiencia o associativismo de imigrantes.</p>	<p>Espera criar as condições para voltar para perto da família. Também deseja ajudar o país na área do saneamento. Já não tem planos para a área do desporto.</p>

Perfil dos/das Entrevistados/as		Processo Migratório e Relação com as Origens	Modalidades e Estratégias de Inserção Socio-Económica
11	Nome	Pedro	<p>Mediador sócio-cultural do Projecto Esperança/Escolhas. Músico de hip hop. Estudante.</p>
	Idade e Posição no Ciclo de Vida	22 anos, solteiro, sem filhos	
	Origem	São-Tomense	
	Escolaridade	12º ano	
	Grupos de Pertença	- Prosaudesc - Império Suburbano	
12	Nome	Lurdes	<p>Chegou a Portugal com 18 anos. Veio para Portugal por motivos de doença, aproveitando os privilégios que os pais tinham como funcionários públicos. Já tinha planos para ficar a estudar depois ser tratada. Fez especialidade em Psiquiatria em Lisboa, na área da enfermagem. Sempre viajou com regularidade a STP, desde que se reformou, há cinco anos, vai de seis em seis meses.</p>
	Idade e Posição no Ciclo de Vida	57 anos	
	Origem	São-Tomense	
	Escolaridade		
	Grupos de Pertença	- Prosaudesc	
13	Nome	Silvério	<p>Veio para Portugal para prosseguir estudos além do 11º ano. Esteve nos Açores durante dois anos com bolsa do Governo são-tomense, a estudar Relações Públicas. O Governo caiu, ficou sem bolsa e decidiu vir para o continente. Viveu no Barreiro, Setúbal, Amadora e, por fim, Sacavém. Em Lisboa ingressa no Instituto Superior Técnico e tirou curso de Técnico de Construção Civil (três anos). Mais tarde fez várias formações na área de Informática.</p> <p>Através da participação na vida associativa e política mantém um contacto permanente com STP, através da leitura dos principais jornais online.</p>
	Idade e Posição no Ciclo de Vida	Casado, tem dois filhos (nove e 16 anos) em Portugal, um filho em STP	
	Origem	São-Tomense, Angolar	
	Escolaridade	Frequência de Ensino Superior	
	Grupos de Pertença	- Associação Unida e Cultural - Associação Internacional de Angolares - Grupo Capitango	
			<p>Viveu dois anos como boiseiro. Foi empresário na área da construção civil. Actualmente é vigilante nocturno e técnico da Univa na Associação Unida e Cultural.</p> <p>O seu 'um espírito aventureiro' e o desejo de mudança impulsionaram o projecto migratório. Questiona a possibilidade de ter conseguido uma melhor condição sócio-económica caso tivesse ficado em STP, balançando a diversidade de oportunidades, lutas e conquistas que o projecto migratório lhe proporcionou, nomeadamente, ao nível associativo, profissional, educacional e habitacional.</p> <p>Considera que a sua vida pessoal e familiar adquiriu alguma estabilidade.</p>

Percurso e Modalidades de Participação Cívica e Política	Projectos Migratórios e Cívicos
<p>Vê no desporto e na música uma forma de conhecimento e relacionamento inter-étnico.</p> <p>A música foi uma forma de expressar a mágoa e revolta, e de fazer a sua integração.</p> <p>"Tive de abstrair-me dos meus sentimentos para fazer coisas novas."</p> <p>Conheceu um jovem que mobilizava os jovens para se concentrarem num spot, o objectivo era tirá-los da rua. Assim, aliou a música e o trabalho enquanto mediador sócio-cultural trabalhando com outros jovens nas escolas, no bairro e em casa, em prol de uma atitude pedagógica face às manifestações de violência e racismo.</p>	<p>A possibilidade de entrar para a universidade fá-lo repensar a continuidade no associativismo. No entanto, acredita que a sua filosofia de vida tem sempre uma relação com o lado social da vida, como tal, esta acabará por se reflectir nas actividades que se desenvolver.</p>
<p>Projectos na área da saúde mental em STP, que visam transformar as imagens sociais do doente mental. Elaborou actividades que envolviam os principais meios de comunicação (rádio e TV), lidando com os preconceitos também dirigidos em relação a si, como mulher, e como profissional que lida com estas realidades. Faz parte da associação há 8/10 anos, mas nunca viveu na Quinta do Mochô. Veio trabalhar neste contexto porque sempre aspirou trabalhar na área da saúde pública e aqui encontrou essa oportunidade.</p>	<p>Gostaria de passar parte do ano em STP e outra parte em Portugal, trabalhando nestes projectos transnacionais.</p> <p>Projectos na área da saúde mental em STP. Gostaria de poder ensinar como se trata um/uma doente mental e como se lida com ele/ela, em termos dos cuidados humanos.</p> <p>Desde de que reformou que está a construir casa em STP.</p>
<p>Fez percurso como líder associativo, de grupos culturais, recreativos e políticos, em STP, na região dos Angolares. Em 1989/90 foi vereador numa Câmara na zona sul do país. Em Portugal constituiu a AIA e, actualmente é técnico da UNIVA, na Associação Unida e Cultural. A sua participação política preconiza-se no apoio às campanhas eleitorais que decorrem em Portugal e em STP, no voto nas eleições presidenciais e na publicação de artigos de opinião em meios de comunicação são-tomenses, vistos pelo entrevistado como um dos principais instrumentos de influência e pressão política dos imigrantes no sistema político do país de origem.</p>	<p>Em termos de projectos migratórios considera que a sua vida oscilará entre Portugal e São Tomé, não perspectivando o regresso definitivo às origens.</p> <p>Aspira por conseguir proporcionar as melhores condições de educação e segurança aos seus filhos.</p> <p>Não faz referência aos projectos cívicos e políticos.</p>

